

MAGNESITA REFRAATÓRIOS S.A.

Companhia Aberta

CNPJ nº 08.684.547/0001-65

NIRE 31.300.026.485

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir a Proposta da Administração acerca das matérias constantes da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia a ser realizada no dia 26 de abril de 2012, às 11 horas.

1. Modificação do Estatuto Social

A Administração da Companhia propõe a aprovação das modificações do Estatuto Social, as quais, nos termos do artigo 11 da Instrução CVM 481/09, encontram-se destacadas e justificadas no Anexo I a esta Proposta.

2. Eleição dos membros do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração.

Os acionistas controladores da Companhia informaram à Administração da Companhia que indicarão para (a) os cargos de membros do Conselho Fiscal, os Srs. **1) Pedro Wagner Pereira Coelho**, brasileiro, casado, contador, portador da cédula de identidade nº 2.744.529, emitida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 258.318.957-34, residente e domiciliado na cidade e Estado de São Paulo, com escritório na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017, 15º andar, para ocupar o cargo de Presidente do Conselho Fiscal e, para sua suplência **José Augusto da Gama Figueira**, brasileiro, divorciado, engenheiro, portador da cédula de identidade nº M-8.263.413, emitida pelo SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 242.456.667-49, residente e domiciliado na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial à Praia de Botafogo nº 300, 11º andar; **2) Alexei Ribeiro Nunes**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da cédula de identidade nº 07043610-0, emitida pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 848.478.327-87, residente e domiciliado à Rua José Higino nº 61, casa 4, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro e, para sua suplência **Flávio Barretta Jr.**, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade nº 20.509.622, emitida pelo SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 317 960 609-68, residente e domiciliado à Av. Carlos Peixoto, nº 80, apto. 502, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro; **3) Sergio Antonio Cordeiro de Oliveira**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade nº 106.511-4, emitida pelo SSP/SC, e inscrito no CPF/MF sob o nº 114.486.289-20, domiciliado à Rua República Argentina, nº 751, na Cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina e, para sua suplência **Jose Abramovicz**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade nº

03978362-6, emitida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob nº 005.636.178-53, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, na Praça Germânia, nº 32, apt. 161; e **4) Ricardo Scalzo**, brasileiro, casado, físico, portador da cédula de identidade nº 2.533.933, emitida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 370.933.557-49, residente na Rua Jacques Felix, nº 96, 124R, na Cidade e Estado de São Paulo e, para sua suplência **Emanuel Sotelino Schiferle**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade nº 1.433.665-5, emitida pelo DETRAN-RJ, e inscrito no CPF/MF sob o nº 009.251.367-00, residente na Av. Henrique Dodsworth, nº 13, apto. 502, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro; (b) os cargos de membros efetivos do Conselho de Administração, em virtude das renúncias apresentadas pelos Srs. Carlo Padovano e Octavio Cortes Pereira Lopes aos seus respectivos cargos de membros efetivos, os Srs. **Gustavo Abramides Bassetti**, brasileiro, inscrito no CPF 314.407.248-65 e **Eduardo Alcalay**, brasileiro, inscrito no CPF 148.080.298-04.

Esclarecemos que, nos termos do artigo 10 da Instrução CVM 481/09, as informações referentes aos candidatos aos cargos de membro do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração da Companhia acima indicados encontram-se detalhadas no Anexo II a esta Proposta.

3. Definição da remuneração global dos Administradores da Companhia.

Propomos que a remuneração global dos administradores, incluindo a parcela variável, para o exercício de 2012 seja fixada no montante máximo global de até R\$405.694,20 para o Conselho de Administração e de até R\$20.655.783 para a Diretoria. Propomos que a remuneração do Conselho Fiscal seja fixada em R\$178.028. As informações sobre a remuneração dos administradores relacionadas ao item 13 do Formulário de Referência previsto pela Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, da Comissão de Valores Mobiliários, encontram-se no Anexo I à presente proposta.

Esclarecemos que as informações necessárias para a devida análise da Proposta da remuneração dos administradores, conforme estabelecido pelo art. 12 da Instrução CVM 481/09, encontram-se dispostas no Anexo III a esta Proposta.

Atenciosamente,

Administração

ANEXO I

MAGNESITA REFRAATÓRIOS S.A.

Companhia Aberta

CNPJ nº 08.684.547/0001-65

NIRE 31.300.026.485

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I

DENOMINAÇÃO SOCIAL, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Art. 1º - A **MAGNESITA REFRAATÓRIOS S.A.** (“Companhia”) é uma sociedade anônima, que se rege por este estatuto social e disposições legais que lhe forem aplicáveis.

~~Parágrafo único-§1º~~ - Com a admissão da Companhia no segmento especial de listagem denominado Novo Mercado, da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores de São Paulo (“BOVESPA, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”)), sujeitam-se, a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, ~~quando instalado,~~ às disposições do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BOVESPABM&FBOVESPA (“Regulamento do Novo Mercado”).

A alteração do parágrafo único do artigo 1º do estatuto social tem por objetivo adequar sua redação às normas do Regulamento do Novo Mercado, de acordo com as cláusulas mínimas ali propostas.

§2º - As disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste estatuto.

A inclusão do parágrafo 2º do artigo 1º do estatuto social tem por objetivo adequar o estatuto social às normas do Regulamento do Novo Mercado, de acordo com as cláusulas mínimas ali propostas.

Art. 2º - A Companhia tem sede e foro na cidade de Contagem, Estado de Minas Gerais, na Praça Louis Enschede, 240, Cidade Industrial, podendo, conforme disposto neste ~~Estatuto~~estatuto, abrir, manter e fechar filiais, escritórios, depósitos ou agências de representação em qualquer parte do território nacional ou no exterior.

A alteração do artigo 2º do estatuto social decorre de um simples ajuste de redação.

Art. 3º - A Companhia tem por objeto social:

a) realização de pesquisa, lavra, beneficiamento, aproveitamento industrial e comercial de minérios, especialmente magnesita e associados, para fins de fabricação de materiais refratários;

b) fabricação, reaproveitamento, reciclagem e comercialização de materiais refratários, isolantes, produtos eletrofundidos e cerâmicos;

c) exploração, fabricação e comercialização dos derivados e associados de magnesita, inclusive magnesita calcinada na forma e/ou nomenclatura de óxido de magnésio destinada a utilização ~~agro-pecuária~~agropecuária como insumo, fertilizante, corretivo de solo ou como produto para nutrição animal, entre outras aplicações a segmentos industriais diversos;

A alteração da alínea “c” do artigo 3º do estatuto social tem por objetivo corrigir a ortografia da palavra “agro-pecuária”, tendo em vista o novo acordo ortográfico da língua portuguesa, que entrou em vigor em 01 de janeiro de 2012.

d) promoção e exploração da indústria e do comércio de minérios, bem como dos metais respectivos;

e) a construção e a exploração de estradas de ferro e de rodagem, terminais marítimos, empreender a construção de usinas para aproveitamento de energia elétrica e realizar serviços de arborização, florestamento e reflorestamento;

f) a prestação de serviços nos diversos setores e atividades de engenharia em geral, inclusive nos relativos à aplicação e utilização de materiais refratários, montagem de conjuntos industriais, administração e execução de serviços e obras de construção civil, fabricação de estruturas metálicas, fabricação, reparação e manutenção de equipamentos mecânicos e outros produtos correlatos, além de setores contábeis e administrativos;

g) a realização de operações de exportação e importação; e

h) a representação comercial pertinente às suas atividades, bem como a participação em outras sociedades.

Art. 4º - O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Art. 5º - O capital social da Companhia é de R\$ ~~2.388.844.863,65~~2.528.146.113,65 (dois bilhões, ~~trezentos e oitenta~~quinhentos e vinte e oito milhões, ~~oitocentos~~cento e quarenta e ~~quatro~~seis mil, ~~oitocentos e sessenta e três~~cento e treze reais e sessenta e cinco centavos), ~~dividido em 258.211.934~~totalmente subscrito e integralizado, dividido em 291.981.934 (duzentas e noventa e um milhões, novecentas e oitenta e um mil e novecentas e trinta e quatro) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A alteração do artigo 5º do estatuto social tem por objetivo atualizar o valor do capital social da Companhia em face do último aumento de capital aprovado em Reunião do Conselho de Administração de 23 de fevereiro de 2011.

§1º - O capital social da Companhia será representado exclusivamente por ações ordinárias nominativas.

§2º - Cada ação ordinária dará o direito a um voto nas assembleias gerais da Companhia.

§3º - As ações de emissão da Companhia são escriturais e serão mantidas em conta de depósito, em nome dos seus titulares, em instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), sem emissão de certificados.

§4º - A instituição depositária contratada pela Companhia poderá cobrar dos acionistas o custo do serviço de transferência e averbação da propriedade das ações escriturais, assim como os custos dos serviços relativos às ações custodiadas, observado os limites máximos fixados pela CVM.

§5º - É vedada a criação ou emissão de ações preferenciais ou de partes beneficiárias.

§6º - As ações serão indivisíveis em relação à Companhia.

§7º - Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio.

Art. 6º - A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, através da emissão de ações ordinárias, bônus de subscrição ou debêntures conversíveis em ações ordinárias, em até R\$ 4.000.000.000,00 (quatro bilhões de reais), além do valor do capital social constante no artigo 5º acima, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições da emissão, inclusive preço, forma e prazo de integralização.

A alteração do artigo 6º do estatuto social tem por objetivo adequar sua redação, tornando-a mais completa e clara em relação aos meios pelos quais a Companhia está autorizada a aumentar seu capital, bem como permitir aos acionistas uma melhor verificação dos aumentos de capital da Companhia em face do limite estatutário aqui estabelecido.

~~§1º - A Companhia poderá emitir ações ordinárias e bônus de subscrição dentro do limite do capital autorizado.~~

A exclusão do parágrafo 1º do artigo 6º do estatuto social tem por objetivo simplificar as disposições aqui previstas, considerando que as alterações previstas para o caput do artigo 6º tornam dispensável o presente dispositivo.

§1º - O Conselho de Administração poderá deliberar a emissão, sem direito de preferência para os antigos acionistas, ou com redução do prazo para o exercício do direito de preferência de que trata o § 4º do art. 171 da Lei nº 6.404/76, de ações ordinárias, debêntures conversíveis em ações ordinárias, ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante:

A inclusão de uma vírgula no parágrafo 1º do artigo 6º do estatuto social decorre de um simples ajuste de redação.

a) venda em bolsa de valores ou subscrição pública; ou

b) permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos dos arts. 257 e 263 da Lei nº 6.404/76.

§3º - O Conselho de Administração poderá outorgar, de acordo com plano aprovado pela assembleia geral e dentro do limite de capital autorizado, opção de compra ou subscrição de ações a seus administradores ou empregados, assim como a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas, direta ou indiretamente, pela Companhia, sem direito de preferência para os acionistas.

A correção da numeração deste parágrafo se faz necessária, diante das alterações propostas.

CAPÍTULO III ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 7º - A assembleia geral reunir-se-á, ordinariamente, nos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem o pronunciamento dos acionistas, nos casos previstos em lei e neste estatuto social.

§1º - As assembleias gerais serão convocadas com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência, em primeira convocação, ou 8 (oito) dias, em segunda convocação.

§2º - Além das demais hipóteses previstas em lei e neste estatuto social, a assembleia geral será convocada pelo Conselho de Administração.

§3º - As deliberações da assembleia geral, observadas as disposições deste estatuto social e ressalvadas as exceções previstas em lei, serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco.

Art. 8º - Para tomar parte na assembleia geral, o acionista deverá depositar na Companhia, com a antecedência prevista no respectivo edital de convocação:

a) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia, na forma do art. 126 da Lei nº 6.404/76; e

b) instrumento de mandato, devidamente regularizado na forma da lei e deste estatuto social, na hipótese de representação do acionista.

§1º - O acionista, seu representante legal ou procurador, deverá comparecer à assembleia geral munido de documentos que comprovem sua identidade e seus poderes.

§2º - O acionista poderá ser representado na assembleia geral por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou

instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar os condôminos.

Art. 9º - A assembleia geral será instalada e presidida pelo presidente do Conselho de Administração e, em sua falta ou impedimento, pelo vice-presidente, e na falta ou impedimento deste último, por outro acionista escolhido dentre os presentes.

Parágrafo único. O presidente da assembleia geral escolherá um dos presentes para servir de secretário.

CAPÍTULO IV ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

Seção I Disposições Gerais

Art. 10 – A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria.

§1º - A assembleia geral determinará a remuneração dos administradores da Companhia, a qual será fixada em bases globais, cabendo ao Conselho de Administração estabelecer a remuneração individual de cada membro da administração.

§2º - Os administradores da Companhia terão os deveres e responsabilidades estabelecidos neste estatuto social, na legislação societária vigente e no Regulamento do Novo Mercado.

§3º - Os administradores responderão perante a Companhia e terceiros pelos atos que praticarem no exercício de suas funções, nos termos da lei, deste estatuto social e do Regulamento do Novo Mercado.

§4º - A Companhia, nos casos em que não tomar o pólo ativo da ação, assegurará aos administradores e membros do Conselho Fiscal, por meio de terceiros contratados, a sua defesa em processos judiciais e administrativos contra eles propostos por terceiros, durante ou após os respectivos mandatos, até o final do prazo prescricional aplicável, por atos praticados no exercício de suas funções.

§5º - O administrador ou membro do Conselho Fiscal condenado em decisão transitada em julgado, com base em violação de lei ou do estatuto ou culpa ou dolo no exercício de suas funções, deverá ressarcir a Companhia das perdas e danos porventura sofridos, inclusive pelos custos e despesas incorridos nos termos do §4º acima.

§6º - A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, contratar seguro para a cobertura de responsabilidade decorrente do exercício de cargos ou funções pelos administradores, membros do Conselho Fiscal, empregados ou mandatários da Companhia e suas controladas.

Art. 11 - A administração da Companhia deverá zelar pela observância da legislação aplicável, deste estatuto social e de acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, bem como do Plano de Negócios e Orçamento Anual da Companhia.

Seção II Conselho de Administração

Art. 12 - O Conselho de Administração será composto por 8 (oito) membros e igual número de suplentes, ~~todos~~ acionistas ou não, eleitos pela assembleia geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, com um mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

A alteração no artigo 12 do estatuto social tem por objetivo adequar a sua redação diante das mudanças trazidas pela Lei nº 12.431/11 à Lei nº 6.404/76, que suprimiu a exigência legal de o membro do Conselho de Administração da Companhia também ser acionista da mesma.

§1º - No mínimo 20% (vinte por cento) dos membros do Conselho de Administração serão Conselheiros Independentes, ~~os quais devem ser~~ conforme definição do Regulamento do Novo Mercado, e expressamente declarados como ~~tais~~ na ata da assembleia geral que os eleger, sendo também considerados como independentes os conselheiros eleitos mediante faculdade prevista pelo artigo 141, §§ 4º e 5º da Lei 6.404/76.

A alteração do parágrafo 1º do artigo 12 do estatuto social tem por objetivo melhorar sua redação e adequá-la às normas do Regulamento do Novo Mercado, de acordo com as cláusulas mínimas ali propostas.

~~§2º - Considera-se “Conselheiro Independente” o conselheiro que:~~

- ~~a) não tiver qualquer vínculo com a Companhia, exceto participação de capital;~~
- ~~b) não for Acionista Controlador, cônjuge ou parente até segundo grau do Acionista Controlador, ou não for ou não tiver sido, nos últimos 3 (três) anos, vinculado a sociedade ou entidade relacionada ao Acionista Controlador, excluindo-se desta restrição pessoas vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa;~~
- ~~c) não tiver sido, nos últimos 3 anos, empregado ou diretor da Companhia, do Acionista Controlador ou de sociedade controlada pela Companhia;~~
- ~~d) não for fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços e/ou produtos da Companhia, em magnitude que implique perda de independência;~~
- ~~e) não for funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos à Companhia;~~
- ~~f) não for cônjuge ou parente até segundo grau de algum administrador da Companhia; e~~

~~g) não receber outra remuneração da Companhia além da de conselheiro, excluindo-se desta restrição proventos em dinheiro oriundos de participação no capital.~~

A exclusão do parágrafo 2º do artigo 12 do estatuto social tem por objetivo (i) adequar sua redação às normas do Regulamento do Novo Mercado, de acordo com as cláusulas mínimas ali propostas; e (ii) simplificar a redação do estatuto social, tendo em vista que a definição de Conselheiro Independente, conforme já dispõe o caput do referido artigo, será aquela prevista no Regulamento do Novo Mercado.

§~~3~~² - Quando, em decorrência da observância do percentual referido no §1º acima, resultar número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento ~~para o número inteiro:~~

~~a) imediatamente superior, quando a fração for igual ou superior a 0,5 (cinco décimos); ou~~

~~b) imediatamente inferior, quando a fração for inferior a 0,5 (cinco décimos).~~ nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

A alteração do antigo parágrafo 3º do artigo 12 do estatuto social tem por objetivo (i) adequar sua redação às normas do Regulamento do Novo Mercado, de acordo com as cláusulas mínimas ali propostas; e (ii) simplificar a redação do estatuto social, fazendo menção ao próprio Regulamento do Novo Mercado, no que tange o procedimento de arredondamento do número de conselheiros.

~~§4º - Também serão considerados Conselheiros Independentes aqueles eleitos nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 141 da Lei nº 6.404/76.~~

A exclusão do parágrafo 4º do artigo 12 do estatuto social tem por objetivo simplificar o estatuto social, uma vez que o aqui disposto passará a estar previsto no caput modificado do presente artigo.

§~~5~~³ - Não poderá ser eleito para o Conselho de Administração, salvo dispensa da assembleia geral, aquele que:

A correção da numeração deste parágrafo se faz necessária, diante das alterações propostas.

a) for empregado ou ocupar cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia; ou

b) tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia.

§~~6~~⁴ - Os membros e suplentes do Conselho de Administração tomarão posse mediante a assinatura de termo de posse, lavrado em livro próprio, estando a respectiva posse condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores previsto no Regulamento do Novo Mercado e do Termo de Adesão à Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante adotada pela Companhia, nos termos da Instrução CVM n.º 358, de 22 de janeiro de 2002, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

A alteração do antigo parágrafo 6º do artigo 12 tem por objetivo detalhar e melhorar a redação deste parágrafo, bem como adequá-la às normas do Regulamento do Novo Mercado, de acordo com as cláusulas mínimas ali propostas.

§75º - Os membros e suplentes do Conselho de Administração permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores.

A correção da numeração deste parágrafo se faz necessária, diante das alterações propostas.

§86º - No caso de ausência ou impedimento temporário de qualquer membro do Conselho de Administração, este será substituído pelo seu respectivo suplente.

A correção da numeração deste parágrafo se faz necessária, diante das alterações propostas.

§97º - Em caso de renúncia ou vacância de membro ou suplente do Conselho de Administração, ~~será convocada assembleia geral, no prazo de até 5 (cinco) dias contados da verificação da renúncia ou vacância, para eleição do substituto, que deverá completar o restante do mandato~~ o Conselho de Administração poderá nomear substituto, que servirá até a primeira assembleia geral subsequente.

Conforme autorizado pelo art. 150 da Lei n.º 6.404/76, a alteração do antigo parágrafo 9º do artigo 12 tem por objetivo transferir a competência da assembleia geral para o Conselho de Administração, em relação à nomeação de membro substituto, em caso de renúncia ou vacância de membro ou suplente do Conselho de Administração. Tal medida visa trazer mais celeridade ao processo de recomposição do número de conselheiros previsto no estatuto social, além de ser um procedimento mais eficiente e menos custoso para a Companhia.

§108º - Qualquer membro suplente do Conselho de Administração deverá ter o direito (i) de ser notificado sobre quaisquer reuniões ou outros atos societários relevantes, no mesmo momento em que os membros efetivos do Conselho de Administração o forem; (ii) de comparecer e participar em toda e qualquer Reunião do Conselho de Administração (e em todos os respectivos comitês), independentemente de o respectivo membro efetivo estar presente na reunião; (iii) de ter acesso às mesmas informações que os demais membros do Conselho de Administração; e (iv) a quaisquer outros direitos que os membros do Conselho de Administração da Companhia tiverem ou possam vir a ter (exceto o direito de voto se o membro efetivo do Conselho de Administração comparecer à respectiva reunião).

A correção da numeração deste parágrafo se faz necessária, diante das alterações propostas.

Art. 13 - O Conselho de Administração poderá, para seu assessoramento, determinar a formação de comitês técnicos ou consultivos, com objetivos e funções definidos e que poderão ser integrados por membros do Conselho de Administração ou terceiros indicados pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Único. Caberá ao Conselho de Administração estabelecer as normas aplicáveis aos comitês, inclusive quanto à sua composição, funcionamento e, no caso de terceiros indicados pelo Conselho de Administração, sua eventual remuneração.

Art. 14 - A assembleia geral nomeará o presidente e o vice-presidente do Conselho de Administração.

~~Parágrafo único.~~ §1º - No caso de ausência ou impedimento temporário, o presidente do Conselho de Administração será substituído pelo vice-presidente e, no caso de impedimento deste, por outro conselheiro, escolhido pelos demais conselheiros.

A correção da numeração deste parágrafo se faz necessária, diante das alterações propostas.

§2º - Os cargos de presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

A inclusão do parágrafo 2º do artigo 14 tem por objetivo adequar o estatuto social às normas do Regulamento do Novo Mercado, de acordo com as respectivas cláusulas mínimas ali propostas.

Art. 15 - Além das demais matérias previstas em lei e no presente estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre as seguintes matérias:

- a) estabelecer os objetivos, a política e a orientação geral dos negócios;
- b) eleger e destituir os diretores, fixar suas remunerações dentro do montante global fixado pela assembleia geral, bem como estabelecer-lhes atribuições e responsabilidades específicas, observado o disposto neste estatuto social;
- c) fiscalizar a gestão dos diretores, examinar, a qualquer tempo, livros e papéis, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos;
- d) fixar os critérios gerais de remuneração e as políticas de benefícios dos administradores e dos funcionários de escalão superior;
- e) convocar a assembleia geral;
- f) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria;
- g) autorizar a emissão de novas ações ordinárias e bônus de subscrição, até o limite do capital autorizado, bem como deliberar sobre a aquisição de ações de sua emissão, seja para cancelamento ou permanência em tesouraria, e sua venda ou colocação no mercado, observadas as normas da CVM e demais legislação aplicável;
- h) declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, ou em outro balanço intermediário, bem como determinar o pagamento de juros sobre capital próprio;

i) aprovar o Plano de Negócios e Orçamento Anual, qualquer revisão, alteração ou atualização do mesmo, bem como todos e quaisquer investimentos de capital ou despesas operacionais cujo valor exceder em 10% (dez por cento) os montantes previamente aprovados no Plano de Negócios e Orçamento Anual para o respectivo exercício social;

A alteração à alínea “i” do artigo 15 do estatuto social decorre de um simples ajuste de redação.

j) aprovar a assunção de dívida ou a contratação ou concessão de empréstimos ou financiamentos (inclusive por meio de contratos de abertura de crédito, mútuos, arrendamento mercantil, comprar e vender e desconto ou cessão de recebíveis ou créditos) cujo valor seja igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), por operação;

k) aprovar a celebração, alteração ou rescisão de qualquer contrato, por si ou por suas controladas, cujo valor seja igual ou superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais);

l) deliberar sobre a emissão, resgate antecipado e todas as demais condições de (i) debêntures ~~simples~~, não conversíveis em ações ~~e sem garantia real~~, nos termos do §1º do art. 59 da Lei 6.404/76; (ii) debêntures conversíveis em ações ordinárias, até o limite do capital autorizado, nos termos do §2º do art. 59 da Lei 6.404/76; e (iii) commercial papers, bônus e demais títulos destinados a distribuição pública ou privada, primária ou secundária;

A alteração à alínea “l” do artigo 15 do estatuto social tem como objetivo melhorar a sua redação, bem como prever a competência do Conselho de Administração para emitir debêntures com ou sem garantia real, e debêntures conversíveis em ações, conforme autoriza a Lei nº 12.431/11.

m) aprovar a realização de operações e negócios de qualquer natureza, por si ou por suas controladas, com os acionistas ou qualquer sociedade que, direta ou indiretamente, controle, seja controlada ou esteja sob controle comum de acionistas (“Afiliada”), bem como qualquer operação ou negócio de qualquer natureza com qualquer administrador da Companhia ou seus respectivos cônjuges, parentes até segundo grau ou Afiliadas;

n) aprovar qualquer licenciamento, aquisição, alienação ou oneração de qualquer marca, patente, direito autoral, segredo de negócio, know-how ou outra propriedade intelectual, por si ou por suas controladas;

o) aprovar o ingresso, por si ou por suas controladas, em qualquer joint venture ou associação, incluindo a constituição de sociedades com terceiros;

p) aprovar a criação e extinção de controladas e a aquisição, alienação ou oneração, por si ou por suas controladas, de quaisquer participações, diretas ou indiretas, em quaisquer sociedades ou em consórcios;

q) aprovar a aquisição ou alienação, por si ou por suas controladas, de qualquer outro bem ou direito em valor igual ou superior a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais),

exceto se especificamente previsto no Plano de Negócios e Orçamento Anual aprovados;

r) aprovar a constituição de qualquer ônus sobre qualquer bem ou ativo, bem como a concessão de qualquer garantia, real ou pessoal, inclusive aval, por si ou por suas controladas, em valor igual ou superior a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), exceto em relação à emissão debêntures, conforme disposto na alínea “l” acima;

A alteração da alínea “r” do artigo 15 do estatuto social tem por objetivo evitar a necessidade de aprovação, pelo Conselho de Administração, de garantias outorgadas no âmbito de uma emissão de debêntures, tendo em vista o disposto na alínea “l” acima.

s) aprovar a propositura de qualquer ação judicial (exceto ações tributárias) ou a celebração de acordo judicial ou transação para prevenir ou encerrar litígio, por si ou por suas controladas, envolvendo valor igual ou superior a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais);

t) aprovar a propositura de qualquer ação tributária ou a celebração de acordo judicial ou transação para prevenir ou encerrar litígio tributário, por si ou por suas controladas, envolvendo valor igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);

u) definir e instruir o voto nas assembleias gerais, assembleias ou reuniões de sócio ou reuniões de órgãos de administração de qualquer controlada ou outra sociedade ou consórcio no qual a Companhia detenha, direta ou indiretamente, qualquer participação, quando as matérias objeto do conclave sejam (i) aquelas previstas neste artigo 15, observados os limites aqui previstos; ou (ii) aquelas matérias listadas no art. 122, incisos III a IX da Lei 6.404/76;

A alteração da alínea “u” do artigo 15 do estatuto social tem como objetivo fazer com que a Companhia somente defina e instrua seu voto em quaisquer assembleias ou reuniões de sócio de suas controladas, em relação a matérias de expressiva relevância para os negócios das mesmas. Tal medida é importante para evitar custos desnecessários e excessivas Reuniões do Conselho de Administração para deliberar sobre matérias de menor importância, assim como tornar mais céleres as deliberações de menor relevância interestes às controladas.

v) aprovar planos de participação nos lucros, inclusive qualquer plano de participação nos lucros exigido por lei;

w) selecionar e destituir os auditores independentes;

x) aprovar a implementação, alteração ou extinção de políticas contábeis, políticas de divulgação de informações e negociação de valores mobiliários, exceto conforme exigido por lei;

y) aprovar o regimento interno do Conselho de Administração e de qualquer comitê, conselho ou comissão estatutária, se houver;

z) deliberar sobre qualquer matéria submetida à apreciação do Conselho de Administração pela Diretoria; e

aa) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; e (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM;

A inclusão da alínea “aa” do artigo 15 do estatuto social tem por objetivo adequar sua redação à respectiva cláusula do Regulamento do Novo Mercado.

bb) aprovar a concessão de doações e subvenções, em valor igual ou superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) por exercício social; e

A inclusão da alínea “bb” do artigo 15 do estatuto social tem por objetivo evitar a convocação de assembleia geral para aprovar a concessão de quaisquer doações e subvenções, deixando a cargo do Conselho de Administração deliberar sobre a matéria, quando o valor das doações e subvenções for igual ou superior ao indicado acima. Quando tal valor for inferior, caberá à Diretoria tal decisão.

cc) definir lista tríplex de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas para a elaboração de laudo de avaliação das ações de emissão da Companhia, nos casos de oferta pública de ações para cancelamento de registro de companhia aberta ou para saída do Novo Mercado.

A inclusão da alínea “cc” do artigo 15 do estatuto social tem como objetivo por objetivo adequar sua redação à respectiva cláusula do Regulamento do Novo Mercado.

Art. 16 - O Conselho de Administração reunir-se-á sempre que necessário e, ao menos, trimestralmente.

§1º - As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas pelo seu presidente ou pelo seu vice-presidente ou, ainda, por 2 (dois) conselheiros em conjunto, por meio de notificação escrita, com aviso de recebimento, endereçada ao local previamente indicado pelos conselheiros, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, indicando a pauta, data, local e horário da reunião.

§2º - Em caráter de comprovada urgência, as reuniões do Conselho de Administração poderão ser convocadas pelo presidente ou pelo vice-presidente do Conselho de Administração sem a observância do prazo previsto no §1º acima, desde que sejam inequivocamente cientificados todos os membros do Conselho de Administração com, pelo menos, 2 (dois) dias úteis de antecedência.

§3º - Independentemente do cumprimento das formalidades relativas à convocação, considerar-se-á regular a reunião a que comparecerem todos os membros do Conselho de Administração, por si ou na forma dos §§ 5º, 6º ou 8º abaixo.

§4º - As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas com a presença da maioria de seus membros, observado o disposto nos §§ 5º, 6º ou 8º abaixo.

§5º - Em suas ausências ou impedimentos temporários, os conselheiros poderão se fazer representar na reunião por seu suplente ou por outro membro do Conselho de Administração, designado por meio de autorização específica e da qual conste a instrução de voto do conselheiro ausente ou impedido, valendo tal representação para fins de verificação de quorum de instalação e de deliberação.

§6º - Os conselheiros poderão enviar antecipadamente o seu voto, que valerá para fins de verificação de quorum de instalação e de deliberação, desde que enviado à Companhia, em atenção ao presidente da respectiva reunião do Conselho de Administração, por escrito, até o início da reunião.

§7º - As reuniões do Conselho de Administração poderão ser realizadas na sede da Companhia ou em qualquer outra dependência.

§8º - Os conselheiros poderão se reunir por meio de teleconferência ou videoconferência, admitida a gravação destas, devendo os conselheiros que participarem remotamente da reunião confirmar o seu voto, na data da reunião, por meio de carta ou fac-símile ou correio eletrônico digitalmente certificado, enviado para a Companhia, em atenção ao presidente da respectiva reunião do Conselho de Administração.

§9º - As reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo presidente do Conselho de Administração e, na sua ausência ou impedimento, por conselheiro por ele indicado na forma do §5º [acima](#) ou, na falta de tal indicação, por conselheiro escolhido pelos conselheiros presentes à reunião, cabendo ao presidente da reunião indicar o secretário.

A alteração do parágrafo 9º do artigo 16 do estatuto social decorre de um simples ajuste de redação.

§10º - Observado o que dispuser acordo de acionistas arquivado na sede na Companhia, as deliberações do Conselho de Administração serão aprovadas pelo voto favorável de, pelo menos, a maioria de seus membros.

§11º - Ao término de toda reunião, deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os conselheiros fisicamente presentes à reunião e, posteriormente, transcrita no livro de registro de atas do Conselho de Administração, devendo os votos proferidos por conselheiros que tenham se manifestado na forma dos §§ 5º, 6º ou 8º acima constar da ata e cópia da respectiva carta, fac-símile ou correio eletrônico contendo o seu voto, conforme o caso, ser juntada ao livro logo após a transcrição da ata.

§12º - O Conselho de Administração poderá convidar outros participantes para as suas reuniões, desde que para prestarem esclarecimentos necessários aos conselheiros,

devendo permanecer na reunião pelo tempo necessário a tais esclarecimentos, após o que deverão retirar-se, sendo-lhes de qualquer forma vedado o direito de voto.

Seção III Diretoria

Art. 17 - A Diretoria será composta por um mínimo de 2 (dois) e um máximo de 15 (quinze) diretores, sendo um o Diretor Presidente, um Diretor Financeiro e os demais diretores sem designação específica e devendo um dos diretores ser eleito ou cumular o cargo de Diretor de Relações com Investidores, devendo tal circunstância constar da respectiva ata do Conselho de Administração que deliberar sobre a eleição dos membros da Diretoria.

§1º - Todos os diretores deverão ser residentes no Brasil, acionistas ou não, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos.

§2º - Os diretores serão investidos nos respectivos cargos mediante a assinatura de termo de posse lavrado no livro de atas das reuniões da diretoria, estando a respectiva posse condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores previsto no Regulamento do Novo Mercado e [do Termo de Adesão](#) à Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante adotada pela Companhia, nos termos da Instrução CVM n.º 358, de 22 de janeiro de 2002, [bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis](#).

A alteração do antigo parágrafo 2º do artigo 17 tem por objetivo detalhar e melhorar a redação deste parágrafo, bem como adequá-la às normas do Regulamento do Novo Mercado, de acordo com as cláusulas mínimas ali propostas.

§3º - Os diretores permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores.

§4º - Em caso de renúncia ou vacância de qualquer cargo de diretor, será convocada reunião do Conselho de Administração, no prazo de até 5 (cinco) dias contados da verificação da renúncia ou vacância, para eleição do substituto, que deverá completar o restante do mandato.

Art. 18 - Os diretores terão todos os poderes para gerir e administrar a Companhia, observado o disposto neste estatuto social e nas deliberações do Conselho de Administração, competindo-lhes:

- a) a representação ativa e passiva da Companhia, em juízo ou fora dele, observado o disposto no art. 22;
- b) o cumprimento das atribuições previstas neste estatuto social e aquelas estabelecidas pelo Conselho de Administração; e
- c) a execução do Plano de Negócios e Orçamento Anual aprovado;

Art. 19 - Compete:

I - Ao Diretor Presidente:

- a) convocar e presidir as reuniões de Diretoria;
- b) coordenar, orientar, acompanhar e supervisionar os demais membros da Diretoria;
- c) elaborar, em conjunto com o Diretor Financeiro, se houver, o Plano de Negócios e Orçamento Anual, para revisão e aprovação do Conselho de Administração;
- d) fixar atribuições aos demais diretores não previstas neste estatuto social ou em resoluções do Conselho de Administração, conforme a alínea “b” do art. 15;
- e) definir, juntamente com o Diretor Financeiro, se houver, observado o Plano de Negócios e Orçamento Anual aprovado, a estrutura de capital mais apropriada à Companhia, incluindo a seleção de instrumentos de dívida de curto e longo prazo e proposta de emissão de valores mobiliários;
- f) submeter ao Conselho de Administração todos os assuntos que requeiram exame e aprovação do Conselho de Administração;
- g) se não tiver sido eleito o Diretor Financeiro e na falta de deliberação diversa do Conselho de Administração, cumular as funções do Diretor Financeiro ou atribuí-las, no todo ou em parte, aos demais diretores;e

A alteração da alínea “g” inciso I do artigo 19 do estatuto social decorre de um simples ajuste de redação.

- h) exercer outras atribuições que lhe sejam cometidas pelo Conselho de Administração.

II – Ao Diretor Financeiro:

- a) elaborar, juntamente com o Diretor Presidente, o Plano de Negócios e Orçamento Anual, para revisão e aprovação do Conselho de Administração;
- b) coordenar e controlar o Plano de Negócios e Orçamento Anual;
- c) administrar e controlar as reservas financeiras;
- d) responder pela contabilidade e controladoria e pela contratação de auditores externos, observado o disposto no inciso IX do art. 142 da Lei n.º 6.404/76 e nas alíneas “x” e “y” do art. 15;
- e) preparar balancetes e demonstrativos de lucros e perdas, bem como o relatório anual e as demonstrações financeiras, anuais ou semestrais, os quais serão submetidos à Diretoria;
- f) definir, juntamente com o Diretor Presidente, observado o Plano de Negócios e Orçamento Anual aprovado, a estrutura de capital mais apropriada à Companhia, incluindo a seleção de instrumentos de dívida de curto e longo prazo e a proposta de emissão de valores mobiliários;

g) substituir o Diretor Presidente em suas ausências; e

h) exercer outras atribuições que lhe sejam cometidas pelo Conselho de Administração.

III - Ao diretor que exercer ou cumular o cargo de Diretor de Relação com Investidores, representar a Companhia perante a CVM, acionistas, investidores, bolsas de valores, Banco Central do Brasil e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais.

IV - Aos demais diretores, exercer as atribuições que lhes sejam cometidas pelo Conselho de Administração ou, conforme a alínea “d” do inciso I do art. 19, pelo Diretor Presidente.

Art. 20 – As seguintes matérias serão de competência da Diretoria, como colegiado:

a) submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração, o relatório da administração e as contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior;

b) definir as diretrizes básicas de provimento e administração de pessoal da Companhia;

c) elaborar o plano de organização da Companhia e emitir as normas correspondentes;

d) aprovar o plano de cargos e salários da Companhia e seu regulamento, observado o disposto na alínea “d” do art. 15;

e) aprovar a contratação da instituição depositária prestadora dos serviços de ações escriturais;

f) propor ao Conselho de Administração a criação, fixação da remuneração e a extinção de novo cargo ou função na Diretoria da Companhia;

g) aprovar a abertura ou encerramento de filiais-~~e~~, escritórios, [depósitos ou agências de representação](#) no Brasil (não sendo necessária a referida autorização no que se refere à abertura de filiais-~~e~~, escritórios-~~no~~, [depósitos ou agências de representação no](#) exterior);
e

A alteração da alínea “g” do artigo 20 do estatuto tem por objetivo listar todos os estabelecimentos que a Diretoria pode aprovar a abertura ou encerramento, em conformidade com o disposto no artigo 2º do estatuto social.

h) decidir sobre os assuntos que não sejam de competência da assembleia geral ou do Conselho de Administração.

Art. 21 - A Diretoria reunir-se-á, ~~ordinariamente, pelo menos 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente,~~ sempre que assim exigirem os negócios sociais.

A alteração do artigo 21 do estatuto tem por objetivo evitar a necessidade de realização

de reuniões formais mensais da Diretoria, trazendo mais dinamismo e eficiência à condução dos negócios da Companhia.

§1º - As reuniões da Diretoria serão convocadas por qualquer diretor, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

§2º - Independentemente do cumprimento das formalidades relativas à convocação, considerar-se-á regular a reunião a que comparecerem todos os diretores.

§3º - As reuniões da Diretoria serão instaladas com a presença da maioria dos seus membros.

§4º - Os diretores poderão se reunir por meio de teleconferência ou videoconferência, admitida a gravação destas, devendo os diretores que participarem remotamente da reunião confirmar o seu voto, na data da reunião, por meio de carta ou fac-símile ou correio eletrônico digitalmente certificado, enviado em atenção ao Diretor Presidente.

§5º - As deliberações da Diretoria, reunida como órgão colegiado, serão tomadas por maioria de votos dos presentes à reunião, inclusive na forma do §4º.

§6º - Ao término de toda reunião, deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os diretores fisicamente presentes à reunião e, posteriormente, transcrita no livro de registro de atas da diretoria, devendo os votos proferidos por diretores que tenham se manifestado na forma do §4º constar da ata e cópia da respectiva carta, fac-símile ou correio eletrônico contendo o seu voto, conforme o caso, ser juntada ao livro logo após a transcrição da ata.

A alteração do parágrafo 6º do artigo 21 do estatuto social decorre de um simples ajuste de redação.

Art. 22 - A Companhia será representada e somente se obrigará da seguinte forma:

- a) por 2 (dois) diretores, agindo em conjunto;
- b) por 1 (um) diretor agindo em conjunto com 1 (um) procurador;
- c) por 2 (dois) procuradores agindo em conjunto; ou
- d) por 1 (um) diretor ou por 1 (um) procurador, contanto que:
 - (i) perante órgãos, repartições e entidades públicas, federais, estaduais ou municipais;
 - (ii) em assembleias gerais ou reuniões de sócios de sociedades nas quais a Companhia participe, para manifestar o voto da Companhia, ~~conforme definido previamente~~ pelosempre observada a competência do Conselho de Administração, conforme o disposto na alínea “vu” do art. 15, quando for o caso;

A alteração do item (d)(ii) do artigo 22 do estatuto social tem por objetivo corrigir a

referência cruzada feita à competência do Conselho de Administração de deliberar sobre o voto da Companhia nas assembleias ou reuniões de sócio das sociedade nas quais participe, além de melhorar a redação deste item.

(iii) perante entidades de classe, sindicatos e Justiça do Trabalho, para a admissão, suspensão ou demissão de empregados e para acordos trabalhistas, bem como para atuação como prepostos ou para a nomeação destes;

(iv) para representação da Companhia em processos judiciais, administrativos e arbitrais, ou para a prestação de depoimento pessoal, preposto ou testemunha;

(v) em endossos de cheques ou títulos de crédito para a Companhia e na emissão de duplicatas ou cobranças; e

(vi) a assinatura de correspondências de rotina, que não impliquem responsabilidade para a Companhia.

Art. 23 - As procurações outorgadas pela Companhia serão assinadas por 2 (dois) [diretores](#), e (i) especificarão os poderes outorgados; (ii) terão prazo de duração de, no máximo, 1 (um) ano; e (iii) vedarão o substabelecimento, ressalvadas as procurações para representação da Companhia em processos judiciais, administrativos ou arbitrais, que poderão ser outorgadas sem as restrições contidas nos itens ~~(i)~~, (ii) e (iii) deste artigo.

A inclusão da palavra “diretores” no artigo 23 do estatuto social se faz necessária para explicitar quem pode outorgar as procurações pela Companhia. Em relação à exclusão do item (i), ela decorre da necessidade de toda procuração, inclusive aquelas para representação em processos de qualquer natureza, ter a especificação dos poderes outorgados.

CAPÍTULO V CONSELHO FISCAL

Art. 24 - A Companhia terá um Conselho Fiscal, composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros e igual número de suplentes, acionistas ou não, residentes no País, que funcionará em caráter permanente.

§1º - O Conselho Fiscal terá as atribuições e poderes previstos na lei.

§2º - Os membros do Conselho Fiscal serão eleitos pela assembleia geral, a qual fixará a remuneração dos seus membros, observadas as disposições legais aplicáveis.

§3º - Os membros do Conselho Fiscal serão investidos nos respectivos cargos mediante a assinatura de termo de posse lavrado no livro de atas das reuniões do Conselho Fiscal, estando a posse dos referidos membros condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal previsto no Regulamento do Novo Mercado, [bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis](#).

A alteração do antigo parágrafo 3º do artigo 24 tem por objetivo detalhar e melhorar a redação deste parágrafo, bem como adequá-la às normas do Regulamento do Novo Mercado, de acordo com as cláusulas mínimas ali propostas.

§4º - Os membros do Conselho Fiscal e seus suplentes exercerão seus cargos até a primeira assembleia geral ordinária que se realizar após a sua eleição, podendo ser reeleitos.

§5º - No caso de ausência ou impedimento temporário de qualquer membro do Conselho Fiscal, este será substituído pelo seu respectivo suplente.

§6º - ~~Ocorrendo vaga no Conselho Fiscal, os membros em exercício deverão convocar assembleia geral extraordinária, conforme o inciso V do art. 163 da Lei nº 6.404/76, com o objetivo de eleger substituto para exercer o cargo até o término do respectivo mandato do Conselho Fiscal.~~ Em caso de renúncia ou vacância de membro ou suplente do Conselho Fiscal, seu substituto será eleito na primeira assembleia geral subsequente.

A alteração do parágrafo 6º do artigo 24 tem por objetivo evitar a necessidade de convocação imediata de assembleia geral em caso de renúncia ou vacância de membro do Conselho Fiscal, trazendo mais dinamismo e eficiência à condução dos negócios da Companhia.

§7º - Os conselheiros fiscais poderão se reunir por meio de teleconferência ou videoconferência, admitida a gravação destas, devendo os membros do Conselho Fiscal que participarem remotamente da reunião confirmar o seu voto ou parecer, na data da reunião, por meio de carta ou fac-símile ou correio eletrônico digitalmente certificado, enviado em atenção aos demais membros do Conselho Fiscal presentes à reunião.

§8º - Ao término de toda reunião, deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os conselheiros fiscais fisicamente presentes à reunião e, posteriormente, transcrita no livro de registro de atas do Conselho Fiscal, devendo os votos proferidos por conselheiros que tenham se manifestado na forma dos §7º acima constar da ata e cópia da respectiva carta, fac-símile ou correio eletrônico contendo o seu voto ou parecer, conforme o caso, ser juntada ao livro logo após a transcrição da ata.

CAPÍTULO VI EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇO E RESULTADOS

Art. 25 - O exercício social terá a duração de 1 (um) ano, e terminará no último dia do mês de dezembro de cada ano.

Art. 26 - Ao final de cada exercício social serão elaborados, com base na escrituração mercantil da Companhia, as demonstrações financeiras, consubstanciadas no balanço patrimonial, demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados, ~~demonstrações~~ demonstração do resultado do exercício, demonstração dos fluxos de

~~caixa e demonstração do valor adicionado e demonstração das origens e aplicações de recursos~~, simultaneamente em moeda corrente nacional.

A alteração do artigo 26 decorre da Lei nº 11.638/07, que reformou o art. 176, da Lei nº 6.404/76, tornando obrigatória às companhias abertas a elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado.

§1º - A Companhia poderá levantar balanços semestrais ou referentes a períodos menores e, mediante deliberação do Conselho de Administração, distribuir dividendos intermediários com base nos resultados apurados ou à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros.

§2º - A Companhia poderá, mediante deliberação do Conselho de Administração, creditar ou pagar aos acionistas juros sobre o capital próprio, podendo as importâncias pagas ou creditadas a este título ser imputadas ao valor do dividendo obrigatório.

Art. 27 – O resultado do exercício, após os ajustes e deduções previstos em lei, incluindo a dedução de prejuízos acumulados, se houver, bem como a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro, terá a seguinte destinação, sucessiva e nesta ordem:

a) 5% (cinco por cento) para a reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social integralizado;

b) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de reservas para contingências, conforme o art. 195 da Lei nº 6.404/76;

c) 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, será distribuído, como dividendo obrigatório, a todos acionistas, observadas as demais disposições deste estatuto social e a legislação aplicável; e

d) a parcela remanescente, se houver, ~~por proposta dos órgãos da administração, poderá ser total ou parcialmente~~ será destinada à constituição da “Reserva para Efetivação de Novos Investimentos”, observado o disposto no art. 194 da Lei nº 6.404/76, que terá por finalidade preservar a integridade do patrimônio social, reforçando o capital social e de giro da Companhia com vistas a permitir a realização de novos investimentos, até o limite de 100% (cem por cento) do capital social, observado que o saldo desta reserva, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas as reservas de lucros a realizar e reservas para contingências, não poderá ultrapassar 100% (cem por cento) do valor do capital social e, uma vez atingido esse limite, a assembleia geral poderá deliberar sobre a aplicação do excesso no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos; sem prejuízo da retenção do excesso com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do art. 196 da Lei n.º 6.404/76.

~~e) a parcela remanescente, se houver, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do art. 196 da Lei n.º 6.404/76, conforme o Plano de Negócios e Orçamento Anual aprovado.~~

A alteração das alíneas “d” e “e” do estatuto social tem por objetivo deixar a redação do dispositivo mais clara, diminuindo a discricionariedade da administração na

distribuição de lucros.

§1º—Parágrafo Único. A assembleia geral poderá atribuir aos administradores da Companhia uma participação nos lucros, conforme o §1º do art. 152 da Lei nº 6.404/76.

A correção da numeração deste parágrafo se faz necessária, diante das alterações propostas.

§2º—~~A Companhia poderá conceder doações e subvenções a entidades beneficentes, desde que previamente autorizada pela assembleia geral.~~

A exclusão do parágrafo 2º do artigo 27 do estatuto social se faz necessária devido à alteração proposta para alínea “bb” do artigo 15, a qual se refere à transferência de competência da assembleia geral para o Conselho de Administração, em relação à concessão de doações e subvenções a entidades beneficentes.

Art. 28 - Os dividendos e juros sobre capital próprio que não forem reclamados no prazo de 3 (três) anos contados da data em que tenham sido colocados à disposição do acionista reverterão em favor da Companhia.

CAPÍTULO VII ALIENAÇÃO DO PODER DE CONTROLE, CANCELAMENTO DO REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA E SAÍDA DO NOVO MERCADO

Art. 29 - A ~~alienação~~Alienação do ~~controle acionário~~Controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o ~~adquirente~~Adquirente se obrigue a efetivar, observadas as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário ao do Acionista Controlador Alienante.

A alteração do artigo 29 do estatuto social tem por objetivo adequar sua redação diante das definições utilizadas pelo Regulamento do Novo Mercado.

Parágrafo Único. Para fins do disposto neste estatuto social, entende-se por:

a) “Acionista Controlador” o acionista, ou grupo de ~~acionistas vinculado por acordo de acionistas ou sob controle comum~~ pessoas (i) vinculadas por contratos ou acordos de voto de qualquer natureza, seja diretamente ou por meio de sociedades controladas, controladoras ou sob controle comum; ou (ii) entre os quais haja relação de controle; ou (iii) sob controle comum (“Grupo de Acionistas”), que exerça o Poder de Controle da Companhia.

A alteração da alínea “a” do artigo 29 do estatuto social tem por objetivo adequar sua redação diante das definições utilizadas pelo Regulamento do Novo Mercado.

b) “Acionista Controlador Alienante” o Acionista Controlador quando este promove ~~alienação de controle~~Alienação do Controle da Companhia.

A alteração da alínea “b” do artigo 29 do estatuto social tem por objetivo adequar sua redação diante das definições utilizadas pelo Regulamento do Novo Mercado.

c) “Ações de Controle” o bloco de ações que assegura, de forma direta ou indireta, ao(s) seu(s) titular(es), o exercício individual e/ou compartilhado do Poder de Controle da Companhia.

d) “Ações em Circulação” todas as ações emitidas pela Companhia, excetuadas as ações detidas pelo Acionista Controlador, por pessoas a ele vinculadas, por administradores da Companhia e aquelas em tesouraria.

e) “Alienação do Controle” a transferência a terceiro, a título oneroso, das Ações de Controle.

f) “Comprador Adquirente” aquele para quem o Acionista Controlador Alienante transfere o ~~Poderes~~ Ações de Controle em uma Alienação de Controle da Companhia.

A alteração da alínea “f” do artigo 29 do estatuto social tem por objetivo adequar sua redação diante das definições utilizadas pelo Regulamento do Novo Mercado.

g) “Contrato de Participação no Novo Mercado” o contrato celebrado entre, de um lado, a BM&FBOVESPA e, de outro, a Companhia e o Acionista Controlador, contendo disposições relativas à listagem da Companhia no Novo Mercado.

A inclusão desta alínea “g” do artigo 29 do estatuto social tem por objetivo adequar sua redação diante das definições utilizadas pelo Regulamento do Novo Mercado.

h) “Poder de Controle” o poder efetivamente utilizado de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independente da participação acionária detida. Há presunção relativa de titularidade do controle em relação à pessoa ou ao ~~grupo de pessoas vinculado por acordo de acionistas ou sob controle comum (“grupo de controle”)~~ Grupo de Acionistas que seja titular de ações que lhe tenham assegurado a maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes nas 3 (três) últimas assembleias gerais da Companhia, ainda que não seja titular das ações que lhe assegurem a maioria absoluta do capital votante.

A alteração da alínea “h” do artigo 29 do estatuto social tem por objetivo adequar sua redação diante das definições utilizadas pelo Regulamento do Novo Mercado.

i) “Regulamento de Sanções” o Regulamento de Aplicação de Sanções Pecuniárias do Novo Mercado, inclusive suas posteriores modificações, que disciplina a aplicação de sanções nos casos de descumprimento total ou parcial das obrigações decorrentes do Regulamento do Novo Mercado.

A inclusão desta alínea “j” do artigo 29 do estatuto social tem por objetivo adequar sua redação diante das definições utilizadas pelo Regulamento do Novo Mercado.

h)j) “Valor Econômico” o valor da Companhia e de suas ações que vier a ser determinado por empresa especializada, mediante a utilização de metodologia reconhecida ou com base em outro critério que venha a ser definido pela CVM.

A correção da referência deste parágrafo se faz necessária, diante das alterações propostas.

Art. 30 - A oferta pública referida no art. 29 também deverá ser efetivada:

a) quando houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações que venha a resultar na Alienação do Controle da Companhia; eou

A alteração da alínea “a” do artigo 30 do estatuto social tem por objetivo adequar sua redação diante da respectiva cláusula mínima estabelecida pelo Regulamento do Novo Mercado.

b) em caso de alienação de controle de sociedade que detenha o Poder de Controle da Companhia, sendo que, neste caso, o Acionista Controlador Alienante ficará obrigado a declarar à BOVESPA o valor atribuído à Companhia nessa alienação e a anexar documentação que comprove esse valor.

A alteração da alínea “b” do artigo 30 do estatuto social tem por objetivo adequar sua redação à atual denominação da BMF&BOVESPA.

Art. 31 - Aquele que ~~já detiver ações da Companhia e venha a~~ adquirir o Poder de Controle ~~acionário~~, em razão de contrato particular de compra e venda de ações celebrado com o Acionista Controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a:

A alteração do artigo 31 do estatuto social tem por objetivo adequar sua redação diante da respectiva cláusula mínima estabelecida pelo Regulamento do Novo Mercado.

a) efetivar a oferta pública referida no art. 29 deste estatuto social; ~~e~~

b) ~~ressarcir os acionistas de quem tenha comprado ações pagar, nos termos a seguir indicados, quantia equivalente à diferença entre o preço da oferta pública e o valor pago por ação eventualmente adquirida em bolsa nos 6 (seis) meses anteriores à data da Alienação de Controle, a quem deverá pagar a diferença entre o preço pago ao Acionista Controlador Alienante e o valor pago em bolsa por ações da Companhia neste período aquisição do Poder de Controle, devidamente atualizado até a data do pagamento de acordo com a variação do IPCA/IBGE, na forma da legislação em vigor. Referida quantia deverá ser distribuída entre todas as pessoas que venderam ações da Companhia nos pregões em que o Adquirente realizou as aquisições, proporcionalmente ao saldo líquido vendedor diário de cada uma, cabendo à BM&FBOVESPA operacionalizar a distribuição nos termos de seus regulamentos;~~ e

A alteração da alínea “b” do artigo 31 do estatuto social tem por objetivo adequar sua redação diante da respectiva cláusula mínima estabelecida pelo Regulamento do Novo Mercado.

c) tomar as medidas cabíveis para recompor o percentual mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do total das Ações em Circulação, dentro dos 6 (seis) meses subsequentes à aquisição do Controle.

Art. 32 - Enquanto estiver em vigor o Contrato de Participação no Novo Mercado, a Companhia não registrará:

a) qualquer transferência de ações para o ~~Comprador~~ Adquirente ou para aquele(s) que vier(em) a deter o Poder de Controle, enquanto este(s) não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores previsto no Regulamento do Novo Mercado; ou

A alteração da alínea “a” do artigo 32 do estatuto social tem por objetivo adequar a definição adotada no Regulamento do Novo Mercado para aquele que adquire o Poder de Controle da Companhia – “Adquirente”.

b) qualquer acordo de acionistas que disponha sobre o exercício do Poder de Controle sem que os seus signatários tenham subscrito o Termo de Anuência dos Controladores previsto no Regulamento do Novo Mercado.

Art. 33 - O Acionista Controlador ou a Companhia deverá efetivar oferta pública de aquisição de ações pertencentes aos demais acionistas na hipótese de cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia.

Art. 34 — Quando for informada ao mercado a decisão de se proceder ao cancelamento do registro de companhia aberta, o ofertante deverá divulgar o valor máximo por ação ou lote de mil ações pelo qual formulará a oferta pública.

§1º - A oferta pública ficará condicionada a que o valor apurado no laudo de avaliação não seja superior ao valor divulgado pelo ofertante.

§2º - Se o Valor Econômico das ações for superior ao valor informado pelo ofertante, a decisão de se proceder ao cancelamento do registro de companhia aberta ficará automaticamente revogada, exceto se o ofertante concordar expressamente em formular a oferta pública pelo Valor Econômico apurado, hipótese em que o ofertante deverá divulgar ao mercado a decisão que tiver adotado.

§3º - O procedimento para o cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia atenderá as demais exigências estabelecidas nas normas aplicáveis às companhias abertas e aos preceitos constantes do Regulamento do Novo Mercado.

Art. 35 - ~~○ Caso seja deliberada a saída da Companhia do Novo Mercado para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da assembleia geral que aprovou a referida operação, o~~ Acionista Controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição ~~dedas~~ ações pertencentes aos demais acionistas ~~na hipótese de os acionistas, em assembleia geral, da Companhia, no mínimo, pelo respectivo Valor Econômico, a ser apurado em laudo de avaliação elaborado nos termos do artigo 38 abaixo, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.~~

~~deliberarem a saída da Companhia do Novo Mercado, seja para que os valores mobiliários emitidos pela Companhia passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado, seja em decorrência de reorganização societária na qual as ações da sociedade resultante de tal reorganização não sejam admitidas para negociação no Novo Mercado.~~

A alteração do artigo 35 do estatuto social tem por objetivo refletir com mais precisão a respectiva cláusula mínima do Regulamento do Novo Mercado, que dispõe sobre o dever do Acionista Controlador de efetivar oferta pública de aquisição de ações, no caso de saída da Companhia do Novo Mercado.

Parágrafo ~~único~~ Único. A notícia da efetivação da oferta pública prevista no caput deverá ser comunicada à ~~BOVESPA~~ BM&FBOVESPA e divulgada ao mercado imediatamente após a realização da assembleia geral que houver aprovado a saída da Companhia do Novo Mercado ou a referida reorganização.

A alteração do parágrafo único do artigo 35 do estatuto social tem por objetivo adequar sua redação à atual denominação da BMF&BOVESPA.

Art. 36 - ~~Na hipótese de não haver Acionista Controlador, caso seja deliberada a saída da Companhia do Novo Mercado para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da assembleia geral que aprovou a referida operação, a saída estará condicionada à realização de oferta pública de aquisição de ações nas mesmas condições previstas no artigo 35 acima.~~

§1º - A referida assembleia geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações, o(s) qual(is), presente(s) na assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

§2º - Na ausência de definição dos responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição de ações, no caso de operação de reorganização societária, na qual a companhia resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado, caberá aos acionistas que votaram favoravelmente à reorganização societária realizar a referida oferta.

A alteração do artigo 36 e inclusão de seus respectivos parágrafos no estatuto social tem por objetivo adequar o estatuto social às normas do Regulamento do Novo Mercado, de acordo com as cláusulas mínimas ali propostas.

Art. 37 - A Alienação de Controle da Companhia que ocorrer nos 12 (doze) meses subsequentes à sua saída do Novo Mercado obrigará o Acionista Controlador Alienante, conjunta e solidariamente com o ~~Comprador~~ Adquirente, a oferecer aos demais acionistas a aquisição de suas ações pelo preço e nas condições obtidas pelo Acionista Controlador Alienante na alienação de suas próprias ações, devidamente atualizado até a data do pagamento, de acordo com a variação do IPCA/IBGE, na forma da legislação em vigor.

A alteração do artigo 37 do estatuto social tem por objetivo (i) adequar a definição adotada no Regulamento do Novo Mercado para aquele que adquire o Poder de Controle da Companhia – “Adquirente”; e (ii) estabelecer de forma clara a data limite até a qual incidirá a atualização monetária, evitando quaisquer dúvidas ou questionamentos a esse respeito por parte dos acionistas.

§1º - Se o preço obtido pelo Acionista Controlador Alienante na alienação a que se refere o “caput” deste artigo for superior ao valor da oferta pública realizada de acordo com o artigo 35 acima, devidamente atualizado de acordo com a variação do IPCA/IBGE, na forma da legislação em vigor, o Acionista Controlador Alienante conjunta e solidariamente com o ~~Comprador~~Adquirente, ficarão obrigados a pagar a diferença de valor apurado aos aceitantes da respectiva oferta pública, nas mesmas condições previstas no “caput” deste artigo.

A alteração do parágrafo 1º do artigo 37 do estatuto social tem por objetivo (i) adequar a definição adotada no Regulamento do Novo Mercado para aquele que adquire o Poder de Controle da Companhia – “Adquirente”; e (ii) aprimorar a referência feita ao artigo 35 acima.

§2º - A Companhia e o Acionista Controlador ficam obrigados a ~~averbar no livro de registro de ações da Companhia~~tomar as providências necessárias para que a instituição financeira depositária das ações averbe nos registros por ela mantidos, em relação às ações de propriedade do Acionista Controlador, ônus que obrigue o ~~Comprador~~Adquirente daquelas ações a estender aos demais acionistas da Companhia o preço e as condições de pagamento idênticos aos que forem pagos ao Acionista Controlador Alienante, em caso de alienação, na forma prevista no “caput” e no §1º deste artigo.

A alteração do parágrafo 2º do artigo 37 do estatuto social tem por objetivo adequar sua redação, tendo em vista (i) os registros de transferência de ações da Companhia são feitos por instituição financeira autorizada; e (ii) a definição adotada no Regulamento do Novo Mercado para aquele que adquire o Poder de Controle da Companhia – “Adquirente”.

Art. ~~3738~~ - O preço a ser ofertado nas ofertas públicas de que tratam os artigos 33, 35, 36 e 39 deste estatuto social deverá corresponder, no mínimo, ao Valor Econômico das ações a serem adquiridas, apurado em laudo de avaliação, conforme o disposto nos parágrafos 1º, 2º e 3º deste~~neste~~ artigo, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

A alteração do antigo artigo 37 do estatuto social se faz necessária para incluir a referência aos artigos 36 e 39, os quais se aplicam à hipótese prevista neste artigo, em relação preço a ser ofertado nas ofertas públicas.

§1º - O laudo de avaliação deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão da Companhia, seus administradores e ou seu Acionista Controlador, devendo o laudo satisfazer os requisitos do §1º do art. 8º da Lei nº 6.404/76 e conter a responsabilidade prevista no §6º do mesmo artigo.

A alteração do parágrafo 1º do antigo artigo 37 do estatuto social tem por objetivo refletir com mais precisão a respectiva cláusula mínima do Regulamento do Novo Mercado, que dispõe sobre o laudo de avaliação da Companhia.

§2º - A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do Valor Econômico da Companhia é de competência privativa da assembleia geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação, não sendo computados os votos em branco, ser tomada pela maioria dos votos dos acionistas representantes das Ações em Circulação presentes na assembleia geral, que, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de Ações em Circulação, ou, se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das Ações em Circulação, observado, em qualquer caso, o disposto no art. 125 da Lei nº 6.404/76.

A alteração do parágrafo 2º do antigo artigo 37 do estatuto social tem por objetivo refletir com mais precisão a respectiva cláusula mínima do Regulamento do Novo Mercado, que dispõe sobre a escolha de instituição ou empresa especializada na determinação do Valor Econômico da Companhia.

§3º - Os custos de elaboração do laudo de avaliação deverão ser assumidos integralmente pelo ofertante.

Art. 39 – A saída da Companhia do Novo Mercado em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado está condicionada à efetivação de oferta pública de aquisição de ações, no mínimo, pelo Valor Econômico das ações, a ser apurado em laudo de avaliação de que trata o Artigo 38 deste estatuto, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

§1º - O Acionista Controlador deverá efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no caput deste artigo.

§2º - Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Novo Mercado referida no caput deste artigo decorrer de deliberação de assembleia geral, os acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implicou o respectivo descumprimento deverão efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no caput.

§3º - Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Novo Mercado referida no caput deste artigo ocorrer em razão de ato ou fato da administração, os administradores da Companhia deverão convocar assembleia geral de acionistas, cuja ordem do dia será a deliberação sobre como sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado ou, se for o caso, deliberar pela saída da Companhia do Novo Mercado.

§4º - Caso a assembleia geral mencionada no §3º acima, delibere pela saída da Companhia do Novo Mercado, a referida assembleia geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações prevista no caput deste artigo, o(s) qual(is), presente(s) na assembleia, deverá(o) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

A inclusão do artigo 39 no estatuto social tem por objetivo refletir a hipótese de saída do Novo Mercado por descumprimento do Regulamento do Novo Mercado, de acordo com as cláusulas mínimas dispostas no Regulamento do Novo Mercado.

CAPÍTULO VIII DISSOLUÇÃO, LIQUIDAÇÃO E EXTINÇÃO

Art. ~~3840~~ - A Companhia entrará em dissolução ou liquidação nos casos previstos em lei, ou em virtude de deliberação da assembleia geral, e se extinguirá pelo encerramento da liquidação.

A correção da numeração deste parágrafo se faz necessária, diante das alterações propostas.

CAPÍTULO IX ACORDOS DE ACIONISTAS

Art. ~~3941~~ - A Companhia observará fielmente os acordos de acionistas arquivados em sua sede, sendo nulos e ineficazes em relação à Companhia, aos acionistas e terceiros quaisquer deliberações da assembleia geral, do Conselho de Administração ou da Diretoria que contrariarem o disposto em tais acordos de acionistas.

A correção da numeração deste parágrafo se faz necessária, diante das alterações propostas.

§1º - O presidente da assembleia geral e o presidente do Conselho de Administração não computarão qualquer voto proferido com infração a acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia.

§2º - ~~A Companhia não registrará nos livros sociais~~ Não serão registradas nos registros mantidos pela instituição financeira depositária das ações, sendo nula e ineficaz em relação à Companhia, aos acionistas e terceiros, a alienação ou oneração de quaisquer ações em violação a acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia.

A alteração no parágrafo 2º do antigo artigo 39 do estatuto se faz necessária, uma vez que os registros de transferência de ações da Companhia são feitos por instituição financeira autorizada.

CAPÍTULO X ARBITRAGEM

Art. ~~4042~~ - A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, ~~quando instalado~~, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado da ~~BOVESPA~~ BM&FBOVESPA e de acordo com o Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei nº 6.404/76, neste estatuto social, nas normas editadas pelo Conselho

Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, [do Regulamento de Sanções](#) e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

A alteração do antigo artigo 40 do estatuto social tem por objetivo adequar sua redação às normas do Regulamento do Novo Mercado, de acordo com as cláusulas mínimas ali propostas.

CAPÍTULO XI DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. ~~41~~[43](#) – As ações de emissão da Companhia vinculadas ao art. 9º da Lei nº 8.167/91 terão nos livros e registros da Companhia, em especial nos registros mantidos pela instituição financeira depositária das ações, as respectivas averbações necessárias.

A correção da numeração deste parágrafo se faz necessária, diante das alterações propostas.

Parágrafo Único. As anotações a que estão sujeitas as ações referidas neste artigo estender-se-ão às ações novas delas derivadas em decorrência de aumentos de capital realizados mediante incorporação de reservas e lucros.

Art. ~~42~~[44](#) – Os casos omissos neste estatuto social serão resolvidos pela assembleia geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei nº 6.404/76 [e o Regulamento do Novo Mercado](#).

A inclusão da referência ao Regulamento do Novo Mercado se faz necessária para adequar o Estatuto Social da Companhia ao novo Regulamento do Novo Mercado. A correção da numeração deste parágrafo se faz necessária, diante das alterações propostas.

* * *

ANEXO II

a) Membros do Conselho Fiscal indicados pelos acionistas controladores:

Candidato	Idade	Profissão	CPF	Cargo eletivo	Data de eleição	Data da posse	Prazo do mandato	Outros cargos exercidos no emissor	Eleito pelo controlador
Pedro Wagner Pereira Coelho	62	Administrador	258.318.957-34	Membro Efetivo do Conselho Fiscal	29/04/2011	29/04/2011	Até a Assembléia Geral Ordinária da Companhia que deliberar sobre as contas do exercício social findo em 31.12.2011	N/A	SIM
Alexei Ribeiro Nunes	45	Contador	848.478.327-87	Membro Efetivo do Conselho Fiscal	29/04/2011	29/04/2011	Até a Assembléia Geral Ordinária da Companhia que deliberar sobre as contas do exercício social findo em 31.12.2011	N/A	SIM
Sergio Antonio Cordeiro de Oliveira	66	Economista	114.486.289-20	Membro Efetivo do Conselho Fiscal	29/04/2011	29/04/2011	Até a Assembléia Geral Ordinária da Companhia que deliberar sobre as contas do exercício social findo em 31.12.2011	N/A	SIM
Ricardo Scalzo	59	Físico	370.933.557-49	Membro Efetivo do Conselho	29/04/2011	29/04/2011	Até a Assembléia Geral Ordinária da Companhia que deliberar sobre	N/A	SIM

				Fiscal			as contas do exercício social findo em 31.12.2011		
José Augusto da Gama Figueira	63	Engenheiro	242.456.667-49	Membro Suplente do Conselho Fiscal	29/04/2011	29/04/2011	Até a Assembléia Geral Ordinária da Companhia que deliberar sobre as contas do exercício social findo em 31.12.2011	N/A	SIM
Flavio Barretta Jr.	53	Administrador	317.960.609-68	Membro Suplente do Conselho Fiscal	29/04/2011	29/04/2011	Até a Assembléia Geral Ordinária da Companhia que deliberar sobre as contas do exercício social findo em 31.12.2011	N/A	SIM
Jose Abramovicz	64	Administrador	005.636.178-53	Membro Suplente do Conselho Fiscal	29/04/2011	29/04/2011	Até a Assembléia Geral Ordinária da Companhia que deliberar sobre as contas do exercício social findo em 31.12.2011	N/A	SIM
Emanuel Sotelino Schiferle	69	Engenheiro	009.251.367-00	Membro Suplente do Conselho Fiscal	29/04/2011	29/04/2011	Até a Assembléia Geral Ordinária da Companhia que deliberar sobre as contas do exercício social findo em 31.12.2011	N/A	SIM

b) Membros do Conselho de Administração, indicados pelos acionistas controladores, em virtude das renúncias apresentadas pelos Srs. Carlo Padovano e Octavio Cortes Pereira Lopes aos seus respectivos cargos de membros efetivos:

Candidato	Idade	Profissão	CPF	Cargo eletivo	Data de eleição	Data da posse	Prazo do mandato	Outros cargos exercidos no emissor	Eleito pelo controlador
Gustavo Abramides Bassetti	29	Engenheiro	314.407.248-65	Membro do conselho de administração			Até a Assembléia Geral Ordinária da Companhia que deliberar sobre as contas do exercício social findo em 31.12.2012	N/A	Sim
Eduardo Alcalay	43	Empresário	148.080.298-04	Membro do conselho de administração			Até a Assembléia Geral Ordinária da Companhia que deliberar sobre as contas do exercício social findo em 31.12.2012	N/A	Sim

Gustavo Abramides Bassetti: Ingressou na GP em 2011 como *associate*. Foi Gerente Financeiro Global na Magnesita Refratários S.A. de 2008 a 2009. Atualmente, é membro do conselho de administração da Monticiano Participações S.A.. O Sr. Gustavo Bassetti nunca sofreu qualquer condenação ou processo administrativo da CVM e não tem grau parentesco com administradores da Companhia.

Eduardo Alcalay: Ingressou como Diretor na GP Investments, Ltd. em 2005. Foi CEO da Estácio Participações S.A.. Atuou como membro do conselho de administração da Equatorial Energia S.A., LAHotels S.A., Magnesita Refratários S.A., Hopi Hari S.A., Companhia Energética do Maranhão – CEMAR e Estácio Participações S.A.. O Sr. Alcalay nunca sofreu qualquer condenação ou processo administrativo da CVM e não tem grau parentesco com administradores da Companhia.

ANEXO III

ITEM 13 – FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. objetivos da política ou prática de remuneração

O objetivo da política de remuneração da Companhia é compensar seus administradores adequadamente pelo atingimento do desafio proposto a cada cargo e suas respectivas responsabilidades, visando sempre atrair e reter os melhores profissionais disponíveis no mercado. Para definição da Política de Remuneração da Companhia, foi utilizada como base a metodologia de pontos Hay, anualmente atualizada de acordo com a movimentação do mercado. Nossa política baseia-se em mantermos na média do mercado o valor da remuneração fixa, o pacote de benefícios oferecidos e na possibilidade de trabalharmos o diferencial na Remuneração Variável. O foco em Remuneração Variável está diretamente relacionado a um dos valores da Companhia que é a meritocracia através do compartilhamento do risco e do resultado da Companhia, além da existência de uma política de remuneração transparente e clara, através da qual os esforços dos profissionais são justamente recompensados.

b. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles:

Os membros do Conselho Fiscal fazem jus a apenas uma remuneração fixa mensal, cujos parâmetros são definidos em Assembléia Geral Ordinária, não havendo outros elementos, sejam eles da remuneração variável, benefícios ou incentivos de longo prazo.

Os membros do Conselho de Administração fazem jus a apenas uma remuneração fixa trimestral, cujos parâmetros são definidos pela Assembleia Geral Ordinária, não havendo outros elementos, sejam eles da remuneração variável, benefícios ou incentivos de longo prazo.

A remuneração dos Diretores é composta por:

- **Remuneração Mensal Fixa** – estabelece o valor mensal a ser pago de acordo com a media praticada pelo mercado (Tabela Hay);

- **Remuneração Variável** – estabelece a recompensa por resultados alcançados durante o exercício. O valor é calculado sobre múltiplos salariais estabelecidos de acordo com a prática de mercado.
- **Pacote de Benefícios** – o pacote de benefícios busca atender, principalmente, as necessidades básicas oferecidas pelo mercado tais como: plano médico, dental, previdência privada, alimentação e seguro de vida. O objetivo é trabalhar na média do mercado.
- **Incentivo de Longo Prazo** – através de um programa de *stock option*, a Companhia visa incentivar seus executivos a buscar resultados e objetivos no longo prazo, através da concessão da oportunidade de se tornarem acionistas, obtendo, em consequência, um maior alinhamento dos seus interesses com os interesses da Companhia e o compartilhamento dos riscos do mercado de capitais.

Na presente data, o único comitê instalado na Companhia é o Comitê do Plano de Opção, cujos membros não fazem jus a qualquer tipo de remuneração em virtude da participação no referido comitê.

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total:

Para o Conselho Fiscal e Conselho de Administração, a remuneração fixa corresponde a 100% da remuneração total.

Para a Diretoria, no último ano, a proporção foi de:

- Remuneração mensal fixa – 38% da remuneração total;
- Remuneração Variável Curto Prazo – 29% da remuneração total;
- Pacote de Benefícios – 7% da remuneração total; e,
- Incentivo de Longo Prazo – 26% da remuneração total.

Esses percentuais podem variar em função de mudanças nos resultados obtidos pela Companhia no período, dado o componente de compartilhamento de riscos e resultados existente na remuneração variável.

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

- Remuneração mensal fixa – valores atualizados anualmente de acordo com a tabela Hay, que é elaborada pela Consultoria Hay Group, baseando-se em metodologia própria de coleta de dados e análise de mercado. A Consultoria Hay Group elabora anualmente uma escala salarial para todas as posições equivalentes comparadas ao mercado inserido, chegando, por meio de pesquisa salarial em empresas do mesmo setor

e localizadas em uma mesma região, na variação percentual da remuneração de um dado cargo (tais como, gerentes, coordenadores, analistas, diretores, dentre outros).

- Remuneração Variável – valores estipulados e alterados pela média de mercado, de acordo com a tabela Hay mencionada acima. Adicionalmente, a situação econômica do mercado em que estamos inseridos também é avaliada anualmente ao início de cada exercício fiscal para fins de cálculo da remuneração variável;
- Pacote de Benefícios – valores atualizados de acordo com (i) os indicadores econômicos do mercado, como o Índice Geral de Preços – Mercado (“IGPM”); e (ii) a tabela Hay mencionada acima, meio pelo qual a Companhia acompanha a média de pacote de benefícios utilizado pelo mercado; e,
- Incentivo de longo prazo – o programa de distribuição de ações é avaliado e aprovado por Comitê específico que aprova e define as regras para o programa bem como o preço ao qual a ação será oferecida. Os critérios de definição de número de ações a serem distribuídos são definidos pelo nível hierárquico, como diretores, gerentes e coordenadores e todo o programa está vinculado a permanência na empresa, sendo que a cada ano o beneficiário do plano de incentivo de longo prazo passa a ter direito a 20% do total de ações distribuídos para cada grupo.

iv. razões que justificam a composição da remuneração:

O alinhamento aos valores da Companhia e à cultura de seu acionista controlador (meritocracia) é o principal fator que define a estratégia de remuneração. Adicionalmente, é observada a prática de mercado e a metodologia Hay descrita acima. Toda composição da remuneração é vinculada a uma comparação com a prática de mercado buscando fortalecer a cultura e filosofia da empresa que premia o desempenho individual que mais contribui para elevar os resultados da empresa.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Para a determinação de todos os itens de remuneração, é levada em consideração a performance individual, a qual é mensurada a partir do cumprimento de metas anuais que deverão ser acompanhadas e avaliadas mensalmente. Essas metas devem ter cunho quantitativo, qualitativo e projetos, que visam alavancar o negócio e o desempenho da Companhia.

As metas são estipuladas através da definição estratégica do negócio buscando garantir (i) o cumprimento da rentabilidade através do Ebitda, (ii) a receita líquida atrelada a sustentabilidade do negócio, bem como (iii) controles de todo custo e gastos da empresa. Estas metas são refletidas e desdobradas para todos os níveis da organização.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Toda e qualquer mudança nos itens que compõem a remuneração estão diretamente vinculadas ao desempenho individual e aos resultados obtidos pela Companhia. Como exemplo, podemos citar a remuneração variável que, por meio de metas estipuladas, é definida uma curva de premiação que varia de acordo com o resultado obtido no conjunto das metas.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A remuneração fixa e variável busca reter os melhores profissionais da Companhia e estimula a melhoria dos resultados, sendo que a remuneração fixa, pela sua característica imediatista, premia o desempenho a curto prazo, já a remuneração variável através de sua vinculação a metas específicas da organização visa premiar os objetivos a curto e médio prazo. A política de compra de ações (*stock option*) visa alinhar a remuneração dos executivos à melhor *performance* das ações de emissão da Companhia a longo prazo

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há remuneração aos administradores da Companhia que seja suportada por suas subsidiárias e controladas ou por seus controladores diretos ou indiretos.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

13.2 Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a. Órgão

b. número de membros

c. remuneração segregada em:

1. remuneração fixa anual, segregada em:

- salário ou pró-labore
- benefícios diretos e indiretos
- remuneração por participação em comitês
- outros

2. remuneração variável, segregada em:

- bônus
- participação nos resultados

• remuneração por participação em reuniões
• comissões
• outros
3. benefícios pós-emprego
4. benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo
5. remuneração baseada em ações
d. valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal
e. total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

- Remuneração prevista para o Exercício Social corrente a se encerrar em 31/12/2012
– Valores Anuais:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	8	14	5	27
Remuneração fixa anual	471.093,99	9.145.640,57	178.028,00	9.794.762,56
Salário ou pró-labore	417.678,16	7.748.604,00	178.028,00	8.344.310,16
Benefícios direto e indireto	53.415,83	1.397.036,57	0	1.450.452,40
Participação em comitês	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Remuneração variável	0	6.910.925,00	0	6.910.925,00
Bônus	0	6.910.925,00	0	6.910.925,00
Participação nos resultados	0	0	0	0
Participação em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Pós-emprego	0	0	0	0
Cessação do cargo	0	0	0	0
Baseada em ações	0	4.599.218,00	0	4.599.218,00
Total da Remuneração	471.093,99	20.655.783	178.028,00	21.304.904,99

- Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2011 – Valores Anuais:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	7	12	5	24
Remuneração fixa anual	462.684,07	8.157.499,08	178.028,40	8.798.211,55
Salário ou pró-labore	419.894,07	6.960.039,16	178.028,40	7.557.961,63
Benefícios direito e indireto	42.790,00	1.197.459,92	0	1.240.249,92
Participação em comitês	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Remuneração variável		5.333.548,59	0	5.333.548,59
Bônus		5.333.548,59	0	5.333.548,59
Participação nos resultados	0	0	0	0
Participação em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Pós-emprego	0	0	0	0
Cessação do cargo	0	0	0	0
Baseada em ações	0	4.599.218	0	4.599.218
Total da Remuneração	462.684,07	18.090.265,67	178.028,40	18.730.978,14

- Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2010 – Valores Anuais:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	7	13	5	25
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	450.000,00	9.187.750,00	178.029,00	9.815.779,00
Benefícios direito e indireto	40.995,00	236.125,00	0,00	277.120,00
Participação em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração variável				

Bônus	0,00	8.481.000,00	0,00	8.481.000,00
Participação nos resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	2.678.500,00	0,00	2.678.500,00
Total da Remuneração	490.995,00	20.583.375,00	178.029,00	21.252.399,00

Obs.: O número de membros de cada órgão foi apurado a partir da média anual do número de membros apurado mensalmente.

- Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2009 – Valores Anuais:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	7,42	7,00	5,00	19,42
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	416.715,33	4.841.950,00	178.028,40	5.436.693,73
Benefícios direito e indireto	37.968,41	124.200,00	0,00	162.168,41
Participação em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração variável				
Bônus	0,00	4.045.592,70	0,00	4.045.592,70
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação nos reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	2.418.000,00		2.418.000,00

Total da Remuneração	454.683,74	11.429.742,70	178.028,40	12.062.454,84
----------------------	------------	---------------	------------	---------------

Obs.: O número de membros do Conselho de Administração foi apurado a partir da média anual do número de membros apurado mensalmente.

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a. Órgão
b. número de membros
c. em relação ao bônus:
1. valor mínimo previsto no plano de remuneração
2. valor máximo previsto no plano de remuneração
3. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas
4. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais
d. em relação à participação no resultado:
1. valor mínimo previsto no plano de remuneração
2. valor máximo previsto no plano de remuneração
3. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas
4. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais

Remuneração variável prevista para o exercício social a se encerrar em 31/12/2012				
	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Nº de membros	8	5	14	25
Bônus	0,00	0,00		
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	4.505.923,00	4.505.923,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	9.510.222,00	9.510.222,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas.	0,00	0,00	6.910.925,00	6.910.925,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado	0,00	0,00	6.910.925,00	6.910.925,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas.	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2011

	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Nº de membros	7	5	12	24
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	5.028.382,00	5.028.382,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	10.775.104,00	10.775.104,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas.	0,00	0,00	7.743.403,00	7.743.403,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado	0,00	0,00	7.743.403,00	7.743.403,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas.	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2010				
	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Nº de membros	0	0	13	13
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	5.397.000,00	5.397.000,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	11.565.000,00	11.565.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas.	0,00	0,00	8.481.000,00	8.481.000,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado	0,00	0,00	8.481.000,00	8.481.000,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas.	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A

Obs.: Tendo em vista que, nos termos da política interna da Companhia, o pagamento da Remuneração Variável com relação a um exercício social é feito somente no mês de maio do ano subsequente, os valores acima relacionados referem-se a provisão e, não necessariamente aos valores efetivamente pagos.

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2009				
	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Nº de membros	0	0	7	7
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	3.021.900,00	3.021.900,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	6.475.500,00	6.475.500,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso	N/A	N/A	4.748.700,00	4.748.700,00

as metas fossem atingidas				
Valor efetivamente reconhecido no resultado	N/A	N/A	4.045.592,70	4.045.592,70
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

a. termos e condições gerais

A Companhia conta com um Plano de Opção de Compra de Ações (o “Plano de Opções”), pelo qual são elegíveis a receber opções de compra de ações ordinárias de emissão da Companhia os seus administradores, empregados e prestadores de serviços, bem como aqueles das sociedades controladas pela Companhia (os “Beneficiários”). Atualmente, 32 pessoas, dentre administradores e empregados, detêm opções de compra de ações da Companhia.

O Plano de Opção foi aprovado em Assembleia Geral realizada em 24 de março de 2008. O Conselho de Administração é responsável por administrar o Plano, com amplos poderes para sua organização, observadas as condições gerais do Plano. O Conselho de Administração pode ainda optar por delegar suas funções a um Comitê específico, composto por 3 membros, os quais não serão elegíveis a receber opções. Atualmente, o Comitê do Plano de Opções encontra-se instalado e cumprindo as funções e competências que são previstas pelo Plano de Opções e que foram delegadas pelo Conselho de Administração.

Sendo assim, o Comitê do Plano de Opções é responsável por realizar as outorgas de opções, estabelecendo os termos e condições aplicáveis a cada outorga em programas de opção de compra de ações (“Programas”), onde são definidos os Beneficiários, o número total de ações objeto de outorga, a divisão das opções em lotes, o preço e o prazo de exercício, eventuais restrições às ações adquiridas e disposições sobre as penalidades aplicáveis.

Os Beneficiários contemplados pelas outorgas devem celebrar Contratos de Outorga de Opção de Compra de Ações (“Contratos”) com a Companhia, por meio dos quais os Beneficiários têm a opção de comprar lotes de ações de emissão da Companhia, de acordo com os termos e condições do Plano e do Programa correspondente.

Cada uma das opções outorgadas pela Companhia dá o direito à aquisição de uma ação ordinária de emissão da Companhia.

Atualmente, existem 4 Programas para outorga de opções que foram aprovados pelo Comitê do Plano de Opções, lançados nas reuniões de tal órgão realizadas respectivamente em 28 de março de 2008, 02 de março de 2009, 1º de outubro de 2009 e em 20 de abril de 2011 (respectivamente, “1º Programa”, “2º Programa”, “3º Programa” e “4º Programa”). As condições dos Programas aprovados pelo Comitê do

Plano de Opções são substancialmente similares e encontram-se descritas em maior detalhe nos subitens abaixo.

As condições das outorgas individuais realizadas nos Contratos celebrados com cada Beneficiário são também substancialmente similares, podendo contudo variar ou incluir certas condições específicas, especialmente com relação à possibilidade de exercício das opções, tendo em vista as particularidades das funções específicas desempenhadas por determinados Beneficiários e a necessidade de alinhamento de incentivos necessários ao desempenho de tais funções específicas.

Com relação ao exercício social corrente, não há, no momento, expectativa concreta de aprovação de novos Programas. Da mesma forma, não se espera que as condições das atuais outorgas ou de eventuais outorgas futuras de opções venham a diferir substancialmente daquelas que são descritas abaixo.

b. principais objetivos do plano

O principal objetivo do plano é conceder aos administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia e de suas sociedades controladas, direta ou indiretamente, a oportunidade de se tornarem acionistas, obtendo, em consequência, um maior alinhamento dos seus interesses com os interesses dos demais acionistas e da Companhia no longo prazo.

c. forma como o plano contribui para esses objetivos

Ao possibilitar que os empregados e administradores se tornem acionistas da Companhia, em condições potencialmente diferenciadas, cria-se um ambiente favorável a um maior comprometimento com a criação de valor, com incentivos para que o exercício da função e atividades do pessoal-chave da Companhia seja mais efetivo e direcionado ao atendimento dos interesses dos acionistas e da Companhia. Assim, é possibilitada a criação de maiores sinergias entre o grupo de colaboradores e o grupo de acionistas da Companhia, podendo propiciar a maximização dos resultados da Companhia no longo prazo.

Adicionalmente, a Companhia entende que o Plano de Opções cumpre importante função como mecanismo de retenção de administradores e colaboradores, diante dos incentivos ao compartilhamento da valorização das ações da Companhia e à possibilidade de obtenção de ganhos condicionados à permanência do vínculo com a Companhia no longo prazo.

d. como o plano se insere na política de remuneração do emissor

O Plano de Opções insere-se na política da Companhia de criar incentivos para a criação de valor no longo prazo, fazendo com que a remuneração seja composta, em parte substancial, por elementos que a vinculem ao desempenho da Companhia. A Companhia entende que a remuneração dos administradores deve representar um pacote atrativo, mas que também estimule a retenção de talentos no longo prazo e que crie incentivos para que os ganhos mais relevantes sejam compartilhados com os acionistas da Companhia.

Para determinar aqueles Beneficiários que farão jus à outorga de opções, os principais fatores que são levados em consideração resumem-se à análise em dois focos, a saber: o cargo ocupado e a pessoa do beneficiário. A análise do cargo ocupado considera se a posição do Beneficiário é estratégica para a Companhia enquanto organização, a medida em que tal posição implica responsabilidade pelos resultados da Companhia e a abrangência das competências inerentes a tal posição, bem como a medida em que elas impactam o desempenho financeiro da Companhia. Para a avaliação dos Beneficiários enquanto indivíduos, são considerados o alinhamento da pessoa com a cultura e os valores da Companhia, a medida em que tal pessoa contribuiu para os resultados da Companhia e teve desempenho satisfatório, sua importância diante da política de retenção de talentos e a opinião da Diretoria sobre tal pessoa, que deverá representar um consenso no sentido de que àquela pessoa devem ser outorgadas opções.

Com base na análise e avaliação destes critérios, o Comitê do Plano de Opções determina aqueles que receberão opções de compra de ações, bem como o volume das outorgas individuais de cada Beneficiário.

e. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

Espera-se que os Beneficiários do Plano de Opções estejam alinhados com os interesses dos acionistas em diferentes horizontes de tempo, porém como foco principal no longo prazo. As outorgas e os Programas correspondentes foram estruturados de maneira a prever mecanismos de incentivos constantes, para que os ganhos da Companhia sejam maximizados no curto, médio e longo prazos.

Ao instituir a necessidade de destinação de um percentual dos valores pagos a título de variável ou participação nos lucros, bem como dos dividendos, para o exercício de opções e, conseqüentemente, à aquisição de ações de emissão da Companhia, os administradores são estimulados a comprometer seus recursos imediatamente disponíveis, vinculando-os no curto prazo.

Ao mesmo tempo, essas ações deverão permanecer com os Beneficiários durante o período de restrição à transferência de ações adquiridas pelo Plano (períodos de *lock-up*, conforme explicado no item “I” abaixo). O escalonamento de prazos de carência a partir

dos quais as opções se tornam exercíveis também permite que os Beneficiários apenas possam auferir todo o benefício ao longo do tempo, o que se complementa com base nos períodos de *lock-up* aplicáveis às ações adquiridas com base no exercício das opções correspondentes a cada lote.

Outro mecanismo de vinculação que permite o alinhamento de interesses desde um prazo mais curto até um horizonte de médio ou longo prazo é o fato de que o preço de exercício das opções é deduzido do valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio pagos pela Companhia desde a data de outorga das opções. Desta forma, espera-se que a cada ano os Beneficiários atuem para maximizar o desempenho da Companhia, para que assim possam conseguir uma dedução maior com relação ao preço de aquisição e/ou subscrição das ações correspondentes, gerando resultados de forma contínua e sustentável.

Assim, espera-se que os Beneficiários sejam constantemente e a cada ano estimulados ao exercício das opções, permanecendo assim vinculados enquanto não puderem alienar as correspondentes ações. Portanto, espera-se que os Beneficiários atuem para a maximização de valor desde o curto prazo, mas sempre com vistas ao objetivo maior de valorização das ações no longo prazo, possibilitado pela existência de prazos de carência para o exercício das opções e de períodos de restrição à disponibilidade das ações. Desta forma, os Beneficiários deverão estar alinhados com a construção de resultados sustentáveis e crescentes no médio e longo prazo, para que o valor da Companhia cresça ao longo dos períodos referidos, impactando diretamente o valor das ações de que os Beneficiários são titulares.

f. número máximo de ações abrangidas

A quantidade máxima de ações que podem ser objeto de outorga de opções equivale a 6% do capital social da Companhia, já considerado o efeito da diluição decorrente do exercício de todas as opções. Na data desta Proposta, este montante corresponde a 17.518.916 ações ordinárias de emissão da Companhia.

Adicionalmente, a quantidade máxima de ações correspondentes às opções que foram outorgadas à Diretoria Estatutária e ainda não exercidas, já descontadas as opções perdidas, sob os Programas em vigor, corresponde, nesta data, a 5.188.792 ações ordinárias de emissão da Companhia.

g. número máximo de opções a serem outorgadas

Conforme informado no subitem “f” acima, a quantidade máxima de ações que podem ser objeto de outorga de opções equivale a 6% do capital social da Companhia, já considerado o efeito da diluição decorrente do exercício de todas as opções. Na data

desta Proposta, este montante corresponde a 17.518.916 ações ordinárias de emissão da Companhia.

h. condições de aquisição de ações

As opções devem ser adquiridas pelo preço de exercício que venha a ser definido pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê do Plano de Opções em cada Programa, com base nos critérios detalhados no subitem “i” abaixo, devendo tal preço ser liquidado nas condições descritas no subitem “k” abaixo.

Em todos os Programas aprovados até a data deste Formulário de Referência, as opções outorgadas foram divididas em 5 lotes anuais iguais, cada um deles equivalente a 20% do total das opções outorgadas, sendo o primeiro lote exercível sempre a partir do primeiro aniversário da data de outorga (e assinatura do Contrato correspondente) e os demais a partir dos subsequentes aniversários desta data, devendo o Beneficiário permanecer no desempenho de suas funções para que possa exercer as opções, exceto nos casos indicados no subitem “n” abaixo. O prazo final para exercício das opções componentes de cada lote anual é de 10 anos contados da data em que tal lote tornar-se exercível. Porém, no caso específico do 1º Programa, o primeiro lote de opções tornou-se exercível em 01 de janeiro de 2009 e os demais tornaram-se ou tornar-se-ão exercíveis, conforme o caso, nos demais aniversários desta data.

Ainda, o Beneficiário é obrigado a destinar ao menos 50% do valor por ele recebido como variável ou participação nos resultados anual ao exercício de opções, bem como 50% dos dividendos e juros sobre o capital próprio pagos pela Companhia, em ambos os casos sob pena de perder o direito a exercer todas as opções cujo prazo de carência já tenha ocorrido. Este montante poderá ser reduzido de valor igual ao montante de recursos próprios que o Beneficiário venha a destinar para exercer as opções, no período de até um ano antes do recebimento de seu variável e dos dividendos. Entende-se que a exigência de destinação de variável e dividendos representa mecanismo para que os Beneficiários efetivamente demonstrem comprometimento com a Companhia e disposição em utilizar seus recursos para adquirir ações de sua emissão, caso deseje continuar fazendo jus ao benefício potencial futuro.

O Comitê do Plano de Opções pode eventualmente fixar condições diferenciadas, com base nas competências que lhes são outorgadas pelo Plano de Opções. Além disso, algumas das outorgas já existentes contêm certas condições diferenciadas, que se referem essencialmente à possibilidade de exercício das opções apenas e na medida em que seja verificada não apenas a permanência do Beneficiário no desempenho de suas funções, mas também a permanência em posição ocupada em localidade geográfica específica considerada estratégica aos negócios da Companhia.

Excepcionalmente, no ano de 2009, o Comitê do Plano de Opções, tendo em vista as excepcionais condições de mercado existentes, permitiu que as ações adquiridas no mercado pelos Beneficiários do 1º Programa fossem imputadas à obrigação de destinação mínima de bônus, conforme descrita acima, de forma que as ações correspondentes ficassem sujeitas às condições do 1º Programa e Contratos correspondentes. Foram incluídas nesta permissão as ações adquiridas no mercado desde a data de aprovação do 1º Programa até 90 dias após o pagamento de bônus ao Beneficiário.

No ano de 2011, diante das circunstâncias excepcionais de mercado e da diferença do preço de exercício das opções, com relação à cotação de mercado das ações da Companhia, o Comitê do Plano de Opções permitiu, novamente, que as ações adquiridas no mercado pelos Beneficiários do Plano fossem imputadas à obrigação de destinação mínima de bônus, conforme descrita acima, de forma que as ações correspondentes ficassem sujeitas às condições dos Programas e Contratos correspondentes. Foram incluídas nesta permissão as ações adquiridas no mercado no prazo de até 30 dias contados do pagamento do bônus do ano de 2011, para Beneficiários residentes no Brasil, prazo este de 60 dias para os Beneficiários não residentes no Brasil.

Nos dois casos descritos nos parágrafos acima, o Comitê entendeu que esta permissão excepcional justificou-se, diante das condições de mercado naquele momento específico, para permitir que os Beneficiários cumprissem com a regra que determina a destinação de bônus, mantendo íntegros os objetivos do Plano de Opções em promover o comprometimento de recursos dos Beneficiários com ações da Companhia.

i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Como regra geral, o preço de exercício das opções deve ser equivalente ao valor médio das ações da Companhia nos 30 pregões anteriores à outorga das opções, realizados no âmbito da BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“Valor de Mercado”), sujeito à correção monetária com base na variação de índice de preços a ser definido pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê do Plano de Opções. Poderá ser concedido um desconto de até 10% sobre o Valor de Mercado, na fixação do preço de exercício das opções.

O preço de exercício das opções outorgadas e ainda não exercidas será deduzido do valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio pagos pela Companhia por ação, a partir da data da outorga.

Entende-se que a fixação do preço de exercício equivalente ao Valor de Mercado é necessária para melhor alinhar os interesses dos Beneficiários em gerar valor para os acionistas da Companhia: os seus ganhos serão obtidos na medida em que as ações da

Companhia se valorizem no mercado. A possibilidade de correção monetária existe para que o preço de exercício não seja defasado e não passe a representar um valor muito baixo ao Beneficiário.

Já a concessão de descontos possibilita que os Beneficiários possam adquirir ações a um preço mais atrativo e assim efetivamente comprometer seus recursos com o Plano de Opções, de maneira a viabilizar seus objetivos com maior eficácia. A dedução de juros sobre o capital próprio e de dividendos é uma forma de assegurar aos Beneficiários que participem dos resultados obtidos pela Companhia durante o período em que já receberam a outorga de opções, mas em que ainda não se tornaram ainda acionistas. Por outro lado, assegura que os resultados só serão recebidos pelo Beneficiário caso permaneça na Companhia e exerça as opções, tornando-se efetivamente acionista da Companhia.

Excepcionalmente no caso do 1º Programa, considerando que a Companhia não possuía histórico de negociação de suas ações na BM&FBovespa, o Plano de Opções autorizou a fixação do preço de exercício das opções em R\$10,00 (dez reais) por ação, equivalente ao valor por ação pago pelos acionistas nos aumentos de capital realizados na Companhia nos anos de 2007 e 2008, e ajustado pelo grupamento de ações aprovado pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 17 de março de 2008.

No caso dos demais Programas, os critérios gerais indicados acima foram sempre observados, sendo que o índice de correção do preço de exercício determinado pelo Comitê do Plano de Opções foi, para todos os Programas, o Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), aplicado a partir da data da outorga das opções até a data de seu efetivo exercício e pagamento, calculada *pro-rata temporis*.

j. critérios para fixação do prazo de exercício

Em todos os Programas aprovados até a data deste Formulário de Referência, as opções outorgadas foram divididas em 5 lotes anuais iguais, cada um deles equivalente a 20% do total das opções outorgadas, sendo o primeiro lote exercível sempre a partir do primeiro aniversário da data de outorga (e assinatura do Contrato correspondente) e os demais a partir dos subsequentes aniversários desta data. Porém, no caso específico do 1º Programa, o primeiro lote de opções tornou-se exercível em 01 de janeiro de 2009 e os demais tornaram-se ou tornar-se-ão exercíveis, conforme o caso, nos demais aniversários desta data.

Espera-se que a divisão das opções em lotes represente um mecanismo de vinculação do Beneficiário ao longo do tempo, de forma que apenas possa adquirir a propriedade das

ações (e conseqüentemente obter os ganhos correspondentes de sua eventual revenda) de forma modulada, assim obtendo-se uma vinculação desde o médio até o longo prazo.

As opções componentes de cada lote poderão ser exercidas total ou parcialmente dentro do prazo extintivo de 10 (dez) anos, contados a partir da data em que tal lote tenha se tornado exercível. Após o término deste prazo, o beneficiário perderá o direito ao exercício da opção com relação à parcela não exercida do lote de ações, sem direito a qualquer indenização. Tal prazo de 10 anos permite que o Beneficiário tenha um maior horizonte de tempo para escolher o momento de exercício, desde que observadas as condições mínimas de destinação de seu variável e dos dividendos, descritas no item “h” acima.

k. forma de liquidação

Em geral, as ações correspondentes às opções exercidas pelos Beneficiários são emitidas e o aumento de capital correspondente, sempre no limite do capital autorizado, é homologado pelo Conselho de Administração. A Companhia também pode utilizar-se de ações mantidas em tesouraria para fazer frente ao exercício de opções.

Nos Programas aprovados até a data deste Formulário de Referência, a regra é que o preço de exercício, devidamente corrigido e feitas as deduções previstas em cada Programa, seja pago à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição ou compra das ações correspondentes. Devem também ser observadas as condições de destinação da remuneração variável e dos dividendos que venham a ser pagos aos Beneficiários, conforme descritas no subitem “h” acima.

l. restrições à transferência das ações

As ações adquiridas no âmbito de todos os Programas aprovados até a data deste Formulário de Referência encontram-se sujeitas a um prazo de indisponibilidade (*lock up*) de 1 (um) ano contado da data da subscrição ou da aquisição das ações. Este período de indisponibilidade permanecerá em vigor também caso o Beneficiário venha a se desligar da Companhia. Entende-se que a existência do período de *lock up* permite que o Plano de Opções cumpra seu objetivo de exigir o comprometimento de recursos do Beneficiário e o seu alinhamento à geração de valor ao longo do tempo, incentivando-o a manter-se como acionista da Companhia no longo prazo e assim compartilhar os riscos inerentes a tal condição.

Em caso de falecimento ou invalidez permanente do Beneficiário, os períodos de *lock up* não serão aplicáveis, podendo o Beneficiário ou seus herdeiros e sucessores, conforme o caso, alienar livremente as ações a qualquer tempo.

m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou

extinção do plano

O Conselho de Administração ou o Comitê poderão, a qualquer tempo, alterar ou extinguir o Plano, estabelecer a regulamentação aplicável aos casos omissos e prorrogar, mas nunca antecipar, o prazo final para o exercício das opções vigentes. No exercício de tais funções, porém, não é permitido aumentar o limite total das ações que possam ser conferidas pelo exercício de opções outorgadas, nem alterar ou prejudicar quaisquer direitos ou obrigações de qualquer outorga existente sem consentimento do Beneficiário.

Adicionalmente, em caso de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização da Companhia, na qual a Companhia não seja a sociedade remanescente ou, em sendo a sociedade remanescente, deixe de ter suas ações admitidas à negociação em bolsa de valores, as opções poderão ser transferidas para a Companhia sucessora ou terão seus prazos de carência antecipados para exercício durante prazo determinado.

n. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Na hipótese de término da relação do Beneficiário com a Companhia em razão de aposentadoria, renúncia ou destituição de cargo de administrador da Companhia sem justa causa ou término do contrato de trabalho ou de contrato de prestação de serviços sem justa causa, a opção cujo direito ao exercício ainda não tenha sido adquirido pelo Beneficiário caducará imediatamente e a opção cujo direito ao exercício já tenha sido adquirido pelo Beneficiário caducará se não for exercida nos 30 (trinta) dias seguintes à data do evento que originar o término da relação com a Companhia.

Na hipótese de término da relação do Beneficiário com a Companhia por razão que configure justa causa, todas as opções não exercidas caducarão, independentemente de serem exercíveis ou não na data do desligamento do Beneficiário.

Em caso de falecimento ou invalidez permanente do Beneficiário que o impeça de desempenhar suas funções na Companhia, todas as opções que lhe tenham sido outorgadas, sejam elas exercíveis ou não, na data do evento que ocasionar a morte ou invalidez, poderão ser exercidas, no todo ou em parte, pelo Beneficiário ou seus respectivos herdeiros ou sucessores, conforme o caso, no prazo de 3 (três) anos a contar da data do falecimento ou invalidez permanente. Este prazo foi inicialmente fixado em 180 (cento e oitenta) dias no Plano de Opções, sendo alterado pelo Comitê do Plano de Opções, no exercício de suas competências, por ter julgado que o novo prazo mostra-se mais razoável diante das formalidades e atos necessários para exercício dos direitos pelos sucessores ou representantes do Beneficiário.

13.5. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social

		31/12/2011		
		Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Sociedade	Categoria			
Magnesita Refratários S.A	Ações ordinárias	61.027	721.887	80.001
	Opções de compra de ações	Não há	5.188.792	Não há
	Outros valores mobiliários conversíveis	Não há	Não há	Não há
Participação direta e indireta na GP Investments, Ltd.¹	Ações e outros valores mobiliários conversíveis	35.512.622 ²	Não há	Não há
Participação direta na Rhône Capital L.L.C	Ações e outros valores mobiliários conversíveis	Não aplicável ³	Não há	Não há
Participação em sociedades controladas	Ações e outros valores mobiliários conversíveis	Não há	Não há	Não há
Participação em sociedades sob controle comum	Ações e outros valores mobiliários conversíveis	Não há	Não há	Não há

¹ A participação na GP Investments Ltd., controladora indireta da Companhia, detida por membros do Conselho de Administração da Companhia representa, aproximadamente, 21,64% do capital social total da GP Investments Ltd. e uma participação indireta no capital social total da Companhia de aproximadamente 1,69%. Tais percentuais representam o somatório das participações detidas por membros do Conselho de Administração da Emissora que detenham participação, direta ou indiretamente, no capital social da GP Investments, Ltd.

² A quantidade de ações apresentada é aproximada, tendo em vista o arredondamento de percentuais de participação para fins do cálculo da participação direta e indireta detida por membros do Conselho de Administração.

³ O capital da Rhône Capital LLC não é representado por ações ou quotas, motivo pelo qual não há como ser informada a quantidade de ações, quotas ou valores mobiliários conversíveis em ações detida por membros do Conselho de Administração da emissora. Note-se que a participação dos membros do Conselho de Administração da emissora na Rhône Capital LLC representa, aproximadamente, 18% do capital da Rhône Capital LLC e uma participação indireta no capital social total da Companhia de aproximadamente 0,05%.

13.6. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a. órgão

b. número de membros

c. em relação a cada outorga de opções de compra de ações:

1. data de outorga

2. quantidade de opções outorgadas

3. prazo para que as opções se tornem exercíveis

4. prazo máximo para exercício das opções

5. prazo de restrição à transferência das ações

6. preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:

- em aberto no início do exercício social

- perdidas durante o exercício social

- exercidas durante o exercício social

- expiradas durante o exercício social

d. valor justo das opções na data de outorga

e. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas

Exercício Social de 2012 - PREVISÃO	Conselho de Administração⁽¹⁾	Diretoria Estatutária			
		1º Programa	2º Programa	3º Programa	4º Programa
Programas	NA				
b) Número de Membros	NA	4 de 8	2 de 7	7 de 7	1 de 1
c) Em relação a cada outorga de opções de compra de ações	NA	-	-	-	-
Data de outorga	NA	04/04/2008	02/03/2009	01/10/2009 31/03/2010 e 30/11/2010	20/04/2011
Quantidade e de opções outorgadas		4.186.203	950.000	1660.000	350.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	n.a.	5 anos (20% a cada ano)			
Prazo máximo para exercício das opções	NA	10 anos contados da data em que se tornarem exercíveis	10 anos contados da data em que se tornarem exercíveis	10 anos contados da data em que se tornarem exercíveis	10 anos contados da data em que se tornarem exercíveis
Prazo de restrição à transferência das ações	NA	1 ano	1 ano	1 ano	1 ano
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções	NA				
- em aberto no início do exercício	NA	R\$10,00, corrigidos pela variação do IGPM desde 28 de	R\$10,70, corrigidos pela variação do IGPM desde 02 de	R\$10,00, corrigidos pela variação do IGPM desde 01 de	R\$8,25, corrigidos pela variação do IGPM desde 20 de

social		março de 2008	março de 2009	outubro de 2009	abril de 2011
- perdas durante o exercício social	NA	R\$10,00, corrigidos pela variação do IGPM desde 28 de março de 2008	R\$10,70, corrigidos pela variação do IGPM desde 02 de março de 2009	R\$10,00, corrigidos pela variação do IGPM desde 01 de outubro de 2009	R\$8,25, corrigidos pela variação do IGPM desde 20 de abril de 2011
- exercidas durante o exercício social	NA	Não há previsão	Não há previsão	Não há previsão	
- expiradas durante o exercício social	NA	Não há previsão	Não há previsão	Não há previsão	
d) Valor justo das opções na data de outorga	NA	R\$3,61	R\$0,94	R\$4,87 em 01/10/2009; R\$7,35 em 31/03/2010; e R\$5,31 em 30/11/2010.	
e) Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	NA	1,68%	0,31%	0,27%	

Exercício Social de 2011	Conselho de Administração ⁽¹⁾	Diretoria Estatutária				4º Programa
		1º Programa	2º Programa	3º Programa	Programas	
b) Número de Membros	0	4 de 8	2 de 7	7 de 7	1 de 1	
c) Em relação a cada outorga de opções de compra de ações		-	-	-		
Data de outorga	n.a.	04/04/2008	02/03/2009	01/10/2009; 31/03/2010 e 30/11/2010 ⁽³⁾	20/04/2011	
Quantidade de opções outorgadas	n.a.	4.186.203	950.000	1660.000	350.000	
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	n.a.	5 anos (20% a cada ano).	5 anos (20% a cada ano)	5 anos (20% a cada ano)	5 anos (20% a cada ano)	
Prazo máximo para exercício das opções	n.a.	10 anos contados da data em que se tornarem exercíveis	10 anos contados da data em que se tornarem exercíveis	10 anos contados da data em que se tornarem exercíveis	10 anos contados da data em que se tornarem exercíveis	
Prazo de restrição à transferência das ações	n.a.	1 ano	1 ano	1 ano	1 ano	
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções						
- em aberto no início do exercício social	n.a.	R\$10,61	R\$10,61	R\$10,61	R\$ 8,25	
- perdidas durante o exercício social	n.a.	R\$10,61	R\$10,61	R\$10,61	Não houve	
- exercidas durante o exercício social	n.a.	7,50	7,50	7,50	Não houve	
- expiradas durante o exercício social	n.a.	Não houve	Não houve	Não houve	Não houve	
d) Valor justo das opções na data de outorga	n.a.	R\$3,61	R\$0,94	R\$4,87 em 01/10/2009; R\$7,35 em 31/03/2010; e R\$5,31 em 30/11/2010.	R\$ 3,25	

e) Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	n.a.	1,68%	0,31%	0,27%	0,12%
--	------	-------	-------	-------	-------

(1) Os membros do Conselho de Administração não receberam opções de compra de ações.

(2) Os dados referentes ao ano de 2011 consideram o fato de que, no início do exercício social, foram perdidas opções detidas por 2 diretores que eram beneficiários do 1º Programa e do 2º Programa.

(3) O 3º Programa foi criado em 01/10/2009, tendo sido estabelecida uma reserva de opções para outorgas futuras sob as condições de tal Programa. As datas expressas refletem as datas em que outorgas foram realizadas sob o 3º Programa.

Exercício Social de 2010	Conselho de Administração ⁽¹⁾	Diretoria Estatutária		
		1º Programa	2º Programa	3º Programa
Programas				
b) Número de Membros	0	7 de 8	4 de 7	6 de 12
c) Em relação a cada outorga de opções de compra de ações				
Data de outorga	n.a.	04/04/2008	02/03/2009	01/10/2009; 31/03/2010 e 30/11/2010 ⁽²⁾
Quantidade de opções outorgadas	n.a.	5.306.203	1.200.000	800.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	n.a.	5 anos (20% a cada ano)	5 anos (20% a cada ano)	5 anos (20% a cada ano)
Prazo máximo para exercício das opções	n.a.	10 anos contados da data em que se tornarem exercíveis	10 anos contados da data em que se tornarem exercíveis	10 anos contados da data em que se tornarem exercíveis
Prazo de restrição à transferência das ações	n.a.	1 ano	1 ano	1 ano
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções				
- em aberto no início do exercício social	n.a.	R\$10,61	R\$10,61	R\$10,61
- perdidas durante o exercício social	n.a.	Não houve	R\$10,66	Não houve
- exercidas durante o exercício social	n.a.	R\$10,92	R\$10,92	Não houve
- expiradas durante o exercício social	n.a.	Não houve	Não houve	Não houve
d) Valor justo das opções na data de outorga	n.a.	R\$3,61	R\$0,94	R\$4,87 em 01/10/2009; R\$7,35 em 31/03/2010; e R\$5,31 em 30/11/2010.

e) Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	n.a.	2,01%	0,46%	0,23%
--	------	-------	-------	-------

(1) Os membros do Conselho de Administração não receberam opções de compra de ações.

(2) O 3º Programa foi criado em 01/10/2009, tendo sido estabelecida uma reserva de opções para outorgas futuras sob as condições de tal Programa. As datas expressas refletem as datas em que outorgas foram realizadas sob o 3º Programa.

Exercício Social de 2009	Conselho de Administração ⁽¹⁾	Diretoria Estatutária		
		1º Programa	2º Programa	3º Programa
b) Número de Membros	0	7 de 8	2 de 7 ⁽²⁾	5 de 12 ⁽³⁾
c) Em relação a cada outorga de opções de compra de ações				
Data de outorga	n.a.	04/04/2008	02/03/2009	01/10/2009
Quantidade de opções outorgadas	n.a.	5.306.203	1.200.000	600.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	n.a.	5 anos (20% a cada ano)	5 anos (20% a cada ano)	5 anos (20% a cada ano)
Prazo máximo para exercício das opções	n.a.	10 anos contados da data em que se tornarem exercíveis	10 anos contados da data em que se tornarem exercíveis	10 anos contados da data em que se tornarem exercíveis
Prazo de restrição à transferência das ações	n.a.	1 ano	1 ano	1 ano
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções				
- em aberto no início do exercício social ⁽²⁾	n.a.	R\$10,68	Não havia	Não havia
- perdidas durante o exercício social	n.a.	R\$10,66	Não houve	Não houve
- exercidas durante o exercício social	n.a.	Não houve ⁽⁴⁾	Não houve	Não houve
- expiradas durante o exercício social	n.a.	Não houve	Não houve	Não houve
d) Valor justo das opções na data de outorga	n.a.	R\$3,61	R\$0,94	R\$4,87
e) Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	n.a.	2,01%	0,46%	0,23%

- (1) Os membros do Conselho de Administração não receberam opções de compra de ações.
- (2) Dentre os demais Beneficiários contemplados pelo 2º Programa, há outros 2 que posteriormente tornaram-se diretores estatutários da Companhia.
- (3) Considera o número atual de Diretores da Companhia.
- (4) No ano de 2009, tendo em vista circunstâncias excepcionais de mercado, o Comitê do Plano de Opções permitiu a aquisição de ações no mercado como forma de cumprimento das condições de destinação de recursos de bônus, exigidas no âmbito do Plano de Opções, inclusive ratificando e atribuindo a tais fins ações que já haviam sido adquiridas no mercado pelos Beneficiários. Tecnicamente, não houve o exercício de opções; no entanto, o número de opções de cada beneficiário foi deduzido do número de ações adquirido no mercado, para fins de cumprimento da regra mencionada.

13.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a. órgão
b. número de membros
c. em relação às opções ainda não exercíveis
1. quantidade
2. data em que se tornarão exercíveis
3. prazo máximo para exercício das opções
4. prazo de restrição à transferência das ações
5. preço médio ponderado de exercício
6. valor justo das opções no último dia do exercício social
d. em relação às opções exercíveis
1. quantidade
2. prazo máximo para exercício das opções
3. prazo de restrição à transferência das ações
4. preço médio ponderado de exercício
5. valor justo das opções no último dia do exercício social
6. valor justo do total das opções no último dia do exercício social

Exercício Social findo em 31.12.2011	Conselho de Administração (1)	Diretoria Estatutária			
		1º Programa	2º Programa	3º Programa	4º Programa
b) Número de Membros	0	4 de 8	2 de 7	7 de 7	1 de 1
c) Opções ainda não exercíveis					
i) quantidade	n.a.	3.663.813	826.421	1.671.663	350.000

ii) data em que se tornarão exercíveis	n.a.	3 lotes iguais restantes, respectivamente em 01/01/2011, 01/01/2012 e 01/01/2013	4 lotes iguais restantes, respectivamente em 02/03/2011, 02/03/2012, 02/03/2013 e 02/03/2014	Para 480.000 opções, 4 lotes iguais restantes, respectivamente em 01/10/2011, 01/10/2012, 01/10/2013 e 01/10/2014; para as demais 200.000 opções, 5 lotes iguais restantes, respectivamente em 30/11/2011, 30/11/2012, 30/11/2013, 30/11/2014 e 30/11/2015	5 lotes iguais restantes, respectivamente em 20/04/2012, 20/04/2013, 20/04/2014, 20/04/2015 e 20/04/2016
iii) prazo máximo para exercício das opções	n.a.	10 anos contados da data em que se tornarem exercíveis	10 anos contados da data em que se tornarem exercíveis	10 anos contados da data em que se tornarem exercíveis	10 anos contados da data em que se tornarem exercíveis
iv) prazo de restrição à transferência das ações	n.a.	1 ano	1 ano	1 ano	1 ano
v) preço médio ponderado de exercício	n.a.	R\$11,74	R\$11,74	R\$10,99	
vi) valor justo das opções no último dia do exercício social	n.a.	R\$1,25	R\$2,30	R\$3,29	
d) Opções exercíveis					
i) quantidade	n.a.	1.980.005 ⁽⁴⁾	201.027	120.000	0
ii) prazo máximo para exercício das opções	n.a.	315.059 até 01/01/2019; 701.241 até 01/01/2020; 963.705 até 16/07/2012 ⁽⁵⁾	02/03/2020	01/10/2020	n.a.
iii) prazo	n.a.	1 ano	1 ano	1 ano	n.a.

de restrição à transferência das ações					
iv) preço médio ponderado de exercício	n.a.	R\$11,74	R\$11,74	n.a.	n.a.
v) valor justo das opções no último dia do exercício social	n.a.	R\$1,25	R\$2,30	n.a.	n.a.
vi) valor justo do total das opções no último dia do exercício social	n.a.	R\$2.475.006,20	R\$462.362,10	n.a.	n.a.

- (1) Os membros do Conselho de Administração não receberam opções de compra de ações.
- (2) Considera o número atual de Diretores da Companhia, já que o 3º Programa continuou em vigor até 30.11.2010 e certos Beneficiários do 3º Programa vieram a se tornar Diretores posteriormente ao lançamento do 3º Programa.
- (3) No caso do 1º Programa, as opções de determinado beneficiário foram integralmente antecipadas para exercício antes do final do ano de 2009, tendo em vista o seu falecimento, de acordo com as regras do Plano de Opções. Adicionalmente, as opções de determinados beneficiários foram perdidas, em virtude de seu desligamento da Companhia.
- (4) No caso do 1º Programa, as opções de determinado beneficiário foram integralmente antecipadas para exercício antes do final do ano de 2009, tendo em vista o seu falecimento, de acordo com as regras do Plano de Opções. Adicionalmente, as opções de determinados beneficiários foram perdidas, em virtude de seu desligamento da Companhia.
- (5) Este saldo de 1.000.000 de opções pode ser exercido antecipadamente, porém pelo prazo de 3 anos, considerando a regra do Plano de Opções para o caso de falecimento do Beneficiário.

13.8. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a. órgão

b. número de membros

c. em relação às opções exercidas informar:

1. número de ações

2. preço médio ponderado de exercício

3. valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas

d. em relação às ações entregues informar:

1. número de ações

2. preço médio ponderado de aquisição

3. valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas

Exercício Social de 2011	Conselho de Administração ⁽¹⁾	Diretoria Estatutária			
		1º Programa	2º Programa	3º Programa	4º Programa
Programa (Ano)	NA				
b) Número de Membros	NA	4 de 8	2 de 7	7 de 7	1 de 1
c) Em relação às opções exercidas	NA	-	-	-	
i) número de ações	NA	522.390	123.579	78.337	Não houve
ii) preço médio ponderado de exercício	NA	7,50	7,50	7,50	n.a.
iii) valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	NA	R\$ 7.175,69	R\$ 1.697,51	R\$ 1.076,06	n.a.
d) Em relação às ações entregues informar	NA	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
i) número de ações	NA	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
ii) preço médio ponderado de aquisição	NA	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
iii) valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	NA	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

(1) Os membros do Conselho de Administração não receberam opções de compra de ações.

Exercício Social de 2010	Conselho de Administração ⁽¹⁾	Diretoria Estatutária		
		1º Programa	2º Programa	3º Programa
b) Número de Membros	0	7 de 8	4 de 7	6 de 12
c) Em relação às opções exercidas				
i) número de ações	n.a.	183.366	38.973	Não houve
ii) preço médio ponderado de exercício	n.a.	R\$10,92	R\$10,92	n.a.
iii) valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	n.a.	R\$ 3.667,32	R\$ 779,46	n.a.
d) Em relação às ações entregues informar	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
i) número de ações	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
ii) preço médio ponderado de aquisição	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
iii) valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

(1) Os membros do Conselho de Administração não receberam opções de compra de ações.

Exercício Social de 2009	Conselho de Administração ⁽¹⁾	Diretoria Estatutária		
		1º Programa	2º Programa	3º Programa
b) Número de Membros	0	7 de 8	2 de 7 ⁽²⁾	5 de 12 ⁽³⁾
c) Em relação às opções exercidas				
i) número de ações	n.a.	183.366	Não houve	Não houve
ii) preço médio ponderado de exercício	n.a.	Não houve ⁽⁴⁾	n.a.	n.a.
iii) valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	n.a.	Não houve ⁽⁵⁾	n.a.	n.a.
d) Em relação às ações entregues informar	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
i) número de ações	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
ii) preço médio ponderado de aquisição	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
iii) valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

(1) Os membros do Conselho de Administração não receberam opções de compra de ações.

(2) Dentre os demais Beneficiários contemplados pelo 2º Programa, há outros 2 que posteriormente tornaram-se diretores estatutários da Companhia.

(3) Considera o número atual de Diretores da Companhia, já que o 3º Programa continuou em vigor até 30.11.2010 e certos Beneficiários do 3º Programa vieram a se tornar Diretores posteriormente ao lançamento do 3º Programa.

(4) No ano de 2009, tendo em vista circunstâncias excepcionais de mercado, o Comitê do Plano de Opções permitiu a aquisição de ações no mercado como forma de cumprimento das condições de destinação de recursos de bônus, exigidas no âmbito do Plano de Opções, inclusive ratificando e atribuindo a tais fins ações que já haviam sido adquiridas no mercado pelos Beneficiários. Tecnicamente, não houve o exercício de opções; no entanto, o número de opções de cada beneficiário foi deduzido do número de ações adquirido no mercado, para fins de cumprimento da regra mencionada.

(5) No ano de 2009, tendo em vista circunstâncias excepcionais de mercado, o Comitê

do Plano de Opções permitiu a aquisição de ações no mercado como forma de cumprimento das condições de destinação de recursos de bônus, exigidas no âmbito do Plano de Opções, inclusive ratificando e atribuindo a tais fins ações que já haviam sido adquiridas no mercado pelos Beneficiários. Tecnicamente, não houve o exercício de opções; no entanto, o número de opções de cada beneficiário foi deduzido do número de ações adquirido no mercado, para fins de cumprimento da regra mencionada.

13.9. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

a. modelo de precificação

O valor justo das opções outorgadas sob o Plano de Opções é precificado com base no modelo de precificação de opções de Black-Scholes-Merton, em conformidade com as orientações do Pronunciamento Técnico CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações.

b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Data de cálculo

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações, as opções devem ser avaliadas na data da outorga respectiva (no caso, a data de aprovação do Programa correspondente).

Preço médio ponderado das ações

O preço das ações de emissão da Companhia considerado para o cálculo do valor das respectivas opções é a cotação de fechamento das ações no mercado, na data da outorga das opções.

Preço de exercício

O preço de exercício é o preço previsto nos Contratos celebrados com os Beneficiários do Plano de Opções, que foi fixado em R\$ 10,00 para o 1º Programa e que, nos demais Programas, corresponde à média do preço das ações de emissão da Companhia nos 30 pregões da BM&FBovespa anteriores à data de outorga. Em todos os casos, o preço de exercício é corrigido pelo índice IGP-M, apurado pela FGV, desde a data de outorga até a data de exercício efetivo das opções.

Volatilidade esperada

Para cálculo da volatilidade esperada, foram utilizados no modelo os preços médios ponderados das ações em períodos históricos equivalentes aos períodos para exercício de 10 anos, fixados nos termos das outorgas realizadas no âmbito do Plano de Opções.

Prazo de vida da opção

O prazo de vida esperado pela Companhia foi determinado considerando a premissa de que os executivos exercerão suas opções ao final do período para seu exercício, o que não necessariamente se verifica na realidade. Assim, foi considerado que as opções têm prazo de vida de 10 anos.

Dividendos esperados (taxa de distribuição de dividendos)

A taxa de distribuição de dividendos representa a razão entre o dividendo por ação pago em determinado período e o preço da ação no mercado. Com base no histórico de pagamento de dividendos pela Companhia, foi estimada uma taxa de dividendos esperados em 1,2% sobre o valor de mercado da ação.

Taxa de juros livre de risco

As taxas livres de risco foram obtidas junto ao Banco Central do Brasil (Bacen) e se referem às taxas do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) nas respectivas datas de outorga.

c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Não se aplica.

d. forma de determinação da volatilidade esperada

Para cálculo da volatilidade esperada, foram utilizados no modelo os preços médios ponderados das ações em períodos históricos equivalentes aos períodos para exercício de 10 anos, fixados nos termos das outorgas realizadas no âmbito do Plano de Opções.

e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

A Companhia adotou como valor *spot*, para mensuração do valor justo da opção, o valor da ação da Companhia na data da outorga.

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

a. órgão
b. número de membros
c. nome do plano
d. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar
e. condições para se aposentar antecipadamente
f. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
g. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores

Órgão (a)	No. Membros (b)	Plano (c)	Qt. Adm. Aposentáveis (d)	Condições p/ aposentar antecipadamente (e)	Valor anualizado (f)	Valor atualizado (g)
Diretoria Executiva	13	Magnus	---	Idade: ≥ 55 anos e tempo de serviços prestados continuamente à Cia: ≥ 5 anos	R\$ 1.867.570,40	R\$808.818,77

Posição do último período de 2011 – 31/12/2011

Não foram realizadas contribuições para o plano de previdência com relação aos membros do Conselho de Administração

h. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

- **Portabilidade:** o Participante ativo que tiver cessado seu vínculo empregatício com Patrocinadora, após completar 3 (três) anos de Vinculação ao Plano e desde que não esteja em gozo de um benefício do Plano, sendo 100% (cem por cento) do saldo de Conta de Contribuição do Participante, acrescido de percentual determinado do saldo de Conta de Contribuição de Patrocinadora e do Crédito de Transferência, em função do tempo de Serviço Continuo do Participante na data do Término do Vínculo Empregatício;
- **Resgate:** o Participante ativo que não esteja em gozo de um benefício do Plano poderá, alternativamente, optar pelo Resgate, correspondente 100% (cem por cento) do saldo da Conta de Contribuição de Participante, acrescido de percentual determinado do saldo de Conta de Contribuição de Patrocinadora e do Credito de

Transferência, em função do tempo de Serviço Continuo do Participante apurado na data do Término do Vínculo Empregatício.

13.11. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

a. Órgão
b. número de membros
c. valor da maior remuneração individual
d. valor da menor remuneração individual
e. valor médio de remuneração individual

	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
	31/12/2011	31/12/2011	31/12/2011
Nº de membros	12	7	5
Valor da maior remuneração (Reais)	2.425.306,00	78.695,23	35.605,68
Valor da menor remuneração (Reais)	441.850,00	65.399,79	35.605,68
Valor médio da remuneração (Reais)	1.433.578,00	72.047,51	35.605,68

	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
	31/12/2010	31/12/2010	31/12/2010
Nº de membros	13	7	5
Valor da maior remuneração (Reais)	2.900.000,00	76.920,43	35.606,68
Valor da menor remuneração (Reais)	492.000,00	63.624,43	35.606,68
Valor médio da remuneração (Reais)	1.377.298,00	70.172,00	35.606,68

	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
	31/12/2009	31/12/2009	31/12/2009
Nº de membros	7	7,42	5
Valor da maior remuneração	3.007.827,73	76.181,43	35.605,68

(Reais)			
Valor da menor remuneração (Reais)	744.884,89	57.768,96	35.605,68
Valor médio da remuneração (Reais)	1.632.820,39	61.278,13	35.605,68

Obs.: O número de membros do CA foi encontrado a partir da média anual do número de membros apurado mensalmente. O valor acima corresponde à média das remunerações fixas e variáveis, conforme tabela do item 13.2 deste Formulário.

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.

A Companhia não possui arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização aos administradores em caso de destituição do cargo ou aposentadoria.

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Percentual na Remuneração Total dos Membros do Conselho de Administração Relacionados ao Controlador – 2011	
Membros do Conselho de Administração relacionados aos Controladores	5
(A) Total da remuneração dos membros do Conselho de Administração relacionados aos Controladores em 2011	330.488,62
(B) Total geral da remuneração do Conselho de Administração em 2011	462.684,07
Total da remuneração dos membros do Conselho de Administração relacionado aos Controladores em 2011 (A) / Total Geral da remuneração do Conselho de Administração em 2011 (B) corresponde a:	71%

Percentual na Remuneração Total dos Membros da Diretoria Estatutária Relacionados ao Controlador – 2011	
Membros da Diretoria Estatutária relacionados aos Controladores	0
(A) Total da remuneração dos membros da Diretoria Estatutária relacionados aos Controladores em 2010	0
(B) Total geral da remuneração da Diretoria Estatutária em 2010	0
Total da remuneração dos membros da Diretoria Estatutária relacionado aos Controladores em 2009 (A) / Total Geral da remuneração da Diretoria Estatutária em 2010 (B) corresponde a:	0

Em 2011, não há membros do Conselho Fiscal relacionados aos Controladores.

Percentual na Remuneração Total dos Membros do Conselho de Administração Relacionados ao Controlador – 2010	
Membros do Conselho de Administração relacionados aos Controladores	5
(A) Total da remuneração dos membros do Conselho de Administração relacionados aos Controladores em 2010	R\$ 319.066,14
(B) Total geral da remuneração do Conselho de Administração em 2010	R\$ 490.995,00
Total da remuneração dos membros do Conselho de Administração relacionado aos Controladores em 2010 (A) / Total Geral da remuneração do Conselho de Administração em 2010 (B) corresponde a:	65%

Percentual na Remuneração Total dos Membros da Diretoria Estatutária Relacionados ao Controlador – 2010	
Membros da Diretoria Estatutária relacionados aos Controladores	0
(A) Total da remuneração dos membros da Diretoria Estatutária relacionados aos Controladores em 2010	0
(B) Total geral da remuneração da Diretoria Estatutária em 2010	0
Total da remuneração dos membros da Diretoria Estatutária relacionado aos Controladores em 2009 (A) / Total Geral da remuneração da Diretoria Estatutária	0

em 2010 (B) corresponde a:

Em 2010, não há membros do Conselho Fiscal relacionados aos Controladores.

Percentual na Remuneração Total dos Membros do Conselho de Administração Relacionados ao Controlador – 2009	
Membros do Conselho de Administração relacionados aos Controladores	5
(A) Total da remuneração dos membros do Conselho de Administração relacionados aos Controladores em 2009	R\$ 301.177,41
(B) Total geral da remuneração do Conselho de Administração em 2009	R\$ 416.715,33
Total da remuneração dos membros do Conselho de Administração relacionado aos Controladores em 2009 (A) / Total Geral da remuneração do Conselho de Administração em 2009 (B) corresponde a:	72%

Percentual na Remuneração Total dos Membros da Diretoria Estatutária Relacionados ao Controlador – 2009	
Membros da Diretoria Estatutária relacionados aos Controladores	0,5
(A) Total da remuneração dos membros da Diretoria Estatutária relacionados aos Controladores em 2009	R\$ 367.616,66
(B) Total geral da remuneração da Diretoria Estatutária em 2009	R\$ 4.841.950,00
Total da remuneração dos membros da Diretoria Estatutária relacionado aos Controladores em 2009 (A) / Total Geral da remuneração da Diretoria Estatutária em 2009 (B) corresponde a:	8%

Em 2009, não há membros do Conselho Fiscal relacionados aos Controladores.

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Nos últimos 3 exercícios, não houve remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal recebida por qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Nos últimos 3 exercícios, não houve remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal reconhecida no resultado dos controladores do emissor, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor.

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes pertinentes ao assunto foram disponibilizadas nos itens anteriores.

ANEXO IV

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

1. Informar o lucro líquido do exercício

O lucro líquido apurado pela Companhia no exercício social de 2011 foi de R\$97.911.000,00.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

O montante global e o valor por ação dos dividendos propostos são, respectivamente, de R\$9.414.395,98 e R\$0,03.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

O percentual do lucro líquido do exercício a ser distribuído será, nos termos da proposta da administração, de 25%.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não haverá distribuição com base em lucro de exercícios anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

- a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

A proposta da administração contempla a distribuição de R\$9.414.395,98 para os acionistas detentores de ações ordinárias (única espécie e classe de ação) emitida pela Companhia, valor este que representa um montante de R\$0,03 por ação ordinária

- b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Os dividendos serão pagos no dia 08 de maio, através de depósito na conta corrente dos acionistas..

- c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros

sobre capital próprio

Não aplicável.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

A data considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao recebimento dos dividendos será o dia 26 de abril de 2012.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Não aplicável.

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Não aplicável.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

	2008	2009	2010	2011
Lucro líquido (prejuízo)	(R\$ 53.699)	(R\$ 31.000)	R\$ 91.765	R\$ 97.911 M

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

A Companhia não distribuiu dividendo ou juro sobre capital próprio nos 3 (três) últimos exercícios sociais.

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

Será destinado à reserva legal o montante de R\$ 1.981.978,10.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício é destinado para a reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social integralizado.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável.

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável.

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não aplicável.

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não aplicável.

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não aplicável.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, no mínimo, será distribuído, como dividendo obrigatório, a todos acionistas.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

O dividendo obrigatório está sendo pago integralmente

c. Informar o montante eventualmente retido

Não haverá retenção de parcela do dividendo obrigatório

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a. Informar o montante da retenção

Não aplicável.

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não aplicável.

c. Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a. Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não aplicável.

c. Explicar porque a perda foi considerada provável

Não aplicável.

d. Justificar a constituição da reserva

Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

Não aplicável.

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

É destinada a aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital aprovado pela Administração da Companhia, de acordo com o artigo 196 da lei societária. O saldo inicial foi recebido quando da incorporação da controlada Magnesita S.A. A Administração da Companhia irá propor à Assembléia Geral de Acionistas a destinação à reserva de reinvestimentos o montante de R\$ 28.243M, além dos acréscimos dos juros sobre capital próprio prescritos em 2011 no montante de R\$ 410M.

b. Identificar o montante destinado à reserva

R\$ 28.243M

c. Descrever como o montante foi calculado

A Companhia deduziu do lucro líquido, além dos descontos permitidos legalmente, a parcela destinada à constituição de reserva legal (R\$ 1.982M) e o mínimo legal destinado ao pagamento de dividendos, no percentual de 25% (R\$ 9.415M), destinando o montante residual à constituição de reserva para investimento nos projetos previstos para o ano-exercício de 2012 e já aprovados pela Diretoria e Conselho de Administração da Companhia, conforme demonstrativo abaixo.

Composição do Lucro Líquido	31/12/2011
Lucro líquido do exercício - Controladora	97.911

Ajuste de avaliação atuarial	9.503
Prejuízo acumulado até 2010	-67.774
	39.640
Constituição de reserva legal	-1.982
	37.658
Dividendos obrigatórios (25%)	-9.415
	28.243
Orçamento de Capital	28.243

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção

A retenção de lucros prevista em orçamento de capital será no montante de R\$ 28.243.187,93 (vinte e oito milhões, duzentos e quarenta e três mil, cento e oitenta e sete reais e noventa e três centavos).

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Vide orçamento de capital abaixo, apresentado e aprovado pelo Conselho Fiscal e pelo Conselho de Administração da Companhia.

MAGNESITA REFRAATÓRIOS

ORÇAMENTO DE CAPITAL

Data Base 31.12.2011

(em consonância com o art. 25, §1º, da Instrução CVM n.º 480, de 07 de dezembro de 2009)

A proposta de orçamento de capital abaixo será submetida à aprovação da Assembléia Geral de Acionistas da Companhia que aprovará os resultados do exercício financeiro findo em 31 de dezembro de 2011.

CAPITAL A SER INVESTIDO PELA COMPANHIA

Investimentos	R\$mil
---------------	--------

Projeto HW4 em Brumado	70.252
Projeto Grafita em Almenara (MG)	43.575
Outros Projetos	140.656
Total	254.483

FONTES *

Fontes	Valor
Recursos Próprios	178.138
Recursos de Terceiros	76.345
TOTAL	254.483

* O valor de R\$ 28.653 mil de retenção de lucros de 2011 (CONTROLADORA) está incluso nesta distribuição

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

b. Explicar a natureza da destinação

Não aplicável.

ANEXO V

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A Magnesita se diferencia por suas operações verticalmente integradas, oferecendo soluções completas através de uma extensa linha de materiais refratários e serviços, e por seu modelo de negócios inovador baseado na performance de seus clientes.

As minas exploradas pela Companhia compreendem algumas das maiores reservas mundiais conhecidas de Magnesita e dolomita de alta qualidade. Brumado é uma das maiores reservas de Magnesita do mundo, sendo também uma das reservas de maior qualidade. A Companhia também explora outros minerais, tais como cometa, argila, talco e possui direitos de exploração sobre uma grande reserva de grafita.

A Companhia mantém relacionamento comercial de longo prazo com os produtores líderes globais de aço e cimento. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possuía mais de 1.500 clientes ao redor do mundo, distribuídos em todos os continentes. A Companhia estima que, em 2010, tinha 5,9% do mercado global de refratários e, aproximadamente, 65% do mercado brasileiro de refratários para indústria siderúrgica e 85% do mercado brasileiro de refratários para a indústria cimenteira com base em receita.

De acordo com apurações internas, a Companhia é a produtora mais verticalizada do mundo em produtos refratários à base de magnesita e dolomita. A companhia conta com 26 unidades industriais e de mineração, localizadas no Brasil, Argentina, Estados Unidos, Alemanha, Bélgica, França, Taiwan e China, totalizando uma capacidade de produção de refratários superior 1,6 milhão de toneladas/ano. Além disso, conta com diversas reservas minerais próprias ao redor do mundo, que suprem cerca de 70% de suas necessidades de matéria-prima para a produção de refratários, o que garante o maior nível de verticalização do mundo na indústria de refratários. Dona de uma grande variedade de recursos naturais a serem explorados e um investimento forte em pesquisa, desenvolvimento e inovação para exploração, tratamento e melhoria desses recursos, a Magnesita tem como meta chegar a 90% de verticalização em matéria-prima. Por entender que as minas são recursos não-renováveis, a companhia vem realizando investimentos em processos de reaproveitamento, prolongando o seu ciclo de vida. Atualmente, seus ativos minerais abrangem insumos importantes na produção de refratários tais como: magnesita, dolomita, argilas, grafita e também outros minerais como o talco, o óxido de magnésia e a cromita, comercializados para nichos de mercado.

A capacidade de produção total destas unidades em 31 de dezembro de 2011 superava 1,6 milhões de toneladas de refratários/ano. Seu portfólio de produtos inclui produtos não moldados como materiais monolíticos, produtos moldados como tijolos refratários, e refratários especificamente moldados para finalidades siderúrgicas e industriais em geral. Ademais, a Companhia oferece equipamentos mecânicos de apoio à aplicação de refratários e presta serviços de manutenção mecânica e refratária em equipamentos siderúrgicos, além de oferecer serviços de gerenciamento de refratários para siderúrgicas, geralmente a um custo por tonelada de aço vazado, num modelo de negócio denominado CPP – *Cost per Performance*.

De acordo com a publicação especializada Industrial Minerals, edição de maio de 2010, as minas exploradas pela Companhia compreendem algumas das maiores reservas mundiais conhecidas de magnesita e dolomita de alta qualidade. Brumado é uma das maiores reservas de magnesita do mundo, sendo também uma das reservas de maior qualidade. A Companhia também explora outros minerais, tais como cromita, argila, talco e possui direitos de exploração sobre uma grande reserva de grafita.

Os resultados operacionais da Companhia foram significativamente influenciados pelos efeitos da aquisição da LWB Refractories Holding GmbH (“LWB”), uma empresa alemã, produtora de refratários e com unidades operacionais em outras regiões da Europa, Estados Unidos e China, que levou à consolidação dos resultados da LWB em suas demonstrações financeiras a partir de 1º de novembro de 2008. Seus resultados operacionais também foram influenciados no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009 e continuarão a ser influenciados por diversos fatores, dentre eles:

- O volume de produção de aço e cimento, principalmente em seus principais mercados: Brasil, Europa, Estados Unidos e China;
- A oferta e demanda mundial por minerais como magnesita, dolomita, argilas, grafita, talco, óxido de magnésia e cromita;
- A capacidade da Companhia em reter clientes;
- A estabilidade dos mercados globais de capitais e o crescimento das economias global e nacional;
- O sucesso da Companhia na implantação do modelo CPP no exterior, inclusive na Europa, Estados Unidos e China;
- A capacidade da Companhia de realizar os benefícios de aquisições passadas e futuras;;
- A capacidade da Companhia de manter uma estrutura de precificação competitiva, acompanhar as mudanças nas demandas dos clientes, antecipar a evolução tecnológica e desenvolver relacionamentos eficazes e competitivos com seus clientes e fornecedores;
- A volatilidade cambial do real (e de outras moedas) frente ao dólar e ao euro;
- Operações de *hedge* em função de oscilações nas taxas de câmbio e de juros; e
- As condições econômicas e políticas nos países onde a Companhia mantém suas operações.

A condição financeira e a liquidez da Companhia são influenciadas por diversos fatores, dentre eles:

- A capacidade de geração de caixa de seus negócios;
- As taxas de juros praticadas no Brasil e no exterior e movimentações nas taxas de câmbio, as quais influenciam sua cobertura do serviço da dívida;
- As cláusulas restritivas de alguns contratos de financiamento (incluindo a escritura de emissão das 7,875% Senior Notes com vencimento em 2020), as quais poderão restringir sua flexibilidade financeira e operacional;
- Sua capacidade de obter outros financiamentos de instituições financeiras brasileiras e internacionais e de vender seus títulos de dívida nos mercados nacional e internacional de valores mobiliários, com taxas aceitáveis;
- Suas necessidades de dispêndios em projetos de investimento (Capex), que consistem basicamente de gastos na manutenção das suas unidades industriais, expansão de sua capacidade de produção e tecnologia da informação; e
- A obrigatoriedade, de acordo com a legislação brasileira e em nosso estatuto social, do pagamento de dividendos em valor igual ou superior a 25% sobre o lucro líquido ajustado.

É opinião dos diretores que as condições financeiras e patrimoniais gerais da Companhia como positivas, principalmente, por contar com um alto grau de verticalização e um modelo diferenciado de negócio, o que tem lhe permitido manter o melhor nível de margem operacional do seu setor, em sua visão. A estratégia de crescimento da Companhia tem sido pautada na análise criteriosa da sua capacidade de geração de caixa, crescimento potencial dos setores em que atua, capacidade produtiva *vis-à-vis* os riscos inerentes ao seu negócio. Portanto, é opinião dos diretores que, seja pela capacidade de geração de caixa ou de negociar boas condições de prazo e custo para suas dívidas, que a Companhia possui plenas condições de honrar seus compromissos operacionais e financeiros e de buscar seu crescimento de forma sustentável.

É opinião dos diretores também que o principal fator externo que deve afetar a Companhia nos próximos anos seja a taxa de câmbio, com a tendência de valorização do real em relação a outras moedas, influenciando direta ou indiretamente as importações no mercado siderúrgico sul-americano, as importações de produtos refratários para o mercado sul-americano, as exportações de nossos produtos para mercados fora da América do Sul, e a consolidação das nossas operações na América do Norte, Europa e Ásia.

Especificamente em relação ao mercado mundial de refratários, pelo entendimento dos diretores esse é um mercado fragmentado, com mais de 50% do mercado pertencente a empresas com menos de 1% de participação total. Por esse motivo, é opinião dos diretores que haverá uma continuação do movimento de consolidação nesse setor.

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

i. hipóteses de resgate

ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

A tabela a seguir resume a estrutura de capital da Companhia:

	31/12/11	31/12/10	31/12/09
Capital Próprio	49,7%	44,6%	46,2%
Capital de Terceiros	50,3%	55,4%	53,8%

Não há hipótese de resgate de ações prevista no estatuto social da Companhia. A Companhia possui somente ações ordinárias em sua estrutura de capital.

Na estrutura de capital apresentada, Capital Próprio é o patrimônio líquido da Companhia, conforme apresentado nas demonstrações financeiras: R\$2.653,2 milhões em 31 de dezembro de 2011, R\$2.215,6 milhões em 31 de dezembro de 2010 e R\$2.236,3 milhões em 31 de dezembro de 2009. Capital de terceiros é o passivo total menos o Capital Próprio: R\$2.681,0 milhões em 31 de dezembro de 2011, R\$2.755,5 milhões em 31 de dezembro de 2010 e R\$2.600,5 milhões em 31 de dezembro de 2009.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Somos parte em diversos contratos financeiros que nos exigem observar determinadas obrigações e quocientes financeiros, dentre os quais se inclui:

- Manutenção de um quociente máximo entre endividamento líquido consolidado e LAJIDA⁴; e
- Manutenção de quociente mínimo entre LAJIDA e despesa financeira líquida consolidada.

Um inadimplemento de nossos contratos financeiros que não seja tolerado ou renunciado formalmente pelo respectivo credor pode resultar em uma decisão de tal credor em declarar o vencimento antecipado da dívida, o que, por sua vez, poderia ensejar o vencimento antecipado de outras dívidas em razão de previsão contratual nesse sentido (*cross default*).

Nossos ativos e fluxo de caixa podem ser insuficientes para pagamento da totalidade da dívida da companhia decorrente de contratos financeiros, seja nas datas de pagamento originalmente contratadas, mas também em caso de vencimento antecipado e cobrança integral da dívida financeira, o que afetaria nossa posição financeira materialmente.

No primeiro trimestre de 2010, finalizamos a renegociação das condições financeiras contratadas em duas linhas de financiamento representativas de 56,7% do total da dívida em 31/12/09, possibilitando, além do alongamento do prazo de pagamento, redução das taxas de juros. Adicionalmente, no mesmo trimestre, concluímos a captação de US\$400,0 milhões com a emissão de títulos de renda fixa e de longo prazo (bonds), vencíveis em 2020, dos quais US\$300,0 milhões já foram utilizados na liquidação antecipada do empréstimo com o banco JP Morgan. Com esses eventos, é opinião dos diretores que as linhas de financiamentos da Companhia estão mais adequadas à sua capacidade de pagamento, principalmente, pela sua capacidade de geração de caixa, reduzindo assim o seu risco e proporcionando melhores condições para implementar sua estratégia de crescimento.

⁴“LAJIDA” compreende, de acordo com o Ofício Circular CVM n.º 1/2005, os lucros antes das despesas financeiras líquidas, do imposto de renda e contribuição social e depreciação e amortização e das participações de acionistas minoritários, participações dos administradores e despesas não operacionais, líquidas.

Em 2009, é opinião dos diretores que a Magnesita priorizou a utilização do seu fluxo de caixa livre para a redução do endividamento e, durante o decorrer de 2009, amortizou dívidas mais caras e captou, quando necessário, modalidades que pudessem ser vinculadas às suas exportações. Em 2010, a Companhia encerrou o aumento de capital onde foram emitidas e integralizadas 44.871.795 ações ordinárias, gerando um aumento de capital de R\$350,0 milhões. Com a conclusão do processo de aumento de capital, a Companhia pré-pagou US\$ 175,0 milhões da sua linha de crédito junto ao Banco JP Morgan. Em 2011, a Companhia encerrou um novo aumento de capital onde foram emitidas e integralizadas 33.770.000 ações ordinárias, gerando um aumento de capital de R\$278,6 milhões. Com o montante levantado, a Companhia pré-pagou parte da Nota de Crédito de Exportação, no montante de R\$340,0 milhões, junto ao Itaú-Unibanco S.A..

A Companhia encerrou o ano de 2011 com um endividamento líquido de R\$ 957,3 milhões, saldo 25,7% inferior ao ano de 2010 (R\$ 1.289,1 milhões). O melhor desempenho reflete, principalmente, a forte geração de caixa do modelo de negócios da Companhia, a melhor gestão do capital de giro e os recursos obtidos com o aumento de capital, utilizados para amortizar dívidas. No final de 2011, o caixa somava R\$ 770,5 milhões, aumento de R\$ 101,0 milhões em relação ao saldo na posição de 31 de dezembro de 2010. O nível de alavancagem, medido pela Dívida Líquida/EBITDA, ficou em 2,2x, contra 2,8x no final de 2010.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Atividades de financiamento

As atividades de financiamento consumiram caixa de R\$259,9 milhões no período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2011 e geraram caixa de R\$46,6 milhões no período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2010. Em 2009, consumiram caixa de R\$116,8 milhões. A variação se atribui, principalmente, ao foco na redução do nosso endividamento em 2009, a emissão, no valor de US\$ 400 milhões, de *senior notes* com juros de 7,875% e vencimento em 2020 realizada no 1º trimestre de 2010, o aumento de capital de R\$350,0 milhões em 2010 e R\$ 278,6 milhões em 2011, onde os recursos foram utilizados basicamente para a amortização de dívidas. Durante o período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2010, pagamos, em dinheiro, empréstimos e financiamentos, inclusive nosso *senior export facility agreement* de US\$ 300 milhões, com JP Morgan Chase Bank, N.A., Banco do Brasil S.A. e Banco Bradesco S.A., no valor de R\$ 507,1 milhões, e duas notas de crédito à exportação com Banco do Brasil S.A., de um valor total de R\$44 milhões, contratadas em fevereiro de 2010. A fonte principal dos recursos aplicados no pagamento do nosso *senior export facility agreement* de US\$ 300 milhões foi a emissão, no valor de US\$ 400 milhões, de *senior notes* com juros de 7,875% e vencimento em 2020, que resultou na captação de US\$391 milhões líquidos, e a fonte principal dos recursos aplicados no pagamento de dois financiamentos com Banco do Brasil S.A., no valor total de R\$44 milhões, foi a contratação de novo financiamento com Banco do Brasil S.A., no valor de R\$ 200 milhões. Durante o período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2011, a Companhia pagou parte da Nota de Crédito de Exportação, junto ao Itaú-Unibanco S.A., no montante de R\$340,0 milhões, com os recursos obtidos no aumento de capital. Em razão dos acontecimentos acima, a administração da Companhia acredita ter atingido uma estrutura de capital mais adequada e flexível, estando pronta para dar continuidade ao seu plano de crescimento, que contempla acelerar importantes investimentos minerários para aumentar a auto-suficiência da Companhia em matérias primas estratégicas tais como o sinter de magnesita e a grafita.

Endividamento:

Em 31 de dezembro de 2011, o endividamento consolidado da Companhia totalizava R\$1.727,7 milhões, composto por R\$124,8 milhões em dívida de curto prazo, incluindo a parte circulante da dívida de longo prazo, e R\$1.602,9 milhões em dívida de longo prazo. No consolidado, a dívida denominada em real em 31 de dezembro de 2011 somava R\$887,4 milhões, e a denominada em moeda estrangeira totalizava R\$840,3 milhões, líquidos dos custos de transações.

Em 31 de dezembro de 2011, sobre a dívida total incidiam juros a uma taxa média de 9,81% a.a., contra uma taxa média de 10,26% em 31 de dezembro de 2011.

Endividamento por linha, moeda e taxa média

	Moeda	Taxa anual média de juros	Consolidado	
			31/12/2011	31/12/2010
Notas de crédito de exportação	R\$	CDI+1,81%	812.508	1.071.559
(-) Custos da transação a amortizar		-	(12.713)	(14.962)
Financiamento de importação	US\$	3,11%+Libor	2.432	-
	US\$	8,18%	1.725	10.642
Financiamento de imobilizado				
Em moeda nacional	R\$	7,61%	623	418
Leasing	R\$	CDI	-	596
BNDES Exim	R\$	7%	-	74.754
Adiantamentos sobre faturas de exportação	R\$	CDI+0,64%	39.858	45.525
	US\$	3,67%+Libor	94.624	86.168
Outros	US\$	7,25%	29.553	25.440
Outros	€	5,13%	12.623	10.918
			981.233	1.311.058
		Circulante	110.212	111.423
		Não circulante	871.021	1.199.635

(a) Notas de crédito de exportação

A Companhia mantém operações com notas de crédito de exportação, com as seguintes características:

- Credor: Banco Bradesco S.A.
- Valor: R\$ 149.047
- Prazo: 5 anos
- Carência: 2 anos
- Juros anuais: CDI + 1,35% (de 15/08/2009 até 10/02/2010, CDI + 4,0%; 11/02/2010 a 07/12/2010, CDI + 2,75%)
- Credor: Banco Itaú BBA S.A.
- Valor: R\$ 453.197
- Prazo: 5 anos
- Carência: 3 anos
- Juros anuais: CDI + 2,10% (de 15/08/2009 até 08/04/2010, CDI + 4,0%; de 08/04/2010 até 21/02/2011, CDI+ 2,75%).
- Covenants: Dívida líquida / EBITDA (4,5 até 31/12/2010; 4,0 até 31/03/2011; e 3,5 em diante). EBITDA/Despesa financeira líquida (2,0 de 31/12/2010 em diante)
- Credor: Banco do Brasil S.A.
- Valor: R\$ 210.264
- Prazo: 5 anos
- Carência: 3 anos
- Juros anuais: CDI + 1,50%
- Covenants: Dívida líquida / EBITDA (4,75 até 31/12/2010; 4,00 até 31/12/2011; e 3,75 em diante)

Os custos de transação a amortizar correspondem à comissão paga no momento da renegociação dos contratos e serão amortizados pelo prazo dos mesmos. Em 14 de fevereiro de 2011, a Companhia liquidou parte do financiamento do banco Itaú BBA S.A., mediante emissão de ações (Nota 25).

Os “Covenants” financeiros anuais das NCE do Banco Bradesco S.A. são os seguintes:

	Dívida Líquida / Ebitda (Lajida)- máximo	Ebitda (Lajida) / Despesa Financeira líquida - mínimo
4T 2010	4,5	2,00
1T 2011 a 4T2011	4,0	2,00
1T 2012 em diante	3,75	2,00

As exigências para 31 de dezembro de 2011 e 2010 foram cumpridas.

(b) Adiantamentos sobre faturas de exportação

Os adiantamentos sobre faturas de exportação referem-se às financiamentos feitos em instituições financeiras, tais como Banco do Brasil, Santander, Itaú e Bradesco, para financiamento das exportações realizadas pela Companhia.

(c) Vencimentos

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo a pagar a curto e longo prazo tem vencimentos como segue:

	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>
Até 180 dias	106.632	81.899
Após 180 e até 360 dias	3.580	3.580
2013	155.824	150.427
2014	291.221	288.544
2015	417.282	414.484
Após 2016	6.694	-
	<u>981.233</u>	<u>938.934</u>

O valor contábil dos empréstimos e financiamentos aproxima-se do valor justo.

Em 31 de dezembro de 2011, os valores de mercado dos empréstimos e financiamentos não divergem significativamente dos valores contábeis dos mesmos, na extensão de que foram pactuados e registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazos similares.

(d) Limites de crédito

A Companhia possui as seguintes linhas de crédito não utilizadas:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Taxa variável		
- Com vencimento em até um ano	90.038	21.762
- Com vencimento em mais de um ano	661.255	108.111
Taxa fixa		
- Com vencimento em até um ano	21.000	24.620
- Com vencimento em mais de um ano	5.000	33.324
	<u>777.293</u>	<u>187.817</u>

As linhas de crédito que vencem em até um ano são linhas de crédito sujeitas à revisão anual em diferentes datas durante o exercício de 2012. As outras linhas de crédito foram acordadas para ajudar a financiar a expansão proposta das atividades do grupo.

Títulos de dívida de longo prazo

Durante o 1º trimestre de 2010, a Companhia emitiu US\$ 400 milhões em títulos de dívida denominados em dólares norte-americanos por meio de sua subsidiária integral Rearden G Holdings Eins GmbH (“Rearden”). Tais títulos constituem obrigações sem garantia real e não subordinadas da Rearden e são total e incondicionalmente garantidos pela Companhia, por meio da subsidiária Magnesita Insider Refratários Ltda. e outras subsidiárias sediadas no exterior.

Estes títulos de dívida possuem as seguintes características:

- Prazo: vencimento em 2020

- Juros anuais: 7,875%, pagos semestralmente
- Taxa Interna de Retorno: 8%

Os custos de transação a amortizar de R\$ 13.335 correspondem a despesas incorridas para emissão dos títulos de dívida, que serão amortizados considerando a taxa efetiva de juros até o vencimento final em 2020.

Em 31 de dezembro de 2011, o total dos títulos de dívida de longo prazo é R\$ 731.898, e de curto prazo, referente aos juros, é R\$ 14.587. Tais títulos da dívida foram utilizados para pagamento de contrato de financiamento Senior Export Facility, com o JP Morgan.

Caso venha a ter necessidade, a Companhia pode contratar linhas de crédito similares às descritas acima, sempre atenta para que o custo e o prazo de financiamento sejam adequados ao motivo do financiamento.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Em bases históricas, temos acomodado nossa necessidade de caixa (incluindo recursos necessários para pagamentos de parcelas de principal e juros no respectivo vencimento, refinanciamento de dívida, e recursos para capital de giro e os dispêndios em projetos de investimento (Capex) planejadas) a partir do fluxo de caixa operacional, empréstimos, ofertas de ações ou dívidas, bem como de recursos provenientes da venda de ativos.

Para cobrir eventuais deficiências de liquidez, a Companhia pode contratar para capital de giro linhas de Pré-pagamentos de Exportação (PPEs) e Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio. Para investimentos em ativos não-circulantes, a Companhia pode realizar emissões de dívida similares as *Senior Notes*, emissões de ações, captação de NCEs, linhas de financiamento de importação, linhas de financiamento de plantas, propriedades e equipamentos, linhas de arrendamento financeiro, e outros tipos de endividamento que a Companhia julgar adequados.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

O disposto a seguir é um resumo dos nossos instrumentos de dívida relevantes. As informações constantes deste quadro referem-se aos três últimos exercícios sociais e o último período corrente. A descrição é apenas um resumo e não se destina a descrever todos os termos de nossos acordos de crédito considerados importantes.

Senior notes com vencimento em 2020 e juros de 7,875%

Em março de 2010, realizamos uma emissão de *senior notes* com vencimento em 2020 e juros de 7,875%, de um valor total de US\$ 400 milhões. Aplicamos os recursos captados com essa emissão na liquidação de uma *senior export facility* de US\$ 300 milhões com JPMorgan Chase Bank, N.A., Banco do Brasil S.A. e Banco Bradesco S.A.

As *senior notes* com vencimento em 2020 e juros de 7,875% vencerão em 30 de março de 2020. Sobre as *senior notes* incidirão juros de 7,875% ao ano, sendo que os juros serão pagos em 30 de março e 30 de setembro em cada ano, partir de 30 de setembro de 2010.

A escritura de emissão das *senior notes* com vencimento em 2020 e juros de 7,875% impõe limites à faculdade de Magnesita e determinadas subsidiárias de:

- assumir endividamento adicional;

- pagar dividendos e efetuar outros pagamentos sujeitos a restrições;
- efetuar determinados investimentos;
- concluir a alienação de determinados ativos;
- assumir ônus;
- efetuar a fusão, incorporação, venda ou outra alienação de todos nossos ativos ou de uma parte substancial dos nossos ativos; e celebrar determinadas operações com afiliadas.

Ressalvadas determinadas exceções, a escritura de emissão das *senior notes* com vencimento em 2020 e juros de 7,875% faculta a assunção de endividamento adicional pela Companhia e pelas nossas subsidiárias restritas.

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo devedor das *senior notes* com vencimento em 2020 e juros de 7,875% era de R\$661,0 milhões.

Financiamento para Aquisição de Investimentos

Em 27 de setembro de 2007, a Companhia obteve empréstimo junto ao Banco ABN Amro Real S.A., no valor de R\$ 560 milhões mediante a emissão de 56 CCB – Cédula de Crédito Bancário com vencimento em 180 dias e com opção de renovação por mais 360 dias, corrigidas pela variação da Taxa DI e acrescido de juros de 0,80% ao ano. Em 13 de dezembro de 2007 a Companhia efetuou nova tomada mediante a emissão de outras 7 Cédulas de Crédito Bancário, no montante de R\$ 70 milhões, com as mesmas condições das anteriores.

Em 20 de março de 2008 a Companhia optou por refinarciar esta dívida por uma operação de nota de crédito de exportação realizada com o Itaú BBA S.A.

Notas de Crédito à Exportação — Itaú BBA S.A.

Em 20 de março de 2008, a Magnesita e o Unibanco-União de Bancos Brasileiros S.A. (sucedido pelo Banco Itaú BBA S.A.), celebraram Nota de Crédito à Exportação (posteriormente alterada em 11 de agosto de 2009, 5 de novembro de 2009, 8 de abril de 2010 e 10 de maio de 2010) para o financiamento das exportações, no montante de R\$ 800 milhões, com juros anuais equivalentes à taxa média diária dos Certificados de Depósito Interbancário (“CDI”) acrescida de 2,75%. Em agosto de 2010, a Magnesita pagou R\$150 milhões, incluindo principal e juros. Após tal pagamento, o pagamento do principal deve ser efetuado em três parcelas anuais, sendo a primeira de aproximadamente R\$ 157,7 milhões a ser paga em fevereiro de 2013, e as duas parcelas subsequentes de aproximadamente R\$266,7 milhões, a serem pagas em março de 2014 e 2015. Em março de 2011, a Companhia amortizou parte da Nota de Crédito à Exportação no montante de R\$ 340,0 milhões, em favor do Itaú-Unibanco S.A..

Além dos eventos usuais de vencimento antecipado, o contrato prevê as mesmas obrigações financeiras aplicáveis à Magnesita na Nota de Crédito à Exportação celebrada com Banco Bradesco S.A. descritas acima.

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo devedor em relação a este contrato era de R\$453,2 milhões.

Notas de Crédito à Exportação — Banco Bradesco S.A.

Em 22 de abril de 2008, a Magnesita e o Banco Bradesco S.A. celebraram Nota de Crédito à Exportação para financiar a compra de matéria-prima utilizada em exportações (posteriormente alterada em 13 de agosto de 2009, em 23 de outubro de 2009, 10 de fevereiro de 2010, 3 de maio de 2010 e 7 de dezembro de 2010), no valor de R\$ 166,9 milhões, com juros anuais equivalentes à taxa CDI, acrescidos de 1,35%. Uma parcela inicial do principal, no montante de R\$ 33,4 milhões, foi paga em 2009. O pagamento do principal em aberto deve ser efetuado em três parcelas iguais e anuais de aproximadamente R\$ 44,5 milhões, a ser pago no período de 2013 a 2015.

Além dos eventos usuais de vencimento antecipado, o contrato prevê a seguinte obrigação financeira, que se aplica à Magnesita:

- O quociente de sua Alavancagem Líquida Consolidada não deverá ser maior que 6,0 no quarto trimestre de 2009, 5,5 no primeiro trimestre de 2010, 5,0 no segundo trimestre de 2010, 4,5 no terceiro e quarto trimestres de 2010, 4,0 no primeiro trimestre de 2011, e 3,5 no segundo trimestre de 2011 e em períodos subsequentes; e
- O quociente entre o LAJIDA Consolidado e Despesa Líquida com Juros Consolidada deverá ser igual ou maior a 1,5 no quarto trimestre de 2009 e no primeiro trimestre de 2010, 1,75 nos segundo e terceiro trimestres de 2010, e 2,0 no quarto trimestre de 2010 e em períodos subsequentes.

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo devedor em relação a este contrato era de R\$149,0 milhões.

Senior Export Facility (JP MORGAN)

Em setembro de 2008 a Companhia e o JP Morgan celebraram *Senior Export Facility* no valor de US\$ 475 milhões obtida com o vencimento em 6 anos após um período de carência de 30 meses e juros anuais de LIBOR (*London Interbank Offered Rate*, taxa de juro praticada no mercado interbancário de Londres) + 2,5%. Os *covenants* financeiros anuais eram os seguintes:

	2008	A partir de 2009
Dívida líquida/LAJIDA	Máximo de 4	Máximo de 3,5
LAJIDA /Despesa financeira líquida	Mínimo de 2	Mínimo de 2

A *Senior Export Facility* foi renegociada em 14 de agosto de 2009 tendo a taxa de juros anuais sido alterada para LIBOR (com garantia de taxa mínima de 2,5%) + 5,0%. Após a renegociação os *covenants* financeiros anuais passaram a ser:

	Dívida líquida/ LAJIDA	LAJIDA /Despesa financeira líquida
4T 2009	6,0	1,50
1T 2010	5,5	1,50
2T 2010	5,0	1,75
3T 2010	4,5	1,75
4T 2010	4,5	2,00
1T 2011	4,0	2,00
2T 2011 em diante	4,0	2,00

Como parte da renegociação da dívida, em novembro de 2009 a Companhia efetuou uma amortização extraordinária de US\$ 175 milhões.

Em março de 2010 a Companhia pré-pagou a *Senior Export Facility* utilizando os fundos obtidos na emissão de títulos de dívida (*senior notes*) denominados em dólares norte-americanos.

Notas de Crédito a Exportação (NCE) – Banco do Brasil S.A.

Em 5 de agosto de 2010, a Magnesita e o Banco do Brasil SA, celebraram Nota de Crédito à Exportação para o financiamento das exportações e capital de giro no valor de R\$ 200 milhões, a uma taxa média anual equivalente à CDI + 1,5%. O pagamento do principal deve ser efetuado em três parcelas iguais e anuais de aproximadamente R\$ 66,6 milhões, a serem pagas entre 2013 e 2015. Além dos eventos usuais de vencimento antecipado, o contrato prevê a seguinte obrigação financeira, que se aplica à Magnesita:

- o quociente entre o endividamento consolidado líquido e o LAJIDA nos últimos 12 meses não deverá ser maior que 4,75 no período findos em 31 de dezembro de 2010, 4,00 no período findos em

31 de dezembro de 2011, e 3,75 no período findos em 31 de dezembro de 2012 em períodos subsequentes.

Magnesita aplicou R\$ 46,3 milhões dos recursos captados através dessa note na liquidação de duas notas de crédito a exportação celebradas com Banco do Brasil S.A. em fevereiro de 2010, e outros R\$ 150 milhões na liquidação parcial da nota de crédito a exportação celebrada com o Banco Itaú BBA S.A. em março de 2008.

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo devedor nos termos deste contrato era de R\$210,3 milhões.

Em todos os contratos de endividamento apresentados neste quadro, as eventuais cláusulas restritivas impostas à Companhia estão sendo cumpridas.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Além dos instrumentos de dívida acima descritos, a Magnesita também é parte em vários contratos de crédito, contratos de pagamento antecipado de exportação, contratos de arrendamento mercantil, contratos de linha de crédito e cédulas de crédito bancário, conforme a Companhia apresenta em suas Demonstrações Financeiras.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Em 31 de dezembro de 2011, R\$ 0,5 milhão da dívida da Companhia contava com garantia real. Trata-se de financiamentos para aquisição de bens os quais foram dados em garantia da própria dívida contraída para financiar sua aquisição. Os termos e condições inerentes a cada financiamento e garantia variam de acordo com a transação.

Além dessas obrigações com garantia real, as demais principais dívidas da Companhia descritas no item 10.1(f)(i) acima são obrigações sem garantia real e não subordinadas da Companhia, conforme o caso, e têm o mesmo nível de preferência, em termos de direito de pagamento, entre si.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Algumas das nossas dívidas de longo prazo, incluindo nossos contratos de financiamento e as “7,875% senior notes”, estabelecem obrigações que limitam a nossa habilidade e a de nossas subsidiárias de praticar determinados atos, incluindo restrições a: celebração de dívidas adicionais, pagamento de dividendos ou outras distribuições, realização de investimentos, oneração de ativos, certas transações com partes relacionadas, realização de certos pagamentos, venda de ativos, implementação de reorganizações societárias, dentre outras. A violação das obrigações relativas ao nosso endividamento de longo prazo constituiria um evento de default que, por sua vez, poderá implicar no vencimento antecipado de todos os valores devidos nos termos dos respectivos instrumentos. Por exemplo, em 2009, obtivemos renúncias dos nossos credores, sem as quais teríamos violado determinadas obrigações financeiras previstas nos nossos contratos de financiamento, implicando no vencimento antecipado das nossas obrigações nos termos dos referidos contratos.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

Atualmente, não há financiamentos com limite de utilização dos recursos contratados pela Companhia.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Comparativo do exercício findos em 31 de dezembro de 2011 com o exercício findos em 31 de dezembro de 2010

Receita Líquida

A receita líquida é calculada deduzindo-se da receita bruta os impostos sobre receita e serviços. A receita líquida consolidada da Companhia totalizou R\$ 2.318,9 milhões em 2011, o que representa um crescimento de 1,9% em relação a 2010. O ano de 2011 foi marcado por um primeiro semestre mais forte, seguido de um desaquecimento verificado a partir de junho, quando a crise econômica na região da zona do euro começou a exercer impacto na demanda mundial. No último trimestre do ano, observamos uma queda forte da produção de aço do Brasil, nosso maior mercado. No ano de 2011, as operações na América do Norte e Europa obtiveram ganhos de market share, apresentando crescimento acima do nível da indústria. Com isso, essas operações aumentaram suas participações da receita consolidada do Grupo.

Soluções refratárias

A receita advinda do segmento de refratários atingiu R\$ 2.035,3 milhões, crescimento de 3,9% em relação a 2010. O volume de vendas cresceu 6,8%, principalmente na América do Norte e Europa, onde a Magnesita cresceu por meio de ganhos de market share. As vendas para a siderurgia representaram 85,4% da receita de refratários, com o setor industrial representando 14,6% das vendas. No setor industrial, o destaque para a indústria cimenteira, responsável por 67,2% das vendas para esse setor.

Soluções Refratárias - Siderurgia

As vendas para a siderurgia cresceram 5,4% frente ao ano de 2010 e atingiram R\$ 1.762,0 milhões. Destaca-se o crescimento das vendas nas operações da Europa, América do Norte e Ásia, onde a Companhia continua obtendo ganhos de *market share*. A receita dos contratos CPP atingiu R\$ 572,9 milhões e representou 32,9% das vendas para o setor de siderurgia. Fora da América do Sul, as vendas no modelo CPP cresceram 70,0%, em linha com a estratégia da Companhia de replicar esse modelo para outras regiões. No ano de 2011, foram firmados quatro novos contratos CPP, sendo um na América do Norte, um na América do Sul, um na Europa e um na Ásia, atingindo um total de 60 contratos ao redor do mundo.

Soluções Refratárias - Indústria

As vendas para o setor industrial atingiram R\$ 296,3 milhões, crescimento de 2,8% em relação a 2010, explicado pelo forte crescimento das vendas no quarto trimestre, em todas as regiões onde a Magnesita atua. Nesse segmento, destaca-se a indústria cimenteira, que alcançou uma receita de R\$ 199,2 milhões, representando 67,2% da receita de vendas de refratários para a indústria, contra 63,5% em 2010. Nos últimos anos, a Companhia vem buscando explorar nichos de mercado em que, historicamente, manteve pequena participação, o que reduz sua exposição e dependência a um único setor. Os outros setores industriais destacados são vidros, metais não-ferrosos e petroquímicos que atingiram uma receita de R\$ 97,0 milhões em 2011.

Minerais

As vendas no segmento de minerais somaram R\$ 131,1 milhões, recuo de 17,0% em relação a 2010. A queda está relacionada ao menor excedente de sinter disponível para venda a terceiros, sobretudo em função do aumento no volume de refratários na Europa e América do Norte. Além disso, as obras de recuperação no porto de Aratu no início de 2011 impactaram o volume de exportação.

Serviços

Em 2011, a receita líquida de serviços atingiu R\$ 152,6 milhões, queda de 4,1% na comparação com o ano anterior. Em 2010, a receita foi impactada positivamente pela obra spot realizada no quarto trimestre.

Custos, Lucro Bruto e Margem Bruta

O custo dos produtos vendidos (CPV) em 2011 somou R\$ 1.588,8 milhões, o que representa aumento de 6,0% em relação a 2010, quando atingiu R\$ 1.498,6 milhões. O lucro bruto alcançou R\$ 730,1 milhões, com margem de 31,5%, contra uma margem de 34,2% em 2010.

O setor de refratários passa por mudanças estruturais desde 2010, quando a China, maior detentora das reservas de matérias-primas para a produção de refratários, começou a impor barreiras às exportações, provocando aumentos relevantes nos preços. O ano de 2011 foi marcado por aumentos significativos nos preços de matérias-primas, além da pressão nos custos de combustíveis e fretes.

Diante desse cenário, vale ressaltar a importância da verticalização na indústria de refratários. A Magnesita é atualmente a empresa mais verticalizada do mundo no seu segmento, o que garante uma menor volatilidade nas suas margens, além de ser a empresa com a maior rentabilidade do setor. A tendência é que os preços de algumas matérias-primas continuem subindo, principalmente dos materiais eletrofundidos e grafita. A Magnesita segue otimista com seus projetos de Brumado e Almenara, por meio dos quais busca atingir 90% de verticalização em 2013, o que garantirá um importante diferencial estratégico no setor mundial de refratários.

A Magnesita tem adotado algumas iniciativas para melhorar sua rentabilidade. Dentre as medidas, vale destacar:

- O projeto de expansão em Brumado, onde o forno HW4 entrará em operação em abril de 2012, adicionando uma capacidade de 60 mil toneladas de sinter M-30 (>98% MgO). Essa medida tornará a Magnesita auto-suficiente nesse mineral, proporcionando redução de custos com a compra do mineral no mercado;
- A Companhia busca ativamente oportunidades de redução de custos de conversão e ganhos de eficiência operacional, principalmente, por meio de projetos de automação;
- O *know how* adquirido pela Companhia ao longo de mais de 30 anos desenvolvendo intensas pesquisas e experimentos em seu Centro de Pesquisa e Desenvolvimento, permite oferecer aos seus clientes, refratários com maior durabilidade, proporcionando redução de custo por meio do modelo CPP (contrato onde a Magnesita recebe pelo volume de aço vazado e não pelo volume de refratário vendido);

Despesas Operacionais (vendas, gerais e administrativas)

Em 2011, as despesas operacionais, que incluem despesas com vendas, gerais e administrativas somaram R\$ 482,9 milhões, crescimento de 1,5% em relação ao ano de 2010. O aumento foi praticamente em linha com o crescimento da receita líquida (+1,9%). As despesas operacionais representaram 20,8% das vendas líquidas no ano de 2011, comparado a 20,9% em 2010, em linha com a estratégia da Companhia de buscar oportunidades de redução de custos e despesas operacionais.

Em relação à rubrica “outras receitas/despesas operacionais”, a Companhia obteve um saldo líquido positivo de R\$ 77,0 milhões no ano, referentes à reversão de provisões fiscais, reversão de plano de saúde, ganhos líquidos em empreendimento imobiliário, além de outros itens que compuseram este saldo. Para detalhamento desta rubrica, favor consultar a Nota Explicativa 30 das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/2011.

EBITDA e margem EBITDA

No ano, o EBITDA atingiu R\$ 427,4 milhões com margem de 18,4%, contra um EBITDA de R\$ 463,3 milhões e margem de 20,4% em 2010. A queda na margem decorre da redução da margem bruta e do

aumento nos preços das matérias-primas, fretes e combustíveis em um ambiente pouco propício para o repasse destes aumentos de custos. Também contribuiu para a redução o crescimento relativo das operações da América do Norte, Europa e Ásia, que operam com margens menores.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido em 2011 foi uma despesa de R\$ 121,4 milhões, representando uma queda de 36,9% em relação a 2010 (R\$ 192,3 milhões). A menor despesa financeira líquida se deve à redução da dívida líquida durante o ano de 2011, com forte geração de caixa operacional, redução do capital de giro e o aumento de capital realizado no começo do ano.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Magnesita possui créditos tributários gerados em decorrência de prejuízos fiscais em exercícios anteriores e da amortização dos ágios fundamentados na rentabilidade futura (“goodwill”) decorrentes de aquisições de controladas. Em 2011, a Companhia provisionou o montante de R\$ 71,5 milhões para o pagamento de imposto de renda e contribuição social, porém, em decorrência destes créditos, o desembolso de caixa foi de R\$ 30,9 milhões.

Resultado Líquido

No ano, o lucro líquido atingiu R\$ 98,6, com margem líquida de 4,2%. O resultado é 6,7% superior ao obtido em 2010, de R\$ 92,3 milhões e margem líquida de 4,1%.

Balço Patrimonial referente ao período de 31 de dezembro de 2011 comparado com o Balço Patrimonial referente ao período de 31 de Dezembro de 2010

Ativo Circulante

Disponibilidades

Em 31 de dezembro de 2011, as disponibilidades da Companhia totalizaram R\$ 770,5 milhões, que comparado a R\$ 669,5 milhões em 31 de dezembro de 2010, geraram um aumento de R\$ 101,0 milhões, ou de 15,1%, principalmente devido ao caixa gerado nas operações de R\$ 565,4 milhões.

Clientes

Em 31 de dezembro de 2011, o total de créditos a receber de clientes no ativo circulante da Companhia era de R\$ 485,6 milhões, que comparado com R\$ 497,8 milhões em 31 de dezembro de 2010, representou uma redução de R\$ 12,2 milhões. Esta variação deve-se, principalmente, ao esforço da Companhia em reduzir o prazo do recebimento de vendas com foco na redução da necessidade de capital de giro.

Estoque

Em 31 de dezembro de 2011, o total de estoque era de R\$ 601,7 milhões, maior do que o valor apresentado em 31 de dezembro de 2010 que foi de R\$ 530,9 milhões. Esta variação de R\$ 70,9 milhões, ou 13,3%, ocorreu principalmente em virtude da recuperação do volume de produção e vendas de refratários. Os estoques de matéria-prima própria também tiveram aumento em virtude do maior ritmo de produção. Verifica-se no ano de 2011 um aumento no custo de matéria-prima, em especial as adquiridas de terceiros, decorrente de menor disponibilidade destes insumos por parte de produtores mundiais, em especial a China.

Créditos por vendas de imóveis

Em 31 de dezembro de 2011 o total de créditos por venda de imóveis era de R\$ 13,0 milhões comparado com o período encerrado em 31 de dezembro de 2010 no montante de R\$ 0,6 milhão. Esse aumento se deu principalmente à venda de empreendimento imobiliário no ano de 2011, como parte da estratégia da Companhia de identificar e alienar ativos não operacionais, com vistas a reinvestir os recursos provenientes destes processos em atividades relacionadas ao seu “core business”.

Ativo Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2011, o ativo realizável a longo prazo da Companhia totalizava R\$ 149,2 milhões, comparado ao saldo de R\$ 213,3 milhões em 31 de dezembro de 2010. A variação ocorre principalmente devido à diminuição de créditos com a venda de imobilizado.

Em 31 de dezembro de 2011, o ativo imobilizado da Companhia totalizava R\$ 898,0 milhões, comparado a R\$ 783,1 milhões em 31 de dezembro de 2010. A variação de R\$ 114,9 milhões deve-se, principalmente, à construções em andamento e instalações e equipamentos, ambos advindos, principalmente, da obra de expansão de Brumado – BA.

Passivo Circulante

Empréstimos e Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2011, os empréstimos e financiamentos do passivo circulante totalizavam R\$ 124,8 milhões, em linha com o montante de R\$ 124,9 milhões em relação ao período de 31 de dezembro de 2010. Em 2010 e 2011 a Companhia realizou operações buscando a redução no custo do seu endividamento, além de alongar o prazo médio de amortização.

Passivo Não Circulante

Empréstimos e Financiamentos e emissão de títulos de dívida

Em 31 de dezembro de 2011, os empréstimos e financiamentos do passivo exigível a longo prazo, que incluem os valores de emissão de títulos de dívida, totalizavam R\$ 1.602,9 milhões, redução de R\$ 244,3 milhões, em relação ao montante de R\$ 1.847,2 milhões em 31 de dezembro de 2010. A companhia refinanciou dívidas de longo prazo com a emissão de títulos de dívida.

Em 2010 a subsidiária integral Rearden G Holdings Eins GmbH (“Rearden”) emitiu US\$ 400 milhões em títulos de dívida. Tais títulos constituem obrigações sem garantia real e não subordinadas da Rearden e são total e incondicionalmente garantidos pela Companhia, por meio da subsidiária Magnesita Insider Refratários Ltda. e por outras subsidiárias da Companhia sediadas no exterior. Através destes títulos a Companhia liquidou dívidas de curto e longo prazo.

Contingências

A Companhia apresentou em 31 de dezembro de 2011 um saldo de R\$ 30,2 milhões, que foi 32,1% menor do que o apresentado em 31 de dezembro de 2010, que foi de R\$ 94,1 milhões. Esta variação ocorreu principalmente pela solução judicial de processos fiscais e trabalhistas.

Obrigações pós emprego

Em 31 de dezembro de 2011 tinha um saldo de R\$ 222,9 milhões, que foi 7,8% menor do que o apresentado em 31 de dezembro de 2010 de R\$ 241,8 milhões, ocasionado principalmente por efeitos de variação cambial sobre passivos atuariais de controladas no exterior.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2011 o total do Patrimônio Líquido da Companhia foi de R\$ 2.653,2 milhões, registrando aumento de 19,7% em relação a 31 dezembro de 2010, ao qual foi de R\$ 2.215,6 milhões. Esta variação foi provocada principalmente pelo aumento de capital realizado no início de 2011, além das reservas e ajustes de avaliação patrimonial.

Comparativo do exercício findos em 31 de dezembro de 2010 com o exercício findos em 31 de dezembro de 2009

Receita Líquida

A receita líquida é calculada deduzindo-se da receita bruta os impostos sobre receita e serviços. A receita líquida aumentou em 18,2%, ou R\$ 349,8 milhões, alcançando R\$ 2.276,4 milhões no período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2010, em relação à receita líquida de R\$ 1.926,6 milhões no período de

doze meses findos em 31 de dezembro de 2009. De acordo com a Worldsteel Association, a produção de aço no Brasil, por exemplo, aumentou em 23,8%, ou 6,3 milhões de toneladas, passando de 26,5 milhões de toneladas no período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2009 a 32,8 milhões de toneladas no período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2010, enquanto no mercado externo, ainda de acordo com a Worldsteel Association, o aumento no mesmo período foi de 17,0%, ou 201,1 milhões de toneladas, passando de 1.179,7 milhões de toneladas no período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2009 a 1.380,8 milhões de toneladas no período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2010.

A receita líquida para a indústria siderúrgica, que apresentou um crescimento global de produção de 17,2% no período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2010, se comparado ao período de doze meses encerrado em 2009 conforme relatório de segregação da receita líquida por cliente baseado em informações da Contabilidade, representaram 85,3% da nossa receita de refratários, em relação aos 84,3% no período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2009.

Ainda com base no referido relatório, a receita líquida para o segmento industrial foi de R\$ 288,1 milhões ou 14,7% da nossa receita total de vendas no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2010, comparado a R\$ 267,4 milhões, 15,7% no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2009, um aumento de 7,7%. Esse aumento do segmento industrial deve-se, principalmente, à boa performance do setor de cimento – principal mercado dentro do segmento industrial – no mercado brasileiro.

Na indústria cimenteira, apesar dos dados oficiais ainda não terem sido divulgados, estima-se que a produção de cimento no Brasil aumentou em 14,8%, ou 7,7 milhões de toneladas, no período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2010, em relação ao mesmo período em 2009 de acordo com dados preliminares do Sindicato Nacional da Indústria do Cimento, o que reflete uma demanda maior para cimento, devido em grande parte às obras de infraestrutura relacionadas ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC do governo federal e o programa habitacional popular, Minha Casa Minha Vida.

O volume de vendas de refratários somou 1.036.845 toneladas no período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2010 conforme informações obtidas na Contabilidade, superando o volume de vendas do ano de 2009, e reflete um aumento de 24,9% no período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2010 em relação ao mesmo período em 2009. A receita líquida auferida de refratários aumentou em 15,0%, ou R\$ 256,2 milhões, passando de R\$ 1.703,1 milhões no período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2009 a R\$ 1.959,3 milhões no mesmo período em 2010.

Houve também um aumento nas vendas na linha de serviços com base no relatório de segregação da receita líquida por cliente baseado em informações obtidas em nossos sistemas contábeis, que focam em serviços mecânicos e de manutenção de refratários. A receita dos serviços prestados aumentou 61,9%, ou R\$ 60,8 milhões, chegando a R\$ 159,1 milhões no período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2010, comparado aos R\$ 98,3 milhões no mesmo período de 2009, refletindo no foco dado a essa linha de produtos pela companhia.

As vendas líquidas da linha de minerais aumentaram 26,2%, ou R\$ 32,8 milhões, chegando a R\$ 158,0 milhões no período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2010 em relação aos R\$ 125,2 milhões no período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2009. Embora tenha ocorrido maior consumo interno de minerais pelo crescimento em refratários, os aumentos de preço – além de um mix melhor, com produtos mais nobres – permitiram um crescimento significativo da receita de minerais em 2010 em comparação com o ano de 2009.

A tabela abaixo apresenta as vendas líquidas para os períodos de doze meses findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e foi preparada com base em informações extraídas de nossos sistemas contábeis:

Receita Líquida	Para o período de 12 meses findos em	
	31 de dezembro 2010	31 de dezembro 2009
<i>(em milhões de reais)</i>		
Refratários.....	1.959.285	1.703.101
Minerais.....	157.970	125.167

Receita Líquida <i>(em milhões de reais)</i>	Para o período de 12 meses findos em	
	31 de dezembro 2010	31 de dezembro 2009
Serviços.....	159.129	98.300
Total	2.276.384	1.926.568

Custo de produtos vendidos e serviços prestados

O custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados aumentou 15,3%, ou R\$ 198,7 milhões, chegando a R\$ 1.498,6 milhões no período de doze meses findos em 31 de dezembro 2010 em relação aos R\$ 1.300,0 milhões no período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2009. Este aumento foi devido ao aumento do ritmo de produção em função da recuperação econômica observada no período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2010, e do forte aumento do preço de matérias-primas e insumos comprados ao longo do ano de 2010.

Lucro bruto

O lucro bruto aumentou 24,1%, ou R\$ 151,1 milhões, chegando a R\$ 777,7 milhões no período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2010 em relação aos R\$ 626,6 milhões no período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2009. Como porcentagem das vendas líquidas, o lucro bruto aumento 1,7 ponto percentual, chegando a 34,2% das vendas líquidas no período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2010 em comparação com os 32,5% das vendas líquidas no período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2009.

Despesas com venda

As despesas com venda ficaram praticamente estáveis em relação ao ano de 2009. Em relação à receita líquida anual, as despesas com vendas representaram 10,8% em 2010, ante 10,3% em 2009. Nos doze meses findos em 31 de dezembro de 2010 as despesas comerciais atingiram R\$ 246,3 milhões, ou alta de R\$ 47,0 em relação aos doze meses findos em 31 de dezembro de 2009, principalmente devido às despesas mais altas de frete registradas no ano de 2010.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas diminuíram em relação ao percentual da receita líquida. Em 2010, as despesas gerais e administrativas representaram 10,1% da receita líquida, ante 11,1% no ano anterior, chegando a R\$ 229,6 milhões no período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2010 em relação aos R\$ 212,9 milhões no período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2009.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas representaram um saldo de receita líquida de R\$ 38,3 milhões no período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2010, em comparação com o saldo de receitas líquidas de R\$ 19,9 milhões no período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2009, principalmente devido ao lucro nas vendas de imóveis em São Caetano do Sul - São Paulo e da reversão de R\$ 12,3 milhões relacionados à provisão de despesas de plano de saúde para aposentados contabilizada em nossas operações dos Estados Unidos como resultado de diversas alterações feitas aos termos e condições do plano em 2010.

Lucro operacional antes do resultado financeiro

O lucro operacional antes do resultado financeiro aumentou 45,2%, ou R\$ 105,8 milhões, chegando a R\$ 340,1 milhões no período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2010 em relação aos R\$ 234,3 milhões no período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2009.

Resultado financeiro

As nossas despesas financeiras líquidas diminuíram 19,4%, ou R\$ 46,4 milhões, chegando a R\$ 192,3 milhões no período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2010 em relação aos R\$ 238,7 milhões no período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2009. A significativa redução das despesas financeiras é explicada, em grande parte, pela reestruturação da dívida da companhia e pelo aumento de capital realizado ao final de 2009, que proporcionaram a redução do endividamento, o alongamento do prazo de vencimento e a redução do custo de manutenção.

Lucro (prejuízo) antes dos impostos

Em razão dos fatores acima, o lucro antes dos impostos foi de R\$ 147,9 milhões no período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2010, comparado ao prejuízo de R\$ 4,4 milhões no período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2009.

Imposto de renda e contribuição social

A despesa líquida de imposto de renda e contribuição social aumentou R\$ 27,4 milhões, para uma despesa de R\$ 55,5 milhões no período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2010, em relação a uma despesa de R\$ 28,2 milhões no período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2009. A mudança no imposto de renda e contribuição social do período de 2010 em relação à 2009 está, principalmente, relacionada a nossos resultados operacionais positivos nos doze meses findos em 31 de dezembro de 2010.

A provisão de impostos consolidada nos doze meses findo em 31 de dezembro de 2010 foi de R\$ 55,5 milhões e o desembolso de caixa foi de R\$ 5,4 milhões (taxa efetiva caixa de 3,7%). Isso representou um benefício caixa de aproximadamente R\$ 50,0 milhões para a companhia em 2010.

Conforme aqui discutido, novas regras contábeis foram apresentadas em 2008, determinando que o ágio não pode mais ser amortizado para fins contábeis a partir de 1º de janeiro de 2009. Pelo fato de a amortização do ágio ainda ser dedutível para efeitos fiscais, registramos um passivo correspondente de imposto diferido.

Lucro (prejuízo) líquido no período

Em razão dos fatores acima, o lucro (prejuízo) líquido para o período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2010 foi um lucro de R\$ 92,3 milhões em comparação com um prejuízo de R\$ 32,5 milhões no período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2009.

Balço Patrimonial referente ao período de 31 de dezembro de 2010 comparado com o Balço Patrimonial referente ao período de 31 de Dezembro de 2009

Ativo Circulante

Disponibilidades

Em 31 de dezembro de 2010, as disponibilidades da Companhia totalizaram R\$ 669,5 milhões, que comparado a R\$ 343,2 milhões em 31 de dezembro de 2009, geraram um aumento de R\$ 326,4 milhões, ou de 95,1%, principalmente devido ao caixa gerado nas operações de R\$ 365,2 milhões.

Clientes

Em 31 de dezembro de 2010, o total de créditos a receber de clientes no ativo circulante da Companhia era de R\$ 497,8 milhões, que comparado com R\$ 430,5 milhões em 31 de dezembro de 2009, representou um aumento de R\$ 67,3 milhões. Esta variação deve-se, principalmente, ao aumento do saldo de contas a receber no mercado interno, de R\$ 60,8 milhões, decorrente de maior volume de vendas do que o verificado no período encerrado em 31 de dezembro de 2009. Além disso, houve um aumento de R\$ 6,9 milhões referente aos créditos de clientes do mercado externo, também devido ao maior volume vendido.

Estoque

Em 31 de dezembro de 2010, o total de estoque era de R\$ 530,9 milhões, maior do que o valor apresentado em 31 de dezembro de 2009 que foi de R\$ 510,2 milhões. Esta variação de R\$ 20,7 milhões, ou 4,1%, ocorreu principalmente em virtude da recuperação do volume de produção e vendas de refratários. Os estoques de matéria-prima própria também tiveram aumento em virtude do maior ritmo de produção. Verifica-se no ano de 2010 um aumento no custo de matéria-prima, em especial as adquiridas de terceiros, decorrente de menor disponibilidade destes insumos por parte de produtores mundiais, em especial a China. Não obstante, a Companhia tem dado foco na redução de estoques, o que já pôde ser verificada no último trimestre do ano de 2010 com a redução para 121 dias de estoque, ante 131 dias no exercício social findo em 31 de dezembro de 2009.

Créditos por vendas de imóveis

Em 31 de dezembro de 2010 o total de créditos por venda de imóveis era de R\$ 0,6 milhão comparado com o período encerrado em 31 de dezembro de 2009 no montante de R\$ 14,4 milhões, uma queda de 95,8%. Essa diminuição se deu principalmente à mudança do crédito por vendas de imóveis do exercício social findos em 31 de dezembro de 2010 para o ativo não circulante.

Ativo Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2010, o ativo realizável a longo prazo da Companhia totalizava R\$ 213,3 milhões, queda de 12,7% comparado ao saldo de R\$ 244,5 milhões em 31 de dezembro de 2009. A variação ocorre principalmente devido à diminuição de créditos fiscais diferidos em R\$ 30,1 milhões.

Em 31 de dezembro de 2010, o ativo imobilizado da Companhia totalizava R\$ 783,1 milhões, comparado a R\$ 908,8 milhões em 31 de dezembro de 2009. A variação de R\$ 125,7 milhões deve-se, principalmente, à depreciação no período que totalizou R\$ 113,9 milhões.

Passivo Circulante

Empréstimos e Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2010, os empréstimos e financiamentos do passivo circulante totalizavam R\$ 111,4 milhões, representando uma redução de R\$ 252,2 milhões em relação ao período de 31 de dezembro de 2009. A companhia refinanciou dívidas de curto prazo com a emissão de títulos de dívida.

Passivo Não Circulante

Empréstimos e Financiamentos e emissão de títulos de dívida

Em 31 de dezembro de 2010, os empréstimos e financiamentos do passivo exigível a longo prazo, que incluem os valores de emissão de títulos de dívida, totalizavam R\$ 1.847,2 milhões, um aumento de R\$ 428,4 milhões em relação ao período encerrado em 31 de dezembro de 2009. A companhia refinanciou dívidas de longo prazo com a emissão de títulos de dívida.

Em 2010 a subsidiária integral Rearden G Holdings Eins GmbH (“Rearden”) emitiu US\$ 400 milhões em títulos de dívida. Tais títulos constituem obrigações sem garantia real e não subordinadas da Rearden e são total e incondicionalmente garantidos pela Companhia, por meio da subsidiária Magnesita Insider Refratários Ltda. e por outras subsidiárias da Companhia sediadas no exterior. Através destes títulos a Companhia liquidou dívidas de curto e longo prazo.

Contingências

A Companhia apresentou em 31 de dezembro de 2010 um saldo de R\$ 94,1 milhões, que foi 14,3% menor do que o apresentado em 31 de dezembro de 2009, que foi de R\$ 109,8 milhões. Esta variação ocorreu principalmente pela solução judicial de processos fiscais e trabalhistas.

Obrigações pós emprego

Em 31 de dezembro de 2010 tinha um saldo de R\$ 241,8 milhões, que foi 2,7% menor do que o apresentado em 31 de dezembro de 2009 de R\$ 248,6 milhões, ocasionado principalmente por efeitos de variação cambial sobre passivos atuariais de controladas no exterior.

Impostos Diferidos

Em 31 de dezembro de 2010 o saldo de impostos diferidos era de R\$ 49,4 milhões, o que representa um decréscimo de 19,5% ou R\$ 11,9 milhões em relação a 31 de dezembro de 2009, que foi de R\$ 61,4 milhões principalmente pelo reconhecimento do Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos sobre a amortização fiscal dos ágios por expectativa de rentabilidade futura que deixaram de ser amortizados contabilmente.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2010 o total do Patrimônio Líquido da Companhia foi de R\$ 2.215,7 milhões, registrando redução de 0,9% em relação a 31 dezembro de 2009, ao qual foi de R\$ 2.236,3 milhões. Esta variação foi provocada principalmente pelos ajustes de avaliação patrimonial.

Comparativo do exercício findos em 31 de dezembro de 2009 com o exercício findos em 31 de dezembro de 2008

Receita líquida

A receita líquida é calculada deduzindo-se da receita bruta os impostos sobre receita e serviços. A receita líquida alcançou R\$1.926,6 milhões no exercício findos em 31 de dezembro de 2009, um aumento de 31,4%, ou R\$460,5 milhões em relação aos R\$1.466,1 milhões auferidos no exercício findos em 31 de dezembro de 2008. Este aumento deve-se principalmente à inclusão de doze meses de resultados operacionais da LWB em 2009, contra apenas dois meses em 2008. O aumento foi parcialmente compensado pela redução da demanda pelos produtos da Companhia em função da crise econômica mundial.

A receita líquida no mercado brasileiro diminuiu em 21,9%, ou R\$ 232,3 milhões, para R\$ 827,5 milhões no ano encerrado em 31 de dezembro de 2009, ante R\$ 1.059,8 milhões no ano encerrado em 31 de dezembro de 2008. Esta diminuição na receita líquida no mercado brasileiro se deu em razão da diminuição na produção de aço bruto no Brasil em 21,4% em 2009 comparativamente a 2008, o que refletiu o impacto adverso da crise econômica na indústria de aço brasileira. Enquanto os preços de nossos produtos permaneceram relativamente estáveis em 2009 comparativamente a 2008, o nosso volume de vendas caiu significativamente. Por exemplo, em 2009 nós vendemos aproximadamente 258 mil toneladas de refratários no mercado brasileiro comparado a 297 mil toneladas vendidas em 2008.

Embora a indústria siderúrgica brasileira tenha sido prejudicada pela crise econômica, a mesma apresentou sinais de recuperação antes que a indústria siderúrgica mundial. Em 2009, o governo brasileiro introduziu incentivos fiscais e outras medidas para combater os efeitos da crise econômica. Adicionalmente, o governo brasileiro manteve a taxa básica de juros para facilitar o acesso ao crédito e, conseqüentemente, aumentar o consumo. A partir do segundo trimestre de 2009, observou-se um ligeiro aumento na produção de aço. Apesar da crise econômica no Brasil, a indústria doméstica de cimento manteve-se relativamente estável, em grande parte devido aos projetos de infra-estrutura do Programa de Aceleração do Crescimento e do programa “Minha Casa, Minha Vida”.

A receita líquida no mercado externo foi de R\$ 1.099,1 milhões no exercício findos em 31 de dezembro de 2009, um aumento de 170,5% correspondente a R\$ 692,8 milhões em relação aos R\$406,3 milhões no exercício findos em 31 de dezembro de 2008. Este aumento se deve principalmente à inclusão de doze meses de resultados operacionais da LWB em 2009, contra apenas dois meses em 2008.

Esta diminuição na receita líquida no mercado externo teria sido decorrente da diminuição da demanda por nossos produtos no mercado externo em razão da crise econômica internacional, bem como do efeito adverso sobre a nossa gama de produtos resultantes da crise econômica internacional em 2009, durante a qual vendemos uma grande proporção de produtos de baixa margem de lucro em comparação com 2008. Nós experimentamos esse efeito em ambas as nossas vendas de refratários e minerais. Por exemplo, porque a crise econômica internacional diminuiu significativamente a demanda por aço inoxidável, nós vendemos uma proporção maior de nosso refratários aos produtores de aço bruto, que geralmente tem menor margem de lucro que os produtores refratários de aço inoxidável. Nós vendemos os volumes mais baixos de

refratários no mercado externo em 2009 em comparação a 2008. A valorização significativa do real frente ao euro e ao dólar equivalente a 29,1% e 34,2%, respectivamente, em 2009, também causou a queda nas vendas no mercado externo.

A tabela abaixo apresenta as receitas líquidas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008:

Receita Líquida (em milhões de reais)	Exercícios findos em	
	2009	2008
Mercado Interno		
Refratários	R\$678,2	R\$833,0
Sínter de Magnesita	5,8	4,1
Outros Minerais	45,1	61,9
Serviços	98,3	160,8
Mercado Externo		
Refratários	1.024,9	337,5
Sínter de Magnesita	44,7	53,0
Sínter de Dolomita	9,7	1,8
Outros Minerais	17,2	10,3
Outros Produtos	2,7	3,1
Serviços	—	0,6
Total	R\$1.926,6	R\$1.466,1

Custo de produtos vendidos e serviços prestados

O custo dos produtos vendidos e serviços prestados somou R\$1.299,7 milhões no exercício findos em 31 de dezembro de 2009, aumentando em 41,7%, ou R\$382,8 milhões, em relação ao valor de R\$916,9 milhões registrado no exercício findos em 31 de dezembro de 2008. Este aumento se deu principalmente à inclusão de doze meses de resultados operacionais da LWB em 2009, contra apenas dois meses em 2008.

Em 2009, os maiores componentes do custo de produtos vendidos e serviços prestados foram, em ordem de magnitude, matérias primas, mão de obra, obras (que incluem custos com consultoria e mineração), combustível, depreciação, manutenção e energia elétrica. Em 2008, os maiores componentes do custo de produtos vendidos e serviços prestados foram, em ordem de magnitude, matérias primas, mão de obra, combustível, outros, depreciação, manutenção e energia elétrica. Em 2009, houve uma redução nos custos de combustíveis, em função da queda do preço do petróleo, e nos custos de mão de obra, devido às reduções nos quadros funcionais e corporativos em âmbito global.

Resultado bruto

Em razão dos fatores acima, o lucro bruto somou R\$626,9 milhões no exercício findos em 31 de dezembro de 2009, elevando-se em 14,1%, ou R\$77,6 milhões, em relação aos R\$549,3 milhões no exercício findos em 31 de dezembro de 2008. O lucro bruto representou 32,5% da receita líquida no exercício findos em 31 de dezembro de 2009, 5% inferior ao de 37,5% registrado no exercício findos em 31 de dezembro de 2008.

Despesas com vendas

As despesas com vendas somaram R\$199,3 milhões no exercício findos em 31 de dezembro de 2009, elevando-se em 59,4%, ou R\$74,3 milhões, em relação aos R\$125,0 milhões no exercício findos em 31 de dezembro de 2008. Este aumento se deu à inclusão de doze meses de resultados operacionais da LWB em 2009, contra apenas dois meses em 2008.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas somaram R\$212,9 milhões no exercício findos em 31 de dezembro de 2009, elevando-se em 32,5%, ou R\$52,2 milhões, em relação aos R\$160,7 milhões no exercício findos em 31 de dezembro de 2008. Este aumento deve-se principalmente à inclusão de 12 meses de resultados

operacionais da LWB em 2009, contra apenas dois meses em 2008, o que foi parcialmente mitigado pelos efeitos das medidas de redução de custos adotados em 2009.

Amortização do ágio

Não registramos amortização de ágio no exercício findos em 31 de dezembro de 2009, comparado a R\$254,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008. Tal fato decorreu da introdução de novas regras contábeis que, de acordo com a Lei 11.638/07, ágio não pode ser amortizado a partir de 1º de janeiro de 2009.

Outras receitas operacionais (despesas), líquidas

As outras receitas operacionais, líquidas somaram R\$24,5 milhões no exercício findos em 31 de dezembro de 2009, uma redução de 60,8%, ou R\$38,0 milhões em relação aos R\$62,5 milhões no exercício findos em 31 de dezembro de 2008.

Apesar do ganho relacionado ao processo judicial da Centrais Elétricas S.A. – Eletrobrás (“Eletrobrás”) no montante de R\$ 65,2 milhões (líquido das custas judiciais), a redução nas outras receitas (despesas) operacionais, líquidas deve-se a perdas atuariais relacionadas ao plano de benefícios da Magnus no valor de R\$8,1 milhões, aumento nas despesas com reestruturação no montante de R\$7,2 milhões, redução no ganho líquido na venda de imóveis no valor de R\$52,3 milhões, redução no ganho com recuperação judicial de tributos no montante de R\$13,2 milhões e redução na reversão de provisões no montante de R\$19,3 milhões.

Lucro (perda) operacional antes do resultado financeiro

O lucro operacional antes do resultado financeiro somou R\$239,2 milhões no exercício findos em 31 de dezembro de 2009, elevando-se em 236,0%, ou R\$168,0 milhões, em relação aos R\$71,2 milhões no exercício findos em 31 de dezembro de 2008. O aumento se deve principalmente à entrada em vigor de novas regras contábeis, os quais estabelecem que o ágio não deverá ser amortizado a partir de 1º de janeiro de 2009.

Resultado financeiro

As despesas financeiras, líquidas somaram R\$238,7 milhões no exercício findos em 31 de dezembro de 2009, representando uma queda de 71,6%, ou R\$99,6 milhões, em relação as despesas financeiras, líquidas de R\$139,1 milhões no exercício findos em 31 de dezembro de 2008.

A receita financeira é derivada de caixa e equivalentes de caixa e dos ganhos e perdas de variação monetária e cambial sobre os ativos. A receita financeira apresentou redução de R\$134,6 milhões para uma despesa (proveniente da variação cambial ativa) de R\$9,8 milhões no exercício findos em 31 de dezembro de 2009 contra uma receita financeira de R\$124,8 milhões no exercício findos em 31 de dezembro de 2008. A redução se deu à redução nos ganhos/perdas de variações monetárias e cambiais sobre ativos, em razão da desvalorização do dólar frente ao euro e ao real em 2009, comparativamente à valorização do dólar e do euro frente ao real em 2008.

As despesas financeiras são calculadas somando-se as despesas financeiras, que correspondem efetivamente às despesas relacionadas à dívida, e os ganhos/perdas de variações monetárias e cambiais sobre passivos. As despesas financeiras somaram R\$228,9 milhões no exercício findos em 31 de dezembro de 2009, reduzindo-se em 13,3%, ou R\$35,1 milhões, em relação aos R\$264,0 milhões no exercício findos em 31 de dezembro de 2008. A redução se deve ao aumento nos ganhos/perdas de variações monetárias e cambiais sobre passivos, em razão da desvalorização do dólar frente ao euro e ao real em 2009, comparativamente à valorização do dólar e do euro frente ao real em 2008, o que reduziu o valor em reais dos nossos passivos denominados em moeda estrangeira. A redução das despesas financeiras foi parcialmente compensada pelo aumento nas taxas de juros incidentes sobre a dívida da Companhia, como resultado da renegociação de alguns de seus contratos de financiamento em 2009.

Lucro (prejuízo) antes dos impostos

Registramos um lucro antes de impostos de R\$0,5 milhão no exercício findos em 31 de dezembro de 2009, comparado com um prejuízo de R\$67,9 milhões registrado no exercício findos em 31 de dezembro de 2008.

Imposto de renda e contribuição social

Registramos uma despesa de imposto de renda e contribuição social de R\$ 28,7 milhões no exercício findos em 31 de dezembro de 2009, comparado com um crédito de R\$ 14,0 milhões no exercício findos em 31 de dezembro de 2008.

A despesa de imposto de renda e contribuição social correntes aumentaram 9,1%, ou R\$ 2,2 milhões, chegando a R\$ 26,4 milhões no exercício findos em 31 de dezembro de 2009, em relação aos R\$ 24,2 milhões no exercício findos em 31 de dezembro de 2008.

Registramos uma despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos de R\$ 2,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, comparado com um crédito de R\$ 38,2 milhões no exercício findos em 31 de dezembro de 2008.

Conforme discutido acima, as novas regras de contabilidade introduzidas em 2008 dispõem que o ágio deixou de ser amortizado a partir de 1º de janeiro de 2009. Pelo fato de a amortização do ágio ainda ser dedutível para efeitos fiscais, criamos um passivo correspondente de imposto de renda diferido.

Lucro (prejuízo) antes da participação minoritária

Em razão dos fatores acima, o lucro (prejuízo) antes da participação de acionistas não controladores diminuiu 47,9%, ou R\$ 25,8 milhões, chegando a um prejuízo de R\$ 28,1 milhões no exercício findos em 31 de dezembro de 2009, em relação ao também prejuízo de R\$ 53,9 milhões no exercício findos em 31 de dezembro de 2008.

Participação minoritária

A participação dos acionistas minoritários nos lucros das nossas subsidiárias aumentou em R\$1,5 milhão, chegando a R\$1,5 milhão no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009 comparativamente a R\$0,0 milhão no exercício findos em 31 de dezembro 2008. Esse aumento foi devido a um aumento nos resultados operacionais das nossas subsidiárias.

Prejuízo do exercício

Em razão dos fatores acima, o prejuízo do exercício diminuiu 44,9%, ou R\$24,2 milhões, para R\$29,7 milhões no exercício findos em 31 de dezembro de 2009 em relação a R\$53,9 milhões no exercício findos em 31 de dezembro de 2008.

Balanço Patrimonial referente ao período de 31 de Dezembro de 2009 comparado com o Balanço Patrimonial referente ao período de 31 de Dezembro de 2008

Ativo Circulante

Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2009, as disponibilidades da Companhia totalizaram R\$ 343,2 milhões, que comparado a R\$ 384,5 milhões em 31 de dezembro de 2008, geraram uma redução de R\$ 41,3 milhões, ou de 10,7% explicada principalmente pela aplicação de caixa nas atividades de financiamento no montante de R\$116,8 milhões, devido ao foco da Companhia na redução do endividamento em 2009, e à sua contratação de valores significativos de dívida para financiar a aquisição da LWB em 2008.

Contas a receber de clientes

Em 31 de dezembro de 2009, o total de contas a receber de clientes no ativo circulante da Companhia era de R\$ 430,5 milhões, que comparado com R\$ 451,0 milhões em 31 de dezembro de 2008, representou uma

redução de R\$ 20,5 milhões. Durante o ano de 2009, estivemos focados na redução do giro do contas a receber.

Estoque

Em 31 de dezembro de 2009, o total de estoque era de R\$ 509,5 milhões que apresentou uma redução de R\$ 183,0 milhões ou 26,4% comparado ao valor de R\$ 692,5 milhões apresentado em 31 de dezembro de 2008. Esta variação reflete o foco da Companhia em 2009 na redução do nosso ciclo de conversão de caixa, com especial ênfase na redução do giro dos estoques.

Créditos por vendas de imóveis

Houve uma redução nos créditos por vendas de imóveis em 31 de dezembro de 2009 comparado com o período encerrado em 31 de dezembro de 2008 de 61,5%, equivalente a R\$ 23,0 milhões devida à reclassificação para o longo prazo.

Valores a receber-Eletróbrás

No quarto trimestre de 2009, a Companhia registrou recebível no montante de R\$ 65,2 milhões referente a crédito decorrente de ação judicial que discutiu a correção monetária plena incidente sobre os empréstimos compulsórios à Eletróbrás. A decisão da Companhia foi baseada na decisão em segunda instância favorável ao levantamento do valor depositado judicialmente, cujas chances de reversão através de novos recursos, já impetrados por parte da Eletróbrás (presentemente aguardando decisão da justiça), foram consideradas mínimas pelos seus consultores jurídicos.

Ativo Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2009, o ativo realizável a longo prazo da Companhia totalizava R\$ 374,6 milhões, aumento de 54,1% comparado ao saldo de R\$ 243,1 milhões em 31 de dezembro de 2008. A variação ocorre principalmente devido ao aumento de créditos tributários em R\$ 131,5 milhões, em especial os créditos sobre prejuízos fiscais da Magnesita Refratários. Os prejuízos fiscais gerados decorrem, especialmente, da amortização fiscal de ágios. Adicionalmente, houve também o aumento de R\$ 33,0 milhões ou 122,7% nos créditos por vendas de imóveis em virtude de reclassificação do curto prazo totalizando R\$ 59,9 milhões em 31 de dezembro de 2009 comparado com o valor de R\$ 26,9 milhões em 31 de dezembro de 2008.

Em 31 de dezembro de 2009, o ativo intangível da Companhia totalizava R\$ 2.184,6 milhões, comparado a R\$ 2.453,5 milhões em 31 de dezembro de 2008. A variação de R\$ 268,9 milhões deve-se, principalmente, pelo efeito de variação cambial sobre o valor dos ágios na aquisição de empresas.

Passivo Circulante

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2009, o total de contas a pagar para fornecedores foi R\$ 167,1 milhões apresentando uma redução de R\$ 55,5 milhões ou 24,9% comparado ao saldo de 31 de dezembro de 2008 que era de R\$ 222,6 milhões. Esta variação refere-se à redução do saldo de contas a pagar no mercado externo, de R\$ 81,0 milhões, decorrente do efeito da variação cambial no período.

Passivo Não Circulante

Empréstimos e Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2009, os empréstimos e financiamentos do passivo exigível a longo prazo totalizavam R\$ 1.418,8 milhões, apresentando uma redução de R\$ 644,0 milhões ou 31,2% em relação ao período encerrado em 31 de dezembro de 2008 cujo saldo era de R\$ 2.062,8 milhões. Essa variação reflete o foco da Companhia na redução do endividamento em 2009 em contrapartida à contratação de valores significativos de dívida para financiar a aquisição da LWB em 2008.

Provisão para Contingências

A Companhia apresentou em 31 de dezembro de 2009 um saldo de R\$ 109,8 milhões, 21,9% maior do que o apresentado em 31 de dezembro de 2008, no montante de R\$ 90,1 milhões. Esta variação refere-se à provisão ocorrida no período referente a processos fiscais e trabalhistas.

Obrigações pós emprego

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia tinha um saldo de R\$ 229,2 milhões, 24,4% menor do que o apresentado em 31 de dezembro de 2008 de R\$ 303,2 milhões, ocasionado principalmente por efeitos de variação cambial sobre passivos atuariais de controladas no exterior.

Impostos Diferidos

Em 31 de dezembro de 2009 o saldo de impostos diferidos era de R\$ 191,5 milhões, o que representa um aumento de R\$ 105,0 milhões ou 121,4% em relação ao saldo de R\$ 86,5 milhões em 31 de dezembro de 2008, essa diferença se deu principalmente pelo reconhecimento do Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos sobre a amortização fiscal dos ágios por expectativa de rentabilidade futura que deixaram de ser amortizados contabilmente.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2009 o total do Patrimônio Líquido da Companhia foi de R\$ 2.219,7 milhões, registrando um aumento de R\$ 106,5 milhões ou 5,0 % em relação a 31 de dezembro de 2008 cujo saldo era de R\$ 2.113,2 milhões. Esta variação foi provocada pelo aumento de capital no valor de R\$ 350,0 milhões e pela redução da variação cambial de investimentos no exterior no montante de R\$ 215,0 milhões.

Liquidez e recursos de capital

Nossas principais fontes de liquidez têm sido, historicamente, os fluxos de caixa das atividades operacionais e de financiamento e de empréstimos de curto e longo prazos. Acreditamos que essas fontes continuarão a ser os principais meios com os quais poderemos satisfazer as nossas necessidades de fluxo de caixa. Nossas necessidades de caixa incluem os itens abaixo:

- capital de giro;
- o serviço da nossa dívida, e
- dispêndios em projetos de investimentos e aquisições.

Em 31 de dezembro de 2011, nosso caixa e equivalentes somavam R\$ 770,5 milhões, dos quais R\$ 205,9 milhões referem-se à caixas e bancos, sendo R\$ 2,9 milhões em moeda local e R\$ 203,0 milhões em moeda estrangeira, e R\$ 564,6 milhões referem-se a títulos e valores mobiliários e correspondem a operações de renda fixa com rendimentos próximos à variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, estando disponíveis para resgate imediato. eram denominados em reais.

Em 31 de dezembro de 2011, tínhamos um capital de giro operacional de R\$ 741,2 milhões. O capital de giro operacional equivale à soma das contas a receber de clientes e estoques, menos fornecedores.

Temos planos de fazer dispêndios de capital durante os próximos dois anos para expandir a capacidade da produção de sínter em nossas instalações de Brumado e investir em nossas minas de grafite, em valores orçados de R\$300,0 milhões. A primeira fase do projeto de expansão em Brumado está prevista para entrar em operação no início do segundo trimestre de 2011. Os planos estão sujeitos às condições do mercado e à demanda de refratários, logo, não podemos garantir se e quando serão feitos.

Fluxos de caixa

Atividades operacionais

O fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais totalizou R\$ 565,4 milhões durante o período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2011, em comparação com saldo de R\$ 365,2 milhões durante o período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2010. Isto foi principalmente atribuível à geração de caixa operacional, redução da necessidade de financiamento de capital de giro, além de outras entradas e saídas de caixa.

O caixa aplicado nas atividades operacionais foi de R\$ 131,2 milhões durante o exercício findos em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 112,4 milhões durante o exercício findos em 31 de dezembro de 2008. O aumento foi principalmente atribuível ao caixa gerado pela LWB, o qual foi parcialmente compensado por uma diminuição do resultado operacional, devido aos efeitos da crise econômica internacional.

Em 31 de dezembro de 2011, tínhamos um capital de giro operacional (definido como contas a receber mais estoques menos fornecedores) de R\$ 741,2 milhões, em comparação com o capital de giro operacional de R\$ 832,6 milhões em 31 de dezembro de 2010. Durante o período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2011, continuamos focados na redução do nosso ciclo de conversão de caixa, onde conseguimos reduzir o ciclo em 26 dias em relação a 31 de dezembro de 2010, encerrando o ano com 135 dias de prazo de conversão de caixa, o que significou uma redução de R\$ 91,4 milhões no capital de giro.

Em 31 de dezembro de 2009, tínhamos um capital de giro operacional de R\$ 772,9 milhões, em comparação com o capital de giro operacional de R\$ 920,9 milhões em 31 de dezembro de 2008. Durante o ano de 2009, estivemos focados na redução do nosso ciclo de conversão de caixa, com especial ênfase na gestão e redução dos estoques. Adicionalmente, o prazo médio de pagamentos aumentou na medida em que negociamos com uma série de fornecedores a fim de obter prazos de pagamento mais longos.

Atividades de investimento

O fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento foi de R\$ 215,7 milhões durante o período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2011, ante R\$ 71,8 milhões durante o período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2010. O aumento deve-se principalmente aos dispêndios nos projetos de investimento com foco no aumento do nível de verticalização, relacionados com adições ao imobilizado, incluindo equipamentos, ativos intangíveis e investimentos.

O caixa utilizado nas atividades de investimento foi de R\$ 30,5 milhões durante o exercício findos em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 883,2 milhões durante o exercício findos em 31 de dezembro de 2008. A queda foi principalmente atribuída ao uso de uma quantidade significativa de caixa em 2008 para executar a aquisição da LWB.

10.2. Os diretores devem comentar:
a. resultados das operações do emissor, em especial:
i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da Magnesita advém da comercialização de suas 3 linhas de produtos: refratários, minerais e serviços. A linha de refratários envolve uma infinidade de indústrias que operam com temperaturas acima dos 1.200° C, com destaque para os setores de siderurgia, cimento, não-ferrosos, níquel, dentre outros. A Companhia comercializa uma série de minerais extraídos de minas próprias, incluindo síter, cromita, talco, argilas, óxido de magnésio e outros minerais. A linha de serviços compreende a manutenção refratária e metal-mecânica nos equipamentos, sendo essencial para fortalecer o relacionamento com os clientes

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais
--

Condições econômicas globais e internas

Nossos resultados operacionais dependem em grande escala das condições econômicas globais e internas, especialmente do seu efeito sobre a produção global e nacional de aço e cimento, que tem uma correlação significativa com a demanda por nossos produtos e serviços. Antes da crise econômica internacional, nossa empresa se beneficiava na medida em que o crescimento das economias nacional e mundial de aço

impulsionava a produção de cimento a níveis recordes, o que aumentou a demanda por nossos produtos e serviços. Por outro lado, durante a crise econômica internacional e devido ao seu agravamento, a consequente diminuição da produção de aço e cimento afetou nossas operações. Já no ano de 2010, com a recuperação das condições econômicas, experimentamos uma recuperação na demanda por nossos produtos nos mercados interno e externo. O ano de 2011 foi marcado por um primeiro semestre mais forte, seguido de um desaquecimento verificado a partir de junho, quando a crise econômica na região da zona do euro começou a exercer impacto na demanda mundial. No último trimestre do ano, observamos uma queda forte da produção de aço do Brasil, nosso maior mercado.

Como uma empresa global, nossa Companhia é afetada pelo nível da atividade econômica de diversas regiões em que atua. Apesar da certa resiliência por parte dos países considerados em desenvolvimento, como o Brasil e China, estes também foram afetados pela conjuntura internacional, refletindo na desaceleração no ritmo de crescimento. Segundo a Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE), a projeção para o crescimento do PIB mundial é de 4,2% em 2011 e 4,6% em 2012. Para os Estados Unidos, a previsão é de um crescimento de 2,6% em 2011 enquanto a Zona do Euro deve crescer 2,2%. Devido aos cortes nas previsões para outros países emergentes em meio à crise de dívida na zona do euro, o Fundo Monetário Internacional (FMI) prevê alta de 3,6% para o PIB do Brasil em 2011, e 3,0% em 2012.

Como uma empresa com uma parcela substancial de nossas operações no Brasil, somos significativamente afetados pelas condições econômicas do Brasil. Nossos resultados operacionais e condição financeira têm sido, e continuarão a ser, afetados pela taxa de crescimento do PIB brasileiro, uma vez que parte substancial de nossos produtos é vendida no Brasil.

O crescimento do PIB brasileiro tem flutuado significativamente, e prevemos que provavelmente mantenha esse ritmo. É opinião dos diretores que o crescimento econômico brasileiro deve afetar positivamente o futuro de nossas vendas líquidas e dos resultados de nossas operações. No entanto, um crescimento baixo e continuado ou uma recessão no Brasil provavelmente reduziria nossa receita líquida futura, surtindo um efeito negativo sobre os resultados de nossas operações.

Produção de aço e cimento

Os resultados das operações da Magnesita foram, e continuarão a ser, altamente correlacionados com o nível da produção de aço e cimento. De acordo com a *World Steel Association*, a produção mundial de aço aumentou 6,8%, de 1.395 milhões de toneladas em 2010 para 1.491 milhões de toneladas em 2011. O setor siderúrgico brasileiro produziu 35,2 milhões de toneladas de aço bruto em 2011, segundo o Instituto Aço Brasil (IABr). Mesmo com valorização do real frente ao dólar, 12,1%, o que aumentou as importações de aço, a demanda interna ainda contribuiu para o aumento da produção nacional.

Em 2011, a produção na Ásia subiu 7,9%, para 954,2 milhões de toneladas, na comparação com 2010. A China, maior produtora de aço do mundo, produziu 695,5 milhões de toneladas de aço bruto, alta de 8,9% em relação a 2010. A União Europeia registrou um aumento de 2,8% em bases anuais, 177,4 milhões de toneladas. Na América do Norte, a produção de aço aumentou 6,8%, em 2011, para 118,9 milhões de toneladas. A produção de aço nos EUA subiu 7,1%, para 86,2 milhões de toneladas.

Com relação ao setor de cimento, no Brasil, as vendas atingiram o volume de 63,5 milhões de toneladas em 2011, expansão de 7,3% frente a 2010, de acordo com o Sindicato Nacional da Indústria do Cimento (SNIC). A região Sudeste foi a maior responsável pelo crescimento, com a produção de 21,6 milhões de toneladas. De acordo com a revista *International Cement Review*, são esperados novos recordes de vendas em todo o mundo em 2012.

Concorrência

Temos concorrentes para todos os nossos produtos, tanto no mercado brasileiro quanto no internacional. Nossos maiores concorrentes globais são: RHI Refractories; Vesuvius; Shinagawa Refractories Co.; Krosaki Harima Corporation; Saint-Gobain; Calderys Refractories Solutions; Shinagawa Refractories Co.; ANH Refractories Company, Vesuvius; Morgan Crucible e Saint-Gobain, o grupo Refratechnik. Concorremos

também com uma série de *players* regionais em cada um dos mercados em que vendemos nossos produtos. Acreditamos, baseados em nossas estimativas internas, que somos atualmente responsáveis por mais de 70% dos refratários vendidos no Brasil, com base em receitas. Enfrentamos concorrência significativa em nossos esforços de expansão internacional e nosso sucesso no mercado depende da nossa capacidade de competir efetivamente com nossos concorrentes e fornecer produtos, serviços e preços que nos diferenciem deles, como acreditamos ter no nosso modelo de soluções (CPP – *Cost per Performance*).

Medidas de redução de capital de giro

Desde o último trimestre de 2010, a Companhia vem obtendo resultados significativos de seu esforço de redução de capital de giro, principalmente focado na redução de estoques e prazo com fornecedores. Esse esforço continua sendo foco em 2012 fazendo parte das metas de desempenho de diversos profissionais do time da Magnesita.

Além disso, nós operamos um sistema de gerenciamento de redução de custos contínuo e agressivo e dispomos de ferramentas modernas de gestão da produtividade, a fim de reduzir nossos custos e despesas, com foco na redução de nossa mão-de-obra, consumo de matérias-primas e custos com energia. Nosso sistema de gerenciamento de redução de custos inclui delegar aos nossos diretores operacionais e financeiros a responsabilidade de gerenciar uma ampla variedade de despesas, desde custos com matérias-primas até os administrativos, passando pelos custos de gerenciamento de estoque.

Suprimento de matérias-primas

A Companhia é detentora de uma variedade de reservas minerais incluindo magnesita, dolomita, cromita, argilas, entre outros, que supriram aproximadamente 70% de suas necessidades em volume no ano de 2011. O restante das necessidades em matéria-prima é comprado de terceiros. A Companhia estima que a China seja responsável por 50% a 80% do suprimento mundial das principais matérias-primas da indústria de refratários. Em 2010, o governo chinês impôs quotas de exportação, entre outras medidas, diminuindo gradualmente a oferta dessas matérias-primas no mercado mundial. Essa restrição no suprimento em um momento de recuperação de demanda resultou em aumento dos preços praticados no mercado global. A Companhia espera que os projetos de verticalização anunciados em magnesita (expansão de capacidade) e grafita (exploração das reservas), quando em operação, atenuem significativamente o impacto dessa nova dinâmica.

Sazonalidade

Nossa exposição a flutuações sazonais na demanda por cimento e, em grau ainda menor, por aço, é mínima. Muito embora o impacto global sobre nosso negócio de sazonalidade nas indústrias de aço e cimento não seja significativo, a demanda por materiais refratários é afetada durante os períodos de menor demanda por cimento, tais como períodos chuvosos, e paradas programadas na indústria siderúrgica, que tendem a ocorrer durante períodos de menor utilização, como os meses de dezembro e julho.

<p><i>b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços</i></p>

No período de findo em 31 de dezembro de 2011, o volume total de refratários cresceu 6,8% em relação ao volume comercializado no período de findo em 31 de dezembro de 2010, enquanto que a receita líquida cresceu 1,9%. O câmbio exerce impacto na operação da Companhia. Em 2011, o câmbio sofreu valorização média de 4,9% no ano. A apreciação cambial, além de tornar os produtos produzidos no Brasil pela Magnesita mais caros quando vendidos fora do Brasil, o que impacta na competitividade do produto, também impacta na maior importação de aço no Brasil e menor produção local. A receita consolidada da Companhia cresceu em 2011 principalmente por meio de suas operações na América do Norte e Europa, onde houve ganhos de market share, apresentando crescimento acima do nível da indústria. Com isso, essas operações aumentaram suas participações da receita consolidada do Grupo.

Na opinião dos diretores, novos produtos e tecnologias desenvolvidos pelo grupo de pesquisadores da Magnesita também contribuíram para o aumento da receita no último período a exemplos dos três projetos que se encontram em fase de teste no mercado:

- Desenvolvimento de formatos de peças refratárias com foco na qualidade do aço e na segurança operacional. A partir do amortecimento da turbulência do aço líquido durante sua conformação no processo de lingotamento;
- Desenvolvimento de aditivo, à base de MgO, para o condicionamento de escória em fornos elétricos. Com isso, há um aumento da produtividade e um menor consumo de energia e de refratários pelo cliente.
- Desenvolvimento de massas refratárias utilizadas no controle da produção e vazamento de gusa produzido em pequenos fornos, que operam com carvão vegetal.

Nós mantemos contratos de curto prazo e com uma frequência anual, conforme opinião dos diretores, renovamos os acordos de fornecimento com a maioria dos nossos clientes, por meio dos quais nos comprometemos em entregar um percentual da necessidade de refratários destes clientes. Os termos destes acordos de suprimento de refratários tipicamente requerem que, numa base anual e juntamente com o cliente, determinemos os preços para aquele período. Os preços são geralmente determinados, em parte, pela referência de nossos custos incorridos com matéria-prima, energia e mão-de-obra.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

É opinião dos diretores que estamos expostos a riscos de mercado diferentes, incluindo alterações nas taxas de câmbio e taxas de juros. Risco de mercado vem a ser a perda em potencial decorrente de mudanças adversas nas taxas e nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros.

Risco de taxa de juros

É opinião dos diretores que a nossa exposição à taxa de juros flutuante está basicamente sujeita às variações da taxa média diária dos Certificados de Depósito Interbancário (“CDI”), pois esta é referência aos empréstimos denominados em reais. A análise de sensibilidade que se segue foi elaborada para estudar o risco de taxa de juros associada a algumas de nossas dívidas de longo prazo. Com conexão a essa análise de sensibilidade, foram considerados como "prováveis" a expectativa do Banco Central do Brasil para o CDI para o ano de 2011. Além disso, os Cenários II e III foram calculados levando em conta o aumento do CDI de 25% e 50%, respectivamente, em comparação com o cenário provável. Abaixo estão as nossas despesas financeiras no âmbito desses cenários, tendo em conta o parcela pós-fixada das taxas de juro aplicáveis:

Instrumento	Taxa	Despesa Financeira (em milhares de reais)		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Export Credit Notes	CDI	9.266	(21.070)	(42.021)

É opinião dos diretores que não deve haver aumentos significativos das taxas de juros no Brasil no ano de 2012, o que não deve exercer impacto no resultado operacional e financeiro da Companhia, na medida que um eventual aumento de juros para conter pressões inflacionárias poderia arrefecer a demanda de consumo e encarecer o custo da dívida da Companhia.

Durante os primeiros 12 meses de 2011, nossas despesas financeiras totalizaram R\$230,2 milhões, impactando negativamente o resultado financeiro. Já nossas receitas financeiras totalizaram R\$108,8 milhões no mesmo período, impactando positivamente o resultado financeiro.

Efeitos das flutuações nas taxas de câmbio entre o real, o dólar dos EUA e o euro

É opinião dos diretores que nossos resultados operacionais e condição financeira têm sido e continuarão a ser afetados pela taxa de depreciação ou apreciação do real frente ao dólar dos EUA e ao euro porque:

- uma parcela significativa da nossa receita líquida é denominada em dólares ou em euros ou é atrelada a estas moedas;
- nossos custos para algumas de nossas matérias-primas são contraídos em dólares ou em euros ou estão atrelados a estas moedas;
- temos determinadas despesas operacionais, e efetuamos alguns outros investimentos, que são cotados em dólares ou em euros ou estão atreladas a estas moedas, e
- possuímos um número considerável do passivo em dólares que nos obriga a fazer pagamentos de principal e juros nesta moeda.

Uma parcela substancial de nossas vendas de refratários é efetuada no mercado externo a preços que tomam por base preços do mercado internacional. Quando o real se desvaloriza frente ao dólar dos EUA ou ao euro, nossas vendas líquidas oriundas de mercados externos aumentam. Inversamente, quando o real se valoriza frente ao dólar ou ao euro, nossas vendas líquidas provenientes desses mercados diminuem.

As vendas no mercado externo, que nos permitem gerar recebíveis em moeda estrangeira, tendem a fornecer um hedge natural contra nossas obrigações do serviço da dívida em dólar, porém estas não coincidem totalmente com tais vendas. Assim, muitas vezes, realizamos hedges para atenuar as flutuações da taxa de câmbio de nossa dívida denominada em dólar. É opinião dos diretores que uma parcela significativa de nossa dívida está vinculada às vendas no mercado externo, que lhe servem como o principal meio de pagamento. Esta dívida está denominada em dólares dos EUA e geralmente está disponível a um custo menor do que outros tipos de financiamento disponíveis no Brasil.

O Grupo Magnesita atua internacionalmente e está exposto ao risco cambial decorrente de exposições a algumas moedas, principalmente com relação ao dólar dos Estados Unidos, ao iene e ao euro. O risco cambial decorre de ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior.

A política financeira do Grupo Magnesita destaca que as operações de derivativos têm como objetivos reduzir custos, diminuir a volatilidade no fluxo de caixa, proteger-se da exposição cambial e evitar o descasamento entre moedas.

Como medida preventiva e de redução dos efeitos da variação cambial, a Administração tem adotado como política efetuar operações de swap e ter ativos vinculados à correção cambial, conforme demonstrado a seguir:

	Em R\$ mil - 31/12/2011			Em R\$ mil - 31/12/2010		
	USD	€	Outras moedas	USD	€	Outras moedas
ivos e passivos em moeda estrangeira						
aixa e bancos	62.551	98.043	42.423	58.569	69.619	21.267
ítulos e valores mobiliários		600	108	3.720	-	135
licações financeiras renda variável		43.842	-	-	-	-
ontas a receber, líquidas de provisão						
para riscos de crédito	121.993	135.582	51.530	83.330	111.760	32.847
rnecedores	(84.512)	(87.912)	(26.863)	(47.323)	(55.781)	(17.068)
mpréstimos e financiamentos	(168.192)	(12.623)	-	(181.222)	(10.918)	-
missão títulos de dívida	(731.898)	-	-	(647.569)	-	-
utros passivos monetários líquidos no exterior	(61.416)	(147.963)	(49.129)	(65.794)	(139.855)	(20.969)
	<u>(861.474)</u>	<u>29.569</u>	<u>18.069</u>	<u>(796.289)</u>	<u>(25.175)</u>	<u>16.212</u>

Os empréstimos vinculados à variação do dólar americano estão suportados por transações realizadas nos Estados Unidos e Europa, além de exportações da Controladora nessa moeda. O excedente foi objeto de contratação de operação de hedge para os riscos de perda cambial. Portanto, a Administração entende que o risco desta variação cambial está mitigado por tais operações.

É opinião dos diretores que o risco cambial inerente às 7,875% *senior notes* tende a ser atenuado, pois realizamos operações nos Estados Unidos e Europa, bem como por exportações realizadas por nós na moeda norte-americana.

É também opinião dos diretores que o real não se desvalorizará fortemente contra o dólar americano no ano de 2011. Os diretores têm a opinião que o fluxo de dólares para o Brasil continuará alto, atraídos pelos juros pagos no país.

É opinião dos diretores que um real valorizado contra outras moedas torna atrativas as importações de aço, o que representaria menor produção de aço no Brasil, prejudicando o nosso resultado operacional.

É opinião dos diretores que, por termos dívida em dólares americanos, uma valorização do real frente a outras moedas, visto que teríamos um ganho cambial, melhoraria o resultado financeiro da Companhia.

Os diretores tem a opinião que condições macroeconômicas mundiais podem influenciar o Banco Central do Brasil a propor medidas que resultem em uma desvalorização do real frente a outras moedas.

Durante o ano de 2011, nossas variações cambiais/monetárias ativas totalizaram R\$38,1 milhões, impactando positivamente o resultado financeiro. Já nossas variações cambiais/monetárias passivas totalizaram R\$41,6 milhões no mesmo período, impactando negativamente o resultado financeiro.

Derivativos

Não efetuamos operações com derivativos para fins especulativos conforme determina a política interna da Companhia, nem costumamos liquidar operações com derivativos antes do vencimento. No entanto, é opinião dos diretores que podemos realizar operações com derivativos antes do vencimento, quando se extingue a obrigação subjacente a que se refere o derivativo (por exemplo, dívida).

Celebramos um contrato a termo a fim de proteger os fluxos de caixa com a aquisição de matérias-primas, como segue:

<u>Descrição</u>	<u>Faixas de vencimento Mês / ano</u>	<u>Consolidado - 31/12/2011</u>	
		<u>Valor referência (nocial)</u>	<u>Valor justo R\$</u>
Proteção de taxas de câmbio:			
<u>Alemanha - Swap</u>	30/03/2015		
Posição ativa		US\$ 150.000	5.568
Posição passiva		Euro 118.110	
<u>Reino Unido - NDF</u>	29/10/2010 a 31/03/2012		
Posição ativa		GBP 4.340	374
Posição passiva		Euro 4.896	
<u>Brasil - NDF</u>	13/03/2012		
Posição ativa		US\$ 15.000	(1.714)
Posição passiva		R\$ 26.685	
<u>Brasil - NDF</u>	13/03/2012		
Posição ativa		R\$ 26.316	2.065
Posição passiva		US\$ 15.000	

A análise de sensibilidade que se segue foi elaborada para estudar o risco cambial associado ao contrato a termo. A administração considerou como cenário I", um cenário razoavelmente possível, sendo o valor justo dos contratos em 31 de dezembro de 2011. Os cenários II e III foram calculados com deteriorações das taxas em 25% e 50% respectivamente, sobre o cenário I, considerando essas hipóteses para a data 31 de dezembro de 2011. Esta análise leva a seguinte posição:

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Ganho (Perda)</u>		
		<u>Cenário I</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>

Alemanha (hedge) Swap	Valorização do euro frente ao dólar	5.568	(80.517)	(166.601)
Reino Unido (hedge) NDF	Valorização da libra frente ao euro	374	(3.174)	(10.270)
Brasil (hedge) NDF	Valorização do dólar frente ao real	351	351	351

Efeitos das flutuações nos preços de matérias-primas e combustíveis

Devido ao fato de possuímos 78 concessões de mineração ativas com extensas reservas minerais, temos acesso a matérias-primas de alta qualidade a custos mais baixos do que os nossos concorrentes, o que limita a nossa exposição à volatilidade dos preços das matérias-primas. No ano de 2011, éramos autossuficientes em aproximadamente 70% do total das nossas necessidades de matérias-primas, em termos de volume. No entanto, nossas operações dependem em grande parte de fontes de combustível (especialmente petróleo e gás), o que representaram 11,0% de nossos custos totais de produção em 2011 e 10,4% em 2010.

Contamos com terceiros para o nosso abastecimento de combustível. Embora, no momento, não efetuemos hedge para nossos custos de combustível, é opinião dos diretores que existe a possibilidade de fazê-lo futuramente. Além disso, consideramos a possibilidade de hedge para o risco cambial inerente ao custo de nossas matérias-primas.

É opinião dos diretores que a China continuará dominando o fornecimento de todas as matérias-primas chave para o setor de refratários, e que os preços dessas matérias-primas continuarão subindo rapidamente com alta volatilidade devido às crescentes restrições da China sobre as exportações, o que causa fornecimento instável ao mercado mundial. Os preços destas matérias-primas têm aumentado desde o final de 2009, em função da retomada do crescimento da economia global e, mais recentemente, a partir do segundo trimestre de 2010, em função da redução, pelo governo Chinês, das cotas de exportação de matérias-primas intensivas em energia. Essas medidas continuarão impactando diretamente os preços de magnésia eletrofundida, sínter de magnesita, grafita e alumina. Como a Companhia é consumidora de tais produtos, o nosso resultado operacional poderá sofrer algum impacto. Entretanto, como somos autossuficientes em aproximadamente 70% do total das nossas necessidades de matérias-primas, é opinião dos diretores que tal impacto seria relativizado.

Em 2011, matérias-primas adquiridas de terceiros representaram 38,0% do custo dos produtos vendidos. Os combustíveis representaram 11,0% do custo dos produtos vendidos no mesmo período. Por sua vez, eletricidade representou 3,4% do custo dos produtos vendidos no ano.

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Além da atividade de produção de refratários, temos outras atividades, principalmente de mineração, que eventualmente podem ser expandidas, monetizadas ou até mesmo vendidas.

Continuaremos a explorar oportunidades de efetuar aquisições e parcerias com outras empresas no intuito de expandir nossos negócios. Quaisquer aquisições ou acordos de parceria dessa natureza podem ser significativos e ter um impacto notável sobre nossos negócios e os resultados das operações.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Efeitos da aquisição da LWB

Em 5 de novembro de 2008, adquirimos a LWB Refractories Holding GmbH (“LWB”), líder na produção internacional de produtos refratários dolomíticos de alto valor agregado. Foram pagos R\$901,0 milhões, sendo R\$413,7 milhões em espécie (dos quais R\$297,8 foram pagos aos acionistas vendedores) e R\$ 487,6 milhões sob a forma de 23.457.778 ações ordinárias emitidas por nós, totalizando R\$901,2 milhões. Nós contabilizamos ágio de R\$310,0 milhões em razão da aquisição da LWB.

Como resultado da aquisição da LWB, de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”), nós consolidamos totalmente os ativos, passivos e resultados operacionais da LWB e suas subsidiárias nas nossas demonstrações financeiras a partir de 1º de novembro de 2008. Nossos resultados operacionais foram significativamente afetados a partir de 1º de novembro de 2008 em razão da consolidação dos resultados operacionais da LWB em nossas demonstrações financeiras. Nossos resultados operacionais podem ainda ser afetados por quaisquer diminuições futuras no ágio que nós contabilizamos como resultado da aquisição da LWB. Desde 1º de janeiro de 2009, o ágio deixou de ser amortizado para fins contábeis. Para fins fiscais, é esperado que este ágio seja amortizado dentro de um período de 5 a 10 anos, reduzindo nossa receita líquida tributável durante este período e, conseqüentemente, reduzindo nossos pagamentos de impostos e contribuições sociais na medida em que nós de outra forma geraremos receita tributável durante este período.

Efeitos da aquisição da Magnesita S.A.

Em 27 de setembro de 2007, a Companhia concluiu a aquisição de ações representativas, direta e indiretamente, de 70,7% do capital votante da Magnesita S.A. e 3,1% do capital representado por ações preferenciais, totalizando 38,6% do capital social total da referida empresa.

Em 11 de dezembro de 2007, a Companhia adquiriu, via Bolsa de Valores, novas ações preferenciais classe A e preferenciais classe C da Magnesita S.A., representativas de 16,83% das ações preferenciais em circulação, por meio de Oferta Pública de Ações Voluntária, representando um acréscimo de 7,98% no capital total.

Entre 3 e 31 de janeiro de 2008, a Companhia adquiriu, via Bolsa de Valores, 955.392.390 ações ordinárias e 2.951.731.751 ações preferenciais classe A de emissão de Magnesita S.A., aumentando sua participação em 9,18% do capital total.

Em 31 de janeiro de 2008, a Companhia realizou leilão na BM&F BOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&F BOVESPA”) de Oferta Pública para Aquisição de ações ordinárias de emissão da Magnesita S.A. (por força do art. 254. A da Lei nº 6.404/76), tendo adquirido 4.512.220.813 ações ordinárias de emissão da Magnesita S.A., representando 10,61% do capital total.

Incorporação da Magnesita S.A.

Em 2 de fevereiro de 2008, a Companhia apresentou proposta de incorporação das controladas Magnesita S.A. e Partimag S.A., o que se efetivou em 21 de fevereiro de 2008, tendo como data base 31 de dezembro de 2007. Os acionistas detentores de ações da Magnesita S.A. receberam ações da Magnesita Refratários S.A. No caso da Partimag S.A., subsidiária integral de Magnesita Refratários S.A., cujo principal ativo referia-se a sua participação na Magnesita S.A., a incorporação não gerou emissão de ações.

Conforme disposto em Fato Relevante de 01.02.2008, a referida incorporação teve como principais objetivos: (i) simplificar a estrutura societária da qual faziam parte a Companhia, a Partimag e a Magnesita S.A., alinhando e consolidando interesses de todos os acionistas do grupo; (ii) introduzir no referido grupo melhores práticas de governança corporativa, com o ingresso da Companhia no Novo Mercado da BM&F BOVESPA; e (iii) proporcionar benefícios financeiros para a Companhia, e, conseqüentemente, para seus acionistas, especialmente no que diz respeito ao aproveitamento fiscal do ágio pago pela Companhia na aquisição do seu investimento na Magnesita S.A..

A Companhia, como consequência da incorporação mencionada acima, deu plena continuidade às atividades da Magnesita S.A. - sem qualquer alteração operacional ou do curso normal de seus negócios - as quais tiveram início em 1940, tendo a Magnesita S.A., em 16.03.1967, se tornado companhia aberta, vindo a ser listada na BM&F BOVESPA em 04.06.73.

Posteriormente à incorporação da Magnesita S.A., e em consonância com os objetivos expostos no supra mencionado Fato Relevante de 01.02.2008, a Companhia obteve registro junto à BM&F BOVESPA em 19.02.2008, vindo a ingressar no Novo Mercado em 02.04.2008.

Efeitos da aquisição da Insider

Em 25 de abril de 2008, nós adquirimos a Insider – Insumos Refratários para Siderurgia Ltda., um fabricante de refratários monolíticos e pré-moldados de alta tecnologia. Em 1º de outubro de 2008, pagamos um preço de compra no montante de R\$ 57,4 milhões para as quotas representativas do capital social total da Insider. Como resultado da aquisição da Insider, em conformidade com o BR GAAP, consolidamos totalmente o ativo, o passivo e os resultados consolidados das operações da Insider e suas subsidiárias em nossas demonstrações financeiras em 1º de outubro de 2008.

c. eventos ou operações não usuais

Desde a alteração no controle acionário da Companhia ocorrida ao final de 2007, tem sido feitas alterações significativas em sua estrutura societária, objetivando, na opinião dos diretores, otimizá-la, reduzir custos e concentrar-se em seu negócio principal. Assim, ao longo desse período, 18 empresas foram incorporadas; três foram fechadas; uma alienada e oito foram criadas para, principalmente, viabilizar a aquisição da LWB e, em alguns casos, possibilitar a comercialização de nossos produtos em determinadas regiões.

Avanços recentes

De tempos em tempos, recebemos ofertas de compra dos nossos negócios de talco e, dados os termos e preços atrativos, os diretores consideram a possível alienação de nossos negócios de talco. Nossos negócios de talco foram responsáveis por pouco mais de 1% da receita líquida total. Além disso, na opinião dos diretores, deve-se explorar as oportunidades para capitalizar nossas reservas minerais excedentes, que pode incluir a venda de uma parte destas reservas.

Na opinião dos diretores, a Companhia deveria continuar explorando as oportunidades para fazer aquisições e formar parcerias com outras empresas para expandir seus negócios. Todos os acordos de aquisição ou parceria podem ser significativos e ter um grande impacto em nossos negócios e resultados de operações, na opinião dos diretores.

Em 12 de novembro de 2010, Magnesita e Banco Bradesco S.A., Filial de Grand Cayman, celebraram um contrato para o financiamento de exportações e capital de giro no valor de US\$ 25 milhões, acumulando juros a uma taxa anual equivalente a LIBOR (*London Interbank Offered Rate*, taxa de juro praticada no mercado interbancário de Londres) mais 3,08%. O pagamento do principal de acordo com o contrato é devido em seis prestações semestrais iguais de aproximadamente US\$ 4,2 milhões, a serem pagas nos meses de maio e novembro de 2013 a 2015. Além dos eventos de inadimplência usuais, o contrato contém obrigações referentes à limitação de fusões e determinadas transações com afiliadas, entre outros.

Notes (Títulos de dívida)

Foi concluída em 30 de março de 2010, a emissão de US\$ 400 milhões em títulos de dívida denominados em dólares norte-americanos, com vencimento final em 2020 e juros fixos de 7,875% ao ano, por meio de sua subsidiária integral Rearden G Holdings EINS GmbH (“Rearden”). Os recursos captados por meio de tal oferta serão utilizados principalmente para pagamento antecipado da dívida da Companhia de que trata o *Senior Export Facility Agreement* de US\$ 300 milhões.

Os títulos constituirão obrigações sem garantia real e não subordinadas da Rearden e serão total e incondicionalmente garantidos pela Companhia, por sua subsidiária Mag-Sé Participações Ltda. e por outras subsidiárias da Companhia sediadas no exterior. Os títulos e a garantia não foram e não serão registrados de acordo com as leis que regem o mercado de capitais de qualquer Estado ou jurisdição, e serão vendidos somente a compradores institucionais qualificados nos termos da *Rule 144A* do *Securities Act*, e fora dos Estados Unidos de acordo com a *Regulation S* do *Securities Act*.

10.4. Os diretores devem comentar:
a. mudanças significativas nas práticas contábeis
b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Nossas demonstrações financeiras referentes aos anos de 2009, 2010 e 2011 já incluem todas as alterações trazidas pelas normas contábeis brasileiras, introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, de acordo com os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e interpretações aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), vigentes até 31 de dezembro de 2011. Tais alterações, no entanto, não foram aplicadas retroativamente às nossas demonstrações financeiras e BRGAAP referentes aos anos anteriores. As nossas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2007 foram elaboradas de acordo com o BRGAAP em vigor à época e não incluem as novas normas contábeis e regras introduzidas a partir de 2008, que podem afetar a comparação entre as demonstrações financeiras para os mencionados períodos.

O CPC emitiu recentemente normas contábeis que modificam o BRGAAP para melhor alinhá-lo em relação aos *International Financial Reporting Standards* (IFRS). As normas emitidas a partir de 2008 devem ser obrigatoriamente adotadas nas demonstrações financeiras a serem apresentadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e 2010 e, para fins de comparação, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

Diante disso, quando da apresentação das nossas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, nossas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 e períodos intermediários de 2010 e 2009 foram reapresentadas. Existem mudanças com impacto significativo em nossas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, nos períodos intermediários de 2010 e 2009 e em nossas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e nos anos subseqüentes em decorrência da adoção de tais normas, interpretações e orientações. Não houve impacto significativo no patrimônio líquido da Companhia. Para mais informações sobre o impacto das reclassificações e mudanças nos princípios contábeis em nossas demonstrações financeiras e políticas contábeis críticas com respeito às novas regras contábeis, ver notas explicativas 3, 4 e 37 das nossas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

Em linha com o acima comentado, a CVM determinou que as companhias abertas devem adotar as normas do novo BRGAAP, que alinha o BRGAAP ao IFRS em relação às demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, com valores comparativos à 2009. Assim, devemos adotar as normas do novo BRGAAP, que alinha o BRGAAP ao IFRS, para nossas demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010. Em 28 de dezembro de 2007, o governo brasileiro promulgou a Lei nº 11.638/07 para facilitar a transição do BRGAAP para as normas IFRS. A Lei nº 11.638/07, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2008, alterou a Lei das Sociedades Anônimas brasileira, o que provocou mudança nas políticas contábeis segundo o BRGAAP.

Em dezembro de 2008, a CVM emitiu a Deliberação 565/08, determinando a aplicação dessas alterações nas políticas contábeis. Em dezembro de 2008, o governo brasileiro sancionou a Medida Provisória nº 449, que instituiu o RTT para a determinação do lucro líquido tributável de empresas sujeitas ao regime do lucro tributável, em virtude da implantação dessas mudanças nas políticas contábeis e da Lei das Sociedades Anônimas brasileira. Em maio de 2009, a Medida Provisória nº 449 foi convertida na Lei nº 11.941/09.

As deliberações CVM no. 603 e 626 permitiram que as companhias emissoras de valores mobiliários apresentem formulários de informações trimestrais - ITR e demonstrações intermediárias durante 2010 elaboradas em conformidade com as normas contábeis vigentes até 31 de dezembro de 2009 e transferiram a

adoção de novas práticas contábeis adotadas no Brasil e vigentes a partir de 1º de janeiro de 2010 até o momento em que fossem apresentadas as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010. Neste caso, as empresas devem divulgar a sua escolha em transferir a adoção das novas práticas contábeis adotadas no Brasil e reapresentar as informações trimestrais de 2010, com as informações comparativas de 2009, ajustadas para as novas normas de 2010 no momento em que forem apresentadas as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010. As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009 e os períodos intermediários de 2010 e 2009 foram atualizadas para as novas normas de 2010 mediante a apresentação das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010. Estas demonstrações financeiras atualizadas diferirão em alguns aspectos materiais das demonstrações financeiras inclusas na circular de oferta dos períodos aplicáveis.

Em consonância com o BRGAAP, as demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009, foram elaboradas de acordo com a Instrução CVM 247. Esta Instrução requer a consolidação proporcional das sociedades de controle compartilhado que não sejam subsidiárias, mas que sejam controladas em conjunto com um ou vários outros acionistas.

Discussão qualitativa acerca da interpretação e dos efeitos do novo padrão contábil brasileiro

Visando a convergência dos padrões contábeis brasileiros com as práticas contábeis internacionais, o CPC emitiu em 2009 e 2010 uma série de práticas e interpretações que modificaram os padrões contábeis adotados no Brasil, passando a serem integralmente exigidos a partir de 1º de janeiro de 2010. Contudo, com a edição da Deliberação CVM nº 603/09, as companhias abertas ficaram autorizadas a adiar a adoção dos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, permitindo a apresentação pelas referidas companhias de seus formulários de informações trimestrais - ITR em 2010 de acordo com os padrões contábeis em vigor até 31 de dezembro de 2009.

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Magnesita para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras demonstrações financeiras anuais em conformidade com os IFRS e CPCs. A Companhia aplicou os CPCs 37 e 43 e o IFRS 1 na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras individuais da controladora para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras demonstrações individuais anuais em conformidade com os CPCs. A Companhia aplicou o CPC 43 na preparação destas demonstrações financeiras individuais.

A data de transição é 1º de janeiro de 2009. A administração preparou os balanços patrimoniais de abertura segundo os CPCs e o IFRS nesta data.

Na elaboração destas demonstrações financeiras, o Grupo Magnesita aplicou as exceções obrigatórias relevantes e algumas das isenções opcionais à aplicação retrospectiva.

(a) Deságio na incorporação de controlada

A Companhia decidiu baixar no balanço de abertura em 1º de janeiro de 2009 o deságio registrado pela controlada incorporada Partimag S.A. na aquisição de ações da Magnesita S.A. em 2007. O ajuste de R\$ 19.256 foi baixado a crédito de lucros acumulados.

(b) Benefícios de aposentadoria

O passivo atuarial conforme a Instrução CVM 371 diverge do cálculo conforme IAS 19 e gerou ajuste no valor de R\$ 19.446 no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2009, no passivo não circulante e no patrimônio líquido.

O ajuste é principalmente decorrente da mudança de critério de reconhecimento do passivo atuarial. Anteriormente, a Companhia adotava o método do corredor, que foi abandonado a partir do balanço de

abertura em 1º de janeiro de 2009, passando a reconhecer os ganhos e perdas da avaliação atuarial de forma imediata, contra patrimônio líquido.

(c) Imposto e contribuição social

As mudanças nos impostos e contribuições sociais diferidos representam os efeitos do imposto diferido nos ajustes necessários para a transição para o IFRS e totalizavam um imposto diferido no patrimônio líquido no valor de R\$ 11.802 em 1º de janeiro de 2009 e de R\$ 65 em 31 de dezembro de 2009.

(d) Lucros acumulados

O deságio na incorporação de controlada, no valor de R\$ 19.256, foi ajustado a crédito de lucros acumulados iniciais em 1º de janeiro de 2009. O ajuste do passivo atuarial na mesma data foi de R\$ 15.456 a crédito de lucros acumulados.

As conciliações da nota 37.5 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010 apresentam a quantificação do efeito da transição nas seguintes datas:

- patrimônio líquido na data de transição de 1º de janeiro de 2009;
- patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2009; e
- resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

Em 25 janeiro de 2011 a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) divulgou a Deliberação nº 656/2011 concedendo prazo adicional para a reapresentação das Informações Trimestrais ("ITR") de 2010, com a plena adoção das normas de 2010.

A Companhia optou, em consonância com a Deliberação CVM nº 656/2011, pela reapresentação das ITRs consolidadas e da controladora de 2010, comparativamente com as cifras de 2009, também ajustadas às normas de 2010, até a data de apresentação do primeiro trimestre de 2011.

Em atendimento a referida deliberação, os ajustes que serão refletidos na reapresentação dos ITR de 2010 em decorrência da adoção das novas práticas contábeis, estão descritas a seguir. Ressaltamos que as Informações Trimestrais a serem reapresentadas foram sujeitas aos procedimentos de revisão especial aplicados pelos auditores independentes da Companhia de acordo com os requerimentos da CVM para Informações Trimestrais (NPA 06 do IBRACON), incluindo as reclassificações decorrentes da adoção das novas práticas contábeis, não tendo sido, portanto, sujeitas aos procedimentos de auditoria.

Patrimônio líquido	Consolidado			Controladora		
	31/03/2010 (Não auditado)	30/06/2010 (Não auditado)	30/09/ 2010 (Não auditado)	31/03/2010 (Não auditado)	30/06/2010 (Não auditado)	30/09/ 2010 (Não auditado)
Saldo anteriormente publicado	2.201.684	2.170.122	2.224.265	2.201.684	2.170.122	2.224.265
Deságio controlada	19.256	19.256	19.256	19.256	19.256	19.256
Benefícios de aposentadoria	(19.446)	(19.446)	(19.446)	(19.446)	(19.446)	(19.446)
Créditos tributários	65	65	65	65	65	65
Saldo ajustado	2.201.559	2.169.997	2.224.140	2.201.559	2.169.997	2.224.140
Patrimônio líquido	31/03/2009 (Não auditado)	30/06/2009 (Não auditado)	30/09/ 2009 (Não auditado)	31/03/2009 (Não auditado)	30/06/2009 (Não auditado)	30/09/ 2009 (Não auditado)
Saldo anteriormente publicado	2.020.729	1.917.933	1.886.420	2.020.729	1.917.933	1.886.420
Deságio controlada	19.256	19.256	19.256	19.256	19.256	19.256
Benefícios de aposentadoria	15.456	15.456	15.456	15.456	15.456	15.456
Créditos tributários	(11.802)	(11.802)	(11.802)	(11.802)	(11.802)	(11.802)
Saldo ajustado	2.043.639	1.940.843	1.909.330	2.043.639	1.940.843	1.909.330

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

(i) Os pareceres dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Magnesita S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2007 e da Magnesita Refratários S.A para o exercício findo em e 31 de dezembro de 2009 não possuem ressalvas e/ou parágrafos de ênfase.

(ii) Com relação ao parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Magnesita Refratários S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008, não há ressalvas, porém, foi relacionado o seguinte parágrafo de ênfase:

Anteriormente, auditamos as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, compreendendo o balanço patrimonial da Magnesita Refratários S.A. e o balanço patrimonial consolidado da Magnesita Refratários S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2007, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos da Companhia e as correspondentes demonstrações consolidadas do resultado e das origens e aplicações de recursos do exercício findo nessa data, sobre as quais emitimos parecer sem ressalva, datado de 1º de fevereiro de 2008. Conforme mencionado na Nota 2(b), as práticas contábeis adotadas no Brasil foram alteradas a partir de 1º de janeiro de 2008. Essas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentadas de forma conjunta com as demonstrações financeiras de 2008, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes até 31 de dezembro de 2007 e, como permitido pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, não estão sendo reapresentadas com os ajustes para fins de comparação entre os exercícios.

(iii) Com relação ao parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Magnesita Refratários S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, não há ressalvas, porém, foi relacionado o seguinte parágrafo de ênfase:

Conforme descrito na Nota 3.1, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Magnesita Refratários S.A., essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial (Nota 3.12), uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

(iv) Com relação ao parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Magnesita Refratários S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, não há ressalvas, porém, foi relacionado o seguinte parágrafo de ênfase:

Conforme descrito na Nota 3.1, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Magnesita Refratários S.A., essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial (Nota 3.12), uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

Políticas contábeis críticas

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, tomamos por base estimativas e suposições derivadas da experiência histórica e vários outros fatores que julgamos razoáveis e

pertinentes. Políticas contábeis críticas são aquelas importantes para o retrato de nossa posição financeira consolidada e dos resultados das operações, exigindo decisões, estimativas e suposições difíceis, subjetivas ou complexas, conforme opinião dos diretores. A aplicação dessas políticas contábeis críticas frequentemente exige decisões baseadas na opinião dos diretores quanto aos efeitos de questões inerentemente incertas com respeito aos nossos resultados de operações e ao valor contábil de nossos ativos e passivos. Nossos resultados operacionais e situação financeira podem ser diferentes daqueles estabelecidos em nossas demonstrações financeiras consolidadas, caso nossa experiência real venha a diferir das suposições e estimativas baseada na opinião dos diretores. A fim de proporcionar uma compreensão de nossas políticas contábeis críticas, incluindo algumas das variáveis e suposições subjacentes às estimativas, bem como a sensibilidade dessas suposições e estimativas a parâmetros e condições distintos, propusemos a seguir uma discussão de nossas políticas contábeis críticas relativas a:

- reconhecimento de receita;
- provisão para devedores duvidosos;
- imposto de renda e contribuição social;
- ativo imobilizado;
- amortização e teste de recuperação contábil (*impairment*) de ágio;
- ativos contingentes e provisões para contingências;
- passivos pós-emprego;
- remuneração baseada em ações (*stock options*); e
- ativos financeiros.

Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo Magnesita. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como após a eliminação das vendas entre entidades do Grupo Magnesita.

O Grupo Magnesita reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para o Grupo, e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo Magnesita, conforme descrição a seguir. O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. O Grupo Magnesita baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

- Venda de produtos

A receita pela venda de produtos é reconhecida quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade dos produtos são transferidos para o comprador. A Companhia adota como política de reconhecimento de receita, portanto, a data em que o produto é entregue ao comprador.

- Venda de serviços

A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base os serviços realizados até a data do balanço, na medida em que todos os custos relacionados aos serviços possam ser mensurados confiavelmente.

- Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva.

Provisão para devedores duvidosos

As contas a receber de clientes, são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequente­mente mensuradas pelo custo amortizado, menos a provisão para *impairment*. A provisão para perdas é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que o Grupo Magnesita não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O cálculo da provisão é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, considerando a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas, consistente com a política de *impairment* de ativos financeiros ao custo amortizado.

Imposto de renda e contribuição social

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda corrente e diferido. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

O Imposto sobre a Renda - Pessoa Jurídica (“IRPJ”) é calculado com base no resultado, ajustado ao lucro real pelas adições e exclusões previstas na legislação. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”) é calculada à alíquota vigente, sobre o resultado antes do imposto de renda ajustado nos termos da legislação vigente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. O passivo do Imposto de Renda e da Contribuição Social diferidos é integralmente reconhecido enquanto que o ativo depende da probabilidade de sua realização. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente, são de 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social.

O reconhecimento dos créditos tributários é baseado em estudo de expectativa de lucros tributáveis futuros elaborado e fundamentado em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. O referido estudo foi examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelo Conselho de Administração.

O Grupo Magnesita está sujeito ao imposto de renda em todos os países em que opera. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda nesses diversos países.

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2009 e de 2008 foram elaboradas considerando as melhores estimativas da Administração que consideram a opção pelo regime tributário de transição - RTT para as empresas brasileiras, que permite à pessoa jurídica eliminar os efeitos contábeis decorrentes das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil através das Leis no. 11.638/07 e 11.941/09. A partir de 2010 o RTT passou a ser obrigatório para todas as empresas brasileiras. A Companhia constituiu os tributos diferidos sobre os efeitos contábeis decorrentes da adoção das Leis referidas acima.

O Grupo Magnesita reconhece ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor. O Grupo Magnesita revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e os lucros tributáveis futuros projetados, de acordo com estudos de viabilidade técnica.

Ativo imobilizado

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação e, quando aplicável, reduzido ao valor de recuperação. Dependendo do tipo de ativo e da época de sua aquisição, o custo se refere ao custo histórico de aquisição, ao custo histórico ajustado

pelos efeitos da hiperinflação, uma vez que o Brasil foi considerado uma economia hiperinflacionária para fins de IFRS até 1997.

Os componentes principais de alguns bens do imobilizado, quando de sua reposição, são contabilizados como ativos individuais e separados utilizando-se a vida útil específica desse componente. O componente substituído é baixado. Os custos com as manutenções efetuadas para restaurar ou manter os padrões originais de desempenho são reconhecidos no resultado durante o período em que são incorridos.

O Grupo Magnesita agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em formação os juros e, quando aplicável, a variação cambial incorridos sobre empréstimos e financiamentos considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização ocorre quando o imobilizado encontra-se em fase de construção, sendo encerrada a capitalização de juros quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes da data da capitalização; (c) os juros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Média ponderada -Anos</u>
Edificações e benfeitorias	26
Máquinas, instalações e equipamentos	15
Equipamentos de transporte	18
Móveis, utensílios e outros	11

A vida útil dos ativos é revisada e ajustada, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

De acordo com as novas práticas contábeis, a Companhia tem a opção de realizar uma avaliação do seu ativo imobilizado e estabelecer um novo custo para tais ativos na data do balanço de abertura. Este novo valor atribuído seria adotado para ativos cujo valor contábil esteja substancialmente inferior ou superior ao seu valor justo. A Companhia mantém ativos imobilizados de longa data em operação e tais bens têm sido utilizados em circunstâncias específicas de produção e têm exigido intervenções ou manutenções, que podem ter sido imobilizadas ou registradas como despesas do período e que, na avaliação da administração, já representam adequadamente o valor justo de uso dos bens de valor contábil baixo ou até mesmo totalmente depreciados. Adicionalmente, a Companhia possui orçamentos expressivos de investimentos que envolvem a atualização, manutenção e reforma de bens constantes do parque atual. Desta forma, a administração entende que, considerando o custo histórico como base de valor, não há valor adicional a atribuir a tais bens, uma vez que a política de intervenções e manutenções continuará para que tais bens continuem a ser utilizados.

As novas práticas contábeis também requerem uma revisão das vidas úteis do ativo imobilizado. A Controladora reavaliou a vida útil de seus edifícios, benfeitorias, máquinas e equipamentos no exercício de 2010, com laudo emitido em 31.12.2010, o que refletirá na alteração das taxas de depreciação e amortização para os exercícios futuros. Foram feitas pesquisas e cálculos técnicos, visando a fixação da vida útil econômica relativa aos grupos contábeis de bens em estudo, que incluem os equipamentos de médio e grande porte e itens de valores relevantes. As análises e caracterizações dos bens foram realizadas de acordo com a sua localização atual, sendo anotadas as características técnicas e estados gerais de operação e manutenção, sendo classificados de acordo com faixas de vida útil conforme pesquisas bibliográficas, publicações oficiais, em estudos de fabricantes dos bens e na experiência da consultoria. As novas taxas de depreciação que serão utilizadas prospectivamente pela Companhia são de 4% a 33% para máquinas e equipamentos e não se alteram para edifícios e benfeitorias.

A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens. A vida útil é baseada em laudos de consultores externos, que são revisados regularmente. A administração acredita que a vida útil está corretamente avaliada e apresentada nas demonstrações financeiras.

Amortização e recuperação contábil (impairment) de ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. Os ágios registrados no Grupo Magnesita são decorrentes de expectativa de rentabilidade futura e, conforme isenção prevista no IFRS 1, foram registrados como “ativo intangível”. Os ágios são expressos na moeda funcional da empresa que adquiriu o investimento, os quais geram variações cambiais que são registradas no Patrimônio Líquido, conforme definido no CPC 02.

O ágio é testado anualmente para verificar prováveis perdas (*impairment*) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado à entidade vendida.

O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para o grupo de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, devidamente segregada, de acordo com o segmento operacional.

Anualmente, o Grupo Magnesita testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio. Os valores recuperáveis dos grupos de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas.

Na realização dos testes de *impairment*, são consideradas as seguintes premissas-chaves: i) crescimento projetado para cada região, calculado por premissas macroeconômicas e específicas aos setores de atuação; ii) a lucratividade das operações, realizada através da experiência da administração em cada região; e iii) taxa de desconto usada para calcular o valor presente dos fluxos de caixa, conforme modelos financeiros amplamente utilizados. O cálculo utilizou taxas de crescimento média entre 1,5% e 12,4% (2010 - 3,3% e 6,8%), que estão em linha com os crescimentos dos setores siderúrgico e cimenteiro de cada região e com o próprio crescimento da economia de cada região. As taxas de desconto aplicadas às projeções de fluxo de caixa variam entre 4,4% e 12,1% (2010 - 5,5% e 13,2%), conforme o risco avaliado para cada região.

Com base nas premissas acima, foi contabilizado um *impairment* em 2011 referente à operação na China no montante de R\$ 37.729 (R\$ 32.824 no resultado do exercício).

Ativos contingentes e provisões para contingências

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os seguintes critérios:

- Ativos contingentes - não são reconhecidos contabilmente, exceto quando obtido o trânsito em julgado favorável, sobre o qual não cabe mais recursos, caracterizando o ganho como certo.
- Provisões para contingências - tributárias e previdenciárias - são constituídas levando-se em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.
- Os passivos contingentes tributários e previdenciários classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas demonstrações financeiras e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.
- Provisão para contingências - trabalhistas - considera as ações em aberto e a média histórica de perdas.

O Grupo Magnesita é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos consultores jurídicos, internos e externos, ao Grupo Magnesita. A Administração acredita que essas contingências estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

Passivos pós-emprego

A Companhia e algumas de suas controladas participam de planos de pensão, administrados por entidades fechadas de previdência privada, que provêm a seus empregados pensões e outros benefícios pós-emprego.

O passivo apurado pelos atuários independentes relacionado aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustados por ganhos ou perdas atuariais e custos de serviços passados não reconhecidos. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras de caixa, usando-se as taxas de juros condizentes com o rendimento de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Para o plano de contribuição definida, a Companhia paga contribuições a entidade fechada de previdência privada em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. Exceto pela parcela relacionada a benefício definido, representada pelos pecúlios de invalidez e morte, para os quais é efetuado cálculo atuarial por atuário independente, após efetuadas as contribuições, a Companhia

não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições regulares compreendem os custos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

O Grupo Magnesita determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de saídas de caixa futuras estimadas que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, o Grupo Magnesita considera as taxas de juros de títulos públicos mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

A Companhia e suas controladas reconhecem um passivo relacionado com a dívida contratada para cobertura da insuficiência de reservas.

Remuneração baseada em ações (stock options)

A Companhia oferece a executivos planos de remuneração com base em ações, liquidados em ações da Companhia, segundo os quais a Companhia recebe os serviços como contraprestações das opções de compra de ações. O valor justo das opções concedidas é reconhecido como despesa, durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições. Esta reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida ao patrimônio líquido, prospectivamente.

Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros como mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e freqüente. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação e, dessa forma, são classificados nesta categoria. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem.

- Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os empréstimos a controladas, contas a receber de clientes, demais

contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

- Valor justo

Os valores justos dos ativos financeiros referidos acima com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado no resultado financeiro no período em que ocorrem.

O Grupo avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros.

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Grupo Magnesita utiliza seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

As análises de sensibilidade dos instrumentos financeiros consideram uma variação provável com base em índices do mercado e deterioração de 25% e 50% sobre o cenário provável.

10.6. Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:
a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Na opinião dos diretores, a Companhia mantém controles internos administrativos e contábeis que asseguram um adequado domínio das operações e conseqüentes registros contábeis tempestivos e corretos, evitando, também fraudes e desperdícios. Além da estrutura administrativa e sistemas informatizados adequados, a Companhia conta com serviços de consultores especializados em cada área de atuação. A diretoria se envolve nas operações rotineiramente, sempre atentando para a conciliação das operações com as informações contábeis oficiais. Nenhum relatório oficial para a tomada de decisão é gerado fora do ambiente oficial da contabilidade, de forma a assegurar decisões fundamentadas sempre nos números oficiais, desenvolvendo a cultura de unicidade de informação para tomada de decisão. Quaisquer pontos de fragilidade de controle ou de erro de conciliação ou de

contabilização apontados pelos auditores internos e/ou externos são estudados pela diretoria, que recomenda.

b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Em 2008, os auditores externos apresentaram relatório de recomendações acerca dos nossos controles internos contendo três seções:

- Seção A: recomendações para a alta administração sobre criação de comitê de auditoria e sobre a implementação de um centro de serviços compartilhado; Esta recomendação não foi completamente implementada. A Companhia mantém uma equipe de auditores internos e tem o Conselho Fiscal. Não temos o comitê de auditoria. A Companhia mantém um centro de serviços compartilhado para suas operações na América do Sul. Nas demais regiões, cada região possui sua estrutura própria.
- Seção B: recomendações destinadas ao aprimoramento dos sistemas contábil e de controles internos. Foram apresentados 24 pontos relativos a conciliações e deficiências de controles contábeis. Foram apresentados, ainda, cinco pontos relativos a segurança e controle de sistemas informatizados. Adicionalmente, foram abordados quatro pontos acerca dos processos de venda; sete sobre processos de compras e contas a pagar e um ponto referente aos controles de bens do imobilizado. Os pontos identificados nesta seção tiveram, de alguma forma, origem no desenvolvimento e implantação, pela Companhia, de um sistema integrado de informações (SAP) durante o exercício de 2008 que, como é comum nesses casos, acabaram gerando deficiências e inconsistências quando da substituição dos sistemas e controles anteriores. As recomendações foram, em sua grande maioria, implementadas ou possuem um plano de ação em andamento, considerando o seu custo / benefício em relação às operações da Companhia.
- Seção C: recomendações destinadas ao aprimoramento dos procedimentos tributários. Foram apresentados nesta seção 18 pontos de atenção relativos à área fiscal e tributária. Considerando as prioridades e relevância dos temas reportados, na opinião da administração, as recomendações de controles internos foram implementadas ou possuem um plano de ação em andamento.

Em relação aos pontos de controles internos e deficiências de controle contábeis referentes ao exercício de 2009, neste momento a administração está em processo de avaliação das recomendações reportadas pelos auditores e de desenvolvimento dos respectivos planos de ação

10.7. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:

b. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Em outubro de 2010, a Magnesita Refratários S.A. (“Companhia”) realizou oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias de sua emissão, tendo captado R\$350.000.001,00 (“Oferta”), mediante a emissão de 44.871.795 ações ordinárias, ao preço de emissão de R\$7,80 por ação. Do total de ações emitidas, 44.866.630 ações foram subscritas e integralizadas durante o prazo para exercício do direito de preferência e do primeiro e segundo rateio de sobras. As 5.165 ações remanescentes após o término do prazo do segundo rateio de sobras foram vendidas pela Companhia em leilão realizado na BM&FBovespa S.A., pelo valor de R\$ 12,81 por ação. Em virtude do aumento de capital, o capital social da Companhia passou a ser de R\$ 2.386.032.352,45 representado por 257.954.378 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O montante de R\$ 25.876,65 (vinte e cinco mil, oitocentos e setenta e seis reais e sessenta e cinco centavos), correspondente à diferença entre o valor de emissão das 5.165 ações levadas a leilão e o efetivamente apurado da realização do leilão, foi alocado à conta de reserva de capital.

Os recursos oriundos do aumento de capital acima mencionado, no montante equivalente a US\$175 milhões, foram utilizados para amortização parcial e imediata da dívida da Companhia junto ao JPMorgan Chase, o que resultou em uma redução de aproximadamente 20% da dívida líquida total da Companhia, melhorando substancialmente sua estrutura de capital.

Em 14 de fevereiro de 2011, a Magnesita Refratários S.A. (“Companhia”) realizou oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias de sua emissão, tendo captado R\$253.275.000,00 (“Oferta”), sendo que R\$126.637.500,00 foram alocados à conta capital e R\$126.637.500,00 foram alocados à conta reserva de capital. Adicionalmente, em 22 de fevereiro de 2010, nos termos do artigo 24 da Inst. CVM 400, a quantidade de ações ofertadas no âmbito da oferta (sem considerações adicionais) foi acrescida em 10%, ou seja, em 3.070.000 ações nas mesmas condições, totalizando R\$25.327.500,00 sendo R\$ 12.663.750,00 alocados à conta capital e R\$12.663.750,00 alocados à conta reserva de capital. Os recursos líquidos da Oferta, deduzidas as comissões e despesas relacionadas, considerando as ações suplementares, totalizaram R\$278.602.500,00

Buscando a adequação de sua estrutura de capital, a Companhia destinou 100% dos recursos líquidos provenientes da Oferta para a redução de seu endividamento bancário, por meio da liquidação parcial da Nota de Crédito à Exportação celebrada com o Itaú Unibanco em 20 de março de 2008, com saldo aberto em 31 de janeiro de 2011 de R\$735.108.357,44 e a uma taxa de juros de CDI+2,75% (“NCE”), e renegociação do seu saldo em termos e condições mais adequadas e favoráveis para a Companhia. Com a quitação parcial da NCE, a Companhia visa acelerar a realização de investimentos e aumentar sua autossuficiência e verticalização em matérias-primas, através da expansão de suas atividades de mineração e produção de matérias-primas estratégicas.

<i>b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição</i>
<i>c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios</i>

Não houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição.

<i>10.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:</i>
<i>a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:</i>
<i>i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos</i>
<i>ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos</i>
<i>iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços</i>
<i>iv. contratos de construção não terminada</i>
<i>v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos</i>
<i>b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras</i>

Na data-base de 31 de dezembro de 2011, não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras.

<i>10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:</i>
--

<i>a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor</i>
<i>b. natureza e o propósito da operação</i>
<i>c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação</i>

Na data-base de 31 de dezembro de 2011, não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:
<p><i>a. investimentos, incluindo:</i></p> <p><i>i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos</i></p> <p><i>ii. fontes de financiamento dos investimentos</i></p> <p><i>iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos</i></p>

A tabela abaixo mostra nossos investimentos técnicos para o período encerrado em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009.

(em milhões de reais)	Ano findo em		
	31 de dezembro de		
	2009	2010	2011
Risco operacional.....	13,55	27,82	34,85
Receita.....	8,77	12,86	78,71
Produtividade.....	3,98	3,23	3,16
Manutenção.....	3,42	12,64	11,25
Meio ambiente/segurança.....	3,79	7,97	24,56
Estratégicos.....	6,50	4,32	13,26
Outros.....	4,42	6,20	5,11
Total.....	R\$44,43	R\$75,04	R\$170,90

Nossos dispêndios em projetos de investimento (Capex) podem ser classificados da seguinte forma:

Receita. Investimentos em receitas são feitos para aumentar nossa capacidade de produção, desenvolver novos produtos e aumentar a nossa fatia no mercado. Exemplo: aquisição de novos equipamentos.

Estratégicos. Investimentos estratégicos são efetuados com o objetivo de manter nossa base de clientes ou em conexão com projetos institucionais especiais. Exemplo: gastos com equipamentos nas instalações de nossos clientes, bem como a gestão da tecnologia da informação e projetos de automação.

Meio ambiente/segurança. Despesas com meio ambiente e segurança são divididas em despesas obrigatórias e preventivas. Despesas obrigatórias são aquelas efetuadas para cumprir as leis e regulamentos aplicáveis e seguir programações previstas nas leis e regulamentos. Exemplo: investimentos na segurança dos trabalhadores. Despesas preventivas, por outro lado, não estão sujeitas a quaisquer programações específicas e incluem melhorias ergonômicas e investimentos em equipamentos para a suspensão de materiais pesados.

Produtividade. Dispendios de capital relacionados com produtividade objetivam reduzir os custos de produção e despesas e aumentar a produtividade através do desenvolvimento e melhoria dos sistemas e processos. Exemplo: investimentos em sistemas de inspeção.

Risco operacional. Despesas com riscos operacionais são aquelas efetuadas para evitar a diminuição da capacidade de produção e garantir a continuidade da mesma, substituindo equipamentos obsoletos ou esgotados. Exemplo: reforma de equipamentos e investimentos em ferramentas e instrumentos.

Manutenção. Os investimentos em manutenção são divididos em investimentos em administrativos e em tecnologia da informação. Os investimentos administrativos incluem a renovação de nossas instalações e os investimentos em mobiliário e equipamentos de escritório. Investimentos em tecnologia da informação incluem investimentos em equipamentos eletrônicos e softwares.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

As aquisições da Insider - Insumos Refratários para Siderurgia Ltda. (“Insider”) e da LWB Refractories Holding GmbH (“LWB”), mencionadas no item 10.3.b, aumentaram substancialmente a capacidade de produção de refratários que antes somava 590,0 mil t/ano e colocava a Magnesita na 7ª posição no *ranking* mundial (medido pela receita líquida), para 1,4 milhão de t/ano colocando-a em 3º lugar.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

A Companhia mantém um Centro de Pesquisa e Desenvolvimento no Brasil e dois núcleos de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D em York (EUA) e outro em Hagen (Alemanha), altamente qualificados e fundamentais para o seu segmento de atuação. São esperados gastos anuais de R\$9,5 milhões em pesquisas para desenvolvimento de soluções integradas de serviços, refratários e matérias-primas que visam maximizar os resultados dos clientes.

Os projetos e pesquisas relevantes e já divulgados que se encontram em desenvolvimento compreendem:

- tijolos refratários para uso em painéis de aço a partir do uso de bauxito sintético, utilizando-se o mineral bauxito de propriedade da Companhia;
- tecnologia para aumentar a produtividade do bauxito sintético, um processo que, atualmente, se consegue somente às custas de um volume muito grande de água, o que resulta em um maior tempo no processo de secagem do material;
- Tecnologia para viabilizar o reprocessamento de produtos refratários utilizados pelos clientes, objetivando maximizar o seu reaproveitamento, já que, atualmente, a reutilização é bastante limitada;
- Desenvolvimento de refratários para convertedores LD e painéis de aço a partir do uso do nano carbono, o que permitirá melhorar as propriedades físicas, importantes para seu desempenho, além de reduzir a condutividade térmica.

10.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

AQUISIÇÃO DA LWB

Em função da importância da aquisição da LWB Refractories Holding GmbH (“LWB”), incluímos as seguintes informações financeiras consolidadas condensadas *pro-forma não auditadas* e sim objeto de “conforto” na cara de conforto nos moldes das Normas e Procedimentos de Auditoria - NPA 12 endereçada à Companhia e aos bancos, emitida pelos nossos auditores para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008 com base na premissa de que a aquisição da LWB tenha ocorrido em 1º de janeiro de 2008. As informações financeiras consolidadas condensadas *pro-forma não auditadas* foram preparadas usando as informações financeiras consolidadas históricas da Magnesita, que foram preparadas em conformidade com o BR GAAP, práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”), e da LWB, as quais foram preparadas de acordo com o IFRS - *International Financial Reporting Standards*, normas internacionais de contabilidade (“IFRS”). As informações financeiras consolidadas históricas da LWB não foram ajustadas de forma a refletir o BR GAAP aplicado à Magnesita e o IFRS aplicado à LWB tendo em vista que as diferenças não são significativas.

As informações financeiras consolidadas condensadas *pro-forma não auditadas* são baseadas em estimativas e premissas estabelecidas nas notas explicativas das demonstrações financeiras de 2008. As informações financeiras consolidadas condensadas *pro-forma não auditadas* estão sendo fornecidas apenas com propósito informativo. Embora as informações financeiras consolidadas condensadas *pro-forma não auditadas* apresentadas estejam baseadas em pressupostos razoáveis na opinião dos diretores, elas não devem ser interpretadas como nossos resultados operacionais atuais, como uma indicação de nossos resultados consolidados futuros, uma base de cálculo dos dividendos ou para quaisquer outros propósitos.

As informações financeiras *pro-forma não auditadas* são fornecidas apenas para fins ilustrativos e não buscam representar aquilo que os atuais resultados operacionais consolidados ou a posição financeira consolidada teria apresentado caso a aquisição da LWB tivesse ocorrido nas datas assumidas. As informações financeiras *pro-forma não auditadas*, por exemplo, não refletem (1) quaisquer sinergias, eficiências operacionais ou economia de custos que poderiam ter resultado ou poderão resultar da aquisição da LWB, (2) quaisquer benefícios que resultaram ou poderão resultar das projeções de crescimento combinadas da companhia, ou (3) mudanças nos preços e taxas de câmbio subsequentes às datas das informações financeiras consolidadas condensadas *pro-forma não auditadas*.

As informações financeiras consolidadas condensadas *pro-forma não auditadas* não foram preparadas de acordo com as regras para preparação de informações financeiras *pro forma* estabelecidas em qualquer organismo regulador, tal como SEC - Securities and Exchange Commission ou CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

Baseamos os ajustes *pro-forma* nas informações disponíveis e em determinados pressupostos os quais acreditamos serem razoáveis sob as circunstâncias, conforme descritos abaixo:

(i) Base da Apresentação Pro-forma

Em 5 de novembro de 2008, adquirimos a Rearden G Holdings Eins GmbH, sociedade controladora da LWB, empresa líder na manufatura de refratários de dolomita. A aquisição foi efetuada mediante pagamento de R\$413,7 milhões em dinheiro (dos quais R\$297,8 milhões foram pagos aos acionistas vendedores) e R\$487,6 milhões na forma de 23.457.778 ações ordinárias emitidas por nós, representando 10.97% das nossas ações ordinárias. O pagamento total foi de R\$901,2 milhões.

O ágio resultante da aquisição foi registrado nos ativos intangíveis. De acordo com a Instrução CVM de número 349/01, uma provisão parcial foi registrada para compensar o ágio contra a reserva especial no patrimônio líquido. O saldo remanescente de ágio resultante da aquisição, que representa o montante do benefício fiscal futuro que surgirá quando da amortização do ágio para fins fiscais, foi classificado no balanço patrimonial no ativo não circulante.

A aquisição da LWB foi contabilizada usando o método de compra de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis na data da transação. O ágio resultante da aquisição no valor de R\$ 309,9 milhões foi calculado pela diferença entre o valor pago de R\$ 901,2 milhões (sendo R\$ 413,7 milhões a título de aumento de capital e R\$ 487,6 milhões mediante troca de ações) e o valor contábil dos ativos adquiridos e as obrigações assumidas no montante de R\$ 591,3 milhões.

(ii) Ajustes ao resultado consolidado *pro-forma não auditado*

O ágio gerado pela aquisição, baseada nas expectativas de rentabilidade futura, estava sendo amortizado durante 2008 num período de dez anos. Conforme determinado pelo Pronunciamento Técnico CPC No. 13, o ágio resultante de rentabilidade futura não é mais amortizado a partir de 1º de janeiro de 2009 para fins contábeis, apesar de ainda ser amortizado para fins fiscais.

A Magnesita Refratários S.A. contribuiu com capital no montante de R\$413,7 milhões (dos quais R\$297,8 milhões foram usados para pagar os acionistas da LWB) como parte do preço de compra. A Magnesita Refratários S.A. adicionalmente pagou R\$487,6 milhões, na forma de 23.457.778 ações ordinárias emitidas por nós, aos acionistas da LWB. O preço total de compra para a aquisição foi de R\$901,2 milhões.

(a) Ajuste da Amortização do Ágio

O valor contábil para a aquisição foi de R\$591,3 milhões e a diferença entre este valor contábil e o preço de compra de R\$310,0 milhões foi alocado como sendo ágio. A amortização do ágio para os dois meses encerrados em 31 de dezembro de 2008 nas demonstrações consolidadas históricas operacionais da Magnesita Refratários S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008 totalizou R\$5,2 milhões com base na premissa de período de amortização de 10 anos.

Esse ajuste *pro-forma* consistiria na amortização do ágio para o período adicional de dez meses findo em 31 de outubro de 2008 como se o período de amortização de ágio tivesse tido início em 1º de janeiro de 2008, representando um encargo adicional de R\$25,8 milhões.

(b) Ajuste do Efeito de Imposto da Amortização do Ágio

Já o ajuste *pro-forma* referente ao efeito fiscal da amortização do ágio foi reconhecido para o período adicional de dez meses findo em 31 de outubro de 2008, refletindo o ativo de imposto diferido proveniente da amortização *pro-forma* adicional de ágio de R\$8,8 milhões, como se a amortização do ágio tivesse começado em 1º de janeiro de 2008. A taxa de imposto usada para calcular o ativo de imposto diferido é a taxa nominal de imposto de renda brasileira de 34%.

Principais impactos do exercício findo em 31 de dezembro de 2008 em base pro forma

A Companhia adquiriu a LWB em setembro de 2008, com efeitos contábeis a partir de 1º novembro, quando ocorreu o fechamento da transação. Para fins ilustrativos, as demonstrações financeiras consolidadas de 2008 foram complementadas, quando apropriado, por informações financeiras consolidadas *pro-forma e não auditadas*. Adicionalmente, em 2009, a Companhia havia disponibilizado ao mercado, em seus relatórios trimestrais de desempenho (*press releases*), dados *pro-forma* de 2008, calculados a partir de uma cotação média das moedas locais de cada unidade adquirida para o período de 12 meses. Esse critério difere do ora apresentado uma vez que a conversão para reais foi feita a partir da cotação média das moedas em dois períodos: o não consolidado (de janeiro a outubro) e o consolidado (novembro e dezembro). Desta forma, no que se refere à abertura da receita líquida, na base *pro-forma*, optamos por manter o critério de conversão pela taxa média anteriormente divulgada, apresentando uma linha de diferença cambial em relação aos dois cálculos.

Receita líquida

A receita líquida é calculada deduzindo-se da receita bruta os impostos sobre receita e serviços. Em base *pro-forma*, a receita líquida auferida no exercício findo em 31 de dezembro de 2008 seria de R\$2.386,8 milhões (Magnesita R\$1.466,1 milhões + LWB R\$ 920,7 milhões).

No mercado Brasileiro, a receita líquida em base *pro forma* seria de R\$1.059,8 milhões (Magnesita R\$ 1.059,8 milhões + LWB R\$0,0 milhões) no ano encerrado em 31 de dezembro de 2008.

Já no mercado externo, em base *pro-forma*, a receita líquida auferida no exercício findo em 31 de dezembro de 2008 seria de R\$1.327,0 milhões (Magnesita R\$ 406,3 milhões + LWB R\$ 920,7 milhões).

Custo dos produtos vendidos e serviços prestados

Em base *pro-forma*, o custo dos produtos vendidos e serviços prestados no exercício findo em 31 de dezembro de 2008 seria de R\$1.523,4 milhões (Magnesita R\$ 916,9 milhões + LWB R\$ 606,5 milhões)

Resultado bruto

Em base *pro-forma*, o lucro bruto no exercício findo em 31 de dezembro de 2008 seria de R\$863,4 milhões (Magnesita R\$549,3 milhões + LWB R\$ 314,1 milhões). Também em base *pro-forma*, o lucro bruto teria representado 36,2% da receita líquida no exercício findo em 31 de dezembro de 2008.

Despesas com vendas

Em base *pro-forma*, as despesas com vendas em 31 de dezembro de 2008 seriam de R\$239,6 milhões (Magnesita R\$ 125,0 milhões + LWB R\$ 114,6 milhões).

Despesas gerais e administrativas

Em base *pro-forma*, as despesas gerais e administrativas no exercício findo em 31 de dezembro de 2008 totalizariam R\$256,2 milhões (Magnesita R\$ 160,0 milhões + LWB R\$ 96,2 milhões).

Amortização de ágio

A amortização de ágio no exercício findo em 31 de dezembro de 2008 seria de R\$281,3 milhões em base *pro-forma*.

Outras receitas operacionais (despesas), líquidas

Em base *pro-forma*, as outras receitas operacionais, líquidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2008 totalizariam R\$63,0 milhões (Magnesita R\$ 62,5 milhões + LWB R\$ 0,5 milhão)

Lucro (perda) operacional antes do resultado financeiro

Em base *pro-forma*, o lucro operacional antes do resultado financeiro seria de R\$149,3 milhões (Magnesita R\$ 71,2 milhões + LWB R\$ 103,9 milhões – ajuste *pro forma* da amortização do ágio R\$ 25,8 milhões) no exercício findo em 31 de dezembro de 2008.

Resultado financeiro

Em base *pro-forma*, as despesas financeiras, líquidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2008 seriam de R\$231,2 milhões (Magnesita R\$139,1 milhões + LWB R\$92,1 milhões).

A receita financeira é calculada somando-se a receita financeira proveniente das disponibilidades e os ganhos/perdas de variações monetárias e cambiais sobre ativos. Em base *pro-forma*, a receita financeira no exercício findo em 31 de dezembro de 2008 seria de R\$143,3 milhões (Magnesita R\$124,8 milhões + LWB R\$18,5 milhões).

As despesas financeiras são calculadas somando-se as despesas financeiras, que correspondem efetivamente às despesas relacionadas à dívida, e os ganhos/perdas de variações monetárias e cambiais sobre passivos.

Em base *pro-forma*, as despesas financeiras totalizariam R\$374,5 milhões (Magnesita R\$264,0 milhões + LWB R\$110,5 milhões) no exercício findo em 31 de dezembro de 2008.

Lucro (prejuízo) antes dos impostos

Em base *pro-forma*, seria gerado prejuízo antes de impostos de R\$81,9 milhões (prejuízo Magnesita R\$67,9 milhões – lucro LWB R\$ 11,8 milhões + ajuste *pro-forma* da amortização do ágio R\$ 25,8 milhões) no exercício findo em 31 de dezembro de 2008.

IR e contribuição social

Em base *pro forma*, a despesa líquida de imposto de renda e contribuição social seria de R\$ 5,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2008.

Em base *pro forma*, a despesa de imposto de renda e contribuição social corrente teria totalizado R\$ 48,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2008.

Teríamos registrado em base *pro forma* um crédito de imposto de renda e contribuição social diferidos de R\$ 42,7 milhões (Magnesita R\$38,2 milhões - LWB R\$ 4,3 milhões + ajuste *pro forma* do efeito de imposto sobre a amortização do ágio de R\$ 8,8 milhões) no exercício findo em 31 de dezembro de 2008.

Prejuízo antes da participação de acionistas não controladores

Em base *pro forma*, o prejuízo do exercício teria sido de R\$ 87,2 milhões (Magnesita R\$53,9 milhões + LWB R\$16,3 milhões + ajuste *pro forma* da amortização do ágio, líquido R\$ 17,0 milhões) no exercício findo em 31 de dezembro de 2008.

Participação minoritária

Em base *pro forma*, participação minoritária teria sido de R\$0,0 milhão no exercício findo em 31 de dezembro de 2008.

Prejuízo do exercício

Em base *pro forma*, o prejuízo do exercício teria sido de R\$87,2 milhões (Magnesita R\$53,9 milhões + LWB R\$ 16,3 milhões + ajuste *pro forma* da amortização do ágio, líquido de R\$ 17,0 milhões) no exercício findo em 31 de dezembro de 2008.

AQUISIÇÃO E INCORPORAÇÃO DA MAGNESITA S.A.

Em 27 de setembro de 2007, a companhia (à época RPAR Holding S.A. cuja denominação social foi posteriormente alterada para Magnesita Refratários S.A.) adquiriu o controle da Magnesita S.A., a qual foi incorporada pela companhia em 21 de fevereiro de 2008.

Para efeitos contábeis, a data de vigência da incorporação foi 1º de janeiro de 2008. Portanto, as demonstrações financeiras consolidadas da companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2007 incluem tão-somente três meses de resultados de operações, que correspondem às operações da Magnesita S.A. a partir da data em que foi adquirida. A título de informação ao investidor e para um melhor entendimento quanto ao contexto da operação realizada, são apresentados abaixo os comentários dos diretores contemplando os principais aspectos das demonstrações financeiras consolidadas auditadas da controlada Magnesita S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007.

Comentários dos Diretores aos Principais Aspectos das Demonstrações Financeiras consolidadas auditadas da Magnesita S.A. do exercício findo em 31 de dezembro de 2007

Receita líquida

O volume das vendas líquidas é calculado pela dedução dos impostos sobre vendas e serviços oriundos de vendas e serviços brutos. As vendas líquidas apuradas pela Magnesita S.A. no exercício findo em 31 de dezembro de 2007, totalizaram R\$ 1.198,6 milhões.

No mercado brasileiro as vendas da Magnesita S.A. foram R\$ 978,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2007 (receita bruta de vendas e/ou serviços no mercado interno menos o total das deduções da receita bruta no período), sendo R\$ 763,8 milhões correspondentes à venda de refratários, R\$ 164,3 milhões referentes a serviços prestados e R\$ 50,3 milhões relativos à venda de outros minerais.

Já no mercado externo, as vendas registradas no exercício findo em 31 de dezembro de 2007 foram de R\$ 220,2 milhões, dos quais R\$ 162,3 milhões correspondentes à venda de refratários, R\$ 43,6 milhões relativos à venda de sinter de magnesita e R\$ 14,3 milhões referentes à venda de outros minerais.

Custo de produtos vendidos e serviços prestados

O custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados registrado pela Magnesita S.A. foi R\$ 746,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2007, cujos componentes foram, por ordem de grandeza, matérias-primas, mão-de-obra, combustíveis, outros (que inclui os custos associados a serviços de consultoria e mineração), depreciação, energia elétrica e manutenção.

Resultado bruto

O resultado bruto apurado pela Magnesita S.A. no exercício findo em 31 de dezembro de 2007 foi R\$ 451,8 milhões. Como uma percentagem da receita líquida, o lucro bruto representou 37,7% das vendas líquidas no exercício fiscal encerrado em 31 de dezembro de 2007.

Despesas com vendas

As despesas com vendas da Magnesita S.A. no período encerrado em 31 de dezembro de 2007 foram R\$ 122,7 milhões.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas da Magnesita S.A. no período encerrado em 31 de dezembro de 2007 foram R\$ 148,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2007.

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

A Magnesita S.A. registrou outras despesas operacionais líquidas de R\$ 8,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2007.

Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro

O lucro operacional antes do resultado financeiro apurado pela Magnesita S.A. no exercício findo em 31 de dezembro de 2007 foi de R\$ 168,5 milhões.

Resultado financeiro

A Magnesita S.A. registrou uma receita financeira líquida de R\$ 5,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2007.

A receita financeira é calculada pela soma do resultado financeiro, que é efetivamente receita proveniente de caixa e equivalentes de caixa, e variações monetária e ganhos/perdas cambial sobre o ativo. A receita financeira da Magnesita S.A. no exercício findo em 31 de dezembro de 2007 foi R\$ 21,1 milhões.

As despesas financeiras são calculadas adicionando as despesas financeiras, que são efetivamente as despesas relacionadas com a dívida, e variações monetárias e ganhos/perdas cambiais sobre os passivos. As despesas financeiras da Magnesita S.A. no exercício findo em 31 de dezembro de 2007 foram R\$ 15,5 milhões.

Resultado operacional

No exercício findo em 31 de dezembro de 2007, a Magnesita S.A. registrou um lucro operacional de R\$ 174,1 milhões.

Receitas (despesas) não-operacionais líquidas

As despesas não-operacionais líquidas no exercício fiscal encerrado em 31 de dezembro de 2007 foram R\$ 15,0 milhões.

Lucro (prejuízo) antes dos impostos

A Magnesita S.A. registrou um lucro antes dos impostos de R\$ 159,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2007.

Imposto de renda e contribuição social

No exercício findo em 31 de dezembro de 2007, a Magnesita S.A. apurou uma despesa de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 47,7 milhões.

O imposto de renda e a contribuição social correntes apurados pela Magnesita S.A. em 31 de dezembro de 2007 totalizaram R\$ 54,2 milhões.

O saldo credor de imposto de renda e a contribuição social diferidos da Magnesita S.A. foi R\$ 6,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2007.

Resultado líquido no exercício

A Magnesita S.A. registrou lucro líquido de R\$ 108,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2007.